

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**O CERCO À BASÍLICA DA NATIVIDADE:  
A CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DO CONFLITO**

**LAURA GELBERT G. DELGADO**

RIO DE JANEIRO

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**O CERCO À BASÍLICA DA NATIVIDADE:  
A CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DO CONFLITO**

Monografia submetida à Banca de Graduação como  
requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**LAURA GELBERT G. DELGADO**

**Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral**

RIO DE JANEIRO

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O cerco à Basílica da Natividade: a construção jornalística do conflito**, elaborada por Laura Gelbert G. Delgado.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral  
Escola de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro  
Escola de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho  
Escola de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2007

## FICHA CATALOGRÁFICA

DELGADO, Laura Gelbert G.

O cerco à Basílica da Natividade: a construção jornalística do conflito. Rio de Janeiro, 2007.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2007.

Orientador: Muniz Sodré.

1. Cobertura jornalística. 2. Oriente Médio. 3. Jornalismo – monografia de graduação. I. Sodré, Muniz (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

DELGADO, Laura Gelbert G. **O cerco à Basílica da Natividade: a construção jornalística do conflito.** Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2007. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

Este trabalho demonstra como jornais impressos de diferentes países construíram, cada um, sua cobertura sobre o episódio do cerco à Basílica da Natividade, na Cisjordânia. Analisa-se de maneira geral a cobertura internacional do conflito, ocorrido durante os meses de abril e maio de 2002, e de forma mais aprofundada, o conteúdo publicado nos primeiros e últimos dias do cerco. A pesquisa compreende a cobertura dos jornais “O Globo”, “A Folha de S. Paulo”, “O Estado de S. Paulo”, “The New York Times” e “Le Monde”. O projeto inclui também uma reflexão sociológica sobre o conceito de conflito e uma breve análise histórica a respeito das disputas entre palestinos e israelenses. Compreender adequadamente estes dois aspectos mostra-se fundamental para analisar a produção de sentido através da cobertura jornalística.

Ao meu pai que, mesmo sem ser religioso,  
durante um bom tempo me perguntou,  
religiosamente,  
quando nós iríamos nos formar em jornalismo.

À minha mãe, por ser a minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

Durante a leitura de um dos livros que serviram como apoio a este trabalho, o autor, em sua página de agradecimentos, colocou que esse era o momento mais prazeroso de sua obra. Em parte, eu concordo com ele. Colocar no papel o nome das pessoas que me ajudaram durante todo esse processo é uma forma de concluí-lo. É um dever meu.

Muitos foram os que me deram apoio necessário em todo esse caminho e a sensação de que eles permanecerão ao meu lado me tranquiliza e me torna mais completa.

De forma geral, preciso agradecer aos meus amigos e a minha família que relevaram todos os momentos de ansiedade, todas as ligações não atendidas e os recados não retornados. A todos eles, muito obrigada. Algumas pessoas, no entanto, tiveram papel fundamental e preciso citá-las nominalmente.

Ao meu orientador, professor Muniz Sodré, e à professora Raquel Paiva que me ajudaram na produção deste trabalho.

Ao grande amigo, Antônio Augusto que me recebeu em sua casa durante tantos dias sempre tão disponível e acolhedor. Sua ajuda, seu carinho e sua confiança na minha capacidade foram, ao mesmo tempo, tocantes e fundamentais.

À Marinete Sarmiento, um verdadeiro anjo da guarda que, entre tantas outras coisas, me ajudou a transformar *un conflit* em um conflito. A Álvaro Campos que interrompeu suas férias na Argentina para me mandar um livro primordial para que esse trabalho fosse feito.

Aos amigos Bruno Dias, Fernanda Pereira, Adriana Armony, Paulo Marcelo Sampaio, Renata Muniz, Ingrid Coutinho, Nathalia Luna, Vinícius Neder, Mariana Brunelli, Marcelo Medeiros e Bianca Savietto e às minhas primas Irene, Tania, Cecília, Clarice e Elisa que, desde que nos conhecemos tem sempre uma mensagem de carinho e incentivo.

À Luciana Gaious Zanelli que me ajudou a fazer a pesquisa no jornal O Estado de São Paulo e à Erô que me deu a senha para acessar os arquivos da Folha.

Aos meus amigos, e isso inclui o meu chefe, que fizeram vistas grossas no trabalho nos dias em que as minhas estavam quase se fechando.

Ao meu grande amigo Paulo Schueler por tanta coisa. No início deste ano nós dois fizemos um pacto que, apesar de não ser de sangue e, sim, entre cafés e sucos de laranja, mantivemos até o fim. Prometemos um ao outro que nos apoiaríamos durante o semestre e faríamos nossas monografias. E as fizemos.

À amiga Natália Quintães, sempre presente, que segurou minha mão e com esse gesto, me ajudou a concluir esse trabalho no momento mais difícil.

À minha avó Molka e à minha irmã, Mariana, por tudo o que elas, mesmo sem saber, me ensinaram. Todas as páginas de agradecimento que eu escrever terão, sempre, um lugar para elas.

E claro, ao Fabio. Um homem que entrou na minha vida quando éramos quase adolescentes e me ajudou a crescer e amadurecer tanto, em tão pouco tempo. A ele agradeço a viagem que fizemos juntos (e que só poderia ter sido feita com ele), as conversas, as palavras de incentivo, a admiração e o amor que me permitiram estar escrevendo isso hoje. Agradeço a ele, então, por este trabalho e por todos os muitos outros que virão.



# SUMÁRIO

1. Introdução
2. Algumas considerações sobre o conflito, suas formas e seu desenrolar.
  - 2.1 O que é o conflito?
  - 2.2 Formas e Manifestações.
  - 2.3 Inimigos e Adversários.
  - 2.4 O desenvolvimento do conflito.
  - 2.5 A expansão do conflito.
3. Breve histórico do conflito árabe-israelense.
  - 3.1 Até 1948.
  - 3.2 Guerras, crises e guerrilha.
  - 3.3 Primeiras conversas sobre a paz.
  - 3.4 A partir da segunda Intifada.
4. A cobertura do cerco à Basílica da Natividade.
  - 4.1 Construir o acontecimento.
  - 4.2 Sobre a pesquisa.
  - 4.3 Os primeiros dias.
  - 4.4 O encerramento.
5. Conclusões.
6. Referências Bibliográficas.
7. Anexos.

# 1.INTRODUÇÃO

O interesse pelo conflito do Oriente Médio não é novo. Ao longo de mais de 50 anos, desde a criação do Estado de Israel, os diversos meios de comunicação vêm tentando retratar, explicar e, de alguma forma, lançar um novo olhar sobre um impasse que já dura meio século e que parece longe de terminar.

Através do cinema, da literatura e do jornalismo, a mídia ajudou a transformar a luta entre palestinos e israelenses em questão de interesse ao redor do mundo. Com as novas tecnologias da informação, é produzido, diariamente, um enorme volume de material sobre o assunto. A guerra parece estar bem ao nosso lado.

No entanto, ela não está. Para a maior parte das pessoas são as revistas e os jornais, sejam eles impressos ou transmitidos pelo rádio, a televisão e a Internet, que vão contar o que está acontecendo neste conflito que, parece tão perto, mas na verdade está tão longe. E é exatamente a forma em que ele é narrado que vai formar a opinião de milhões de pessoas.

Através da associação de idéias a respeito de vítimas, culpados, e razões que podem levar dois povos a se enfrentar em lutas e combates, a narrativa de um conflito pode servir como base, inclusive, para formar a opinião do público sobre outras guerras e situações de impasse, de uma forma geral.

Uma viagem que realizei a Israel e aos territórios da Autoridade Nacional Palestina, na Cisjordânia, em maio de 2006, serviu como pesquisa e fonte de inspiração para a escolha do tema deste trabalho.

Chegar a Belém mostrou-se muito difícil desde o início. Mesmo a poucos minutos de Jerusalém, a distância entre as cidades é de apenas alguns quilômetros, o número de barreiras israelenses, os chamados *check-points*, repletas de soldados e suas perguntas tornava um percurso de 15 minutos em uma missão quase impossível.

A saída encontrada para conseguir entrar na cidade foi esconder-me em um táxi, deitada no banco de trás, e escolher um caminho alternativo que percorria os subúrbios da região, onde um outro carro já aguardava para concluir o caminho.

No centro da cidade, uma das maiores da Cisjordânia, uma bandeira da Autoridade Nacional Palestina tremulava sozinha. As ruas estavam vazias e o comércio todo fechado. O único movimento de pessoas que se via era formado por alguns poucos turistas e outros

poucos vendedores de cartões postais na Praça da Manjedoura, em frente à Basílica da Natividade.

As primeiras palavras ditas por um guia turístico lembravam a ofensiva israelense em 2002. Poucas pessoas se recordavam do que havia acontecido naquele mesmo local, alguns anos antes. A memória coletiva foi voltando à medida que o guia descrevia a operação militar como uma ofensiva que havia colocado em risco o lugar onde Jesus havia nascido.

Se o tráfego de pessoas é difícil num local como esse, maior parecia a dificuldade em se obter informações a respeito de um acontecimento que lá ocorresse. Mais do que nunca, o papel dos meios de comunicação jornalísticos, em sua função primeira de informar seu público, se mostra fundamental. Algumas questões nasceram, então, durante esta visita.

A primeira delas foi o porquê de os turistas ali presentes, vindos de diferentes partes do mundo, se lembrarem da ofensiva israelense em Belém apenas quando foi mencionada a referência sobre o local de nascimento de Cristo. Seria esse um resultado da informação que haviam recebido dos jornais em seus países? A outra questão foi, então, a respeito da possibilidade de aquele acontecimento ter sido narrado de formas diferentes em diversos veículos informativos ao redor do mundo. E se fosse esse o caso, quais seriam as diferenças? E como elas teriam sido construídas?

O objetivo deste trabalho será, então, procurar entender como o acontecimento jornalístico é construído pelos diferentes jornais e que instrumentos eles usam para isso. Pensamos que a produção de sentido pode ser feita de diferentes maneiras: através da escolha das testemunhas e dos depoimentos usados para ilustrar a notícia; da realização ou não de uma análise acerca do que está sendo narrado; da escolha das palavras usadas na narrativa, do destaque dado a cada informação, da associação entre diferentes idéias trazidas em uma matéria (ou uma coluna opinativa), entre outros.

Iremos, neste trabalho, analisar o conteúdo publicado em diferentes jornais a respeito do cerco à Basílica da Natividade, em Belém. Através desta pesquisa buscaremos perceber se há diferença entre as coberturas feitas por estes veículos e como essa diferenciação é produzida. Assim, buscaremos compreender como é feita a produção de sentido, para o leitor, através deles.

Este trabalho se propõe, então, a fazer uma análise da narrativa construída por alguns jornais a respeito de um acontecimento passado em uma zona de conflito, mais especificamente, a luta entre palestinos e israelenses. Desta forma, torna-se muito importante fazer algumas considerações sobre o conceito de conflito.

Para isso, no **primeiro capítulo** deste trabalho, será usado como base teórica o livro *Sociologie du conflit*, do sociólogo francês Julien Freund. Nesse livro é discutido o conceito de conflito e quais os fatores que o caracterizam, uma vez que o termo parece ser usado indiscriminadamente. Freund discute também as formas e manifestações de um conflito, seu desenvolvimento e quais são os fatores que podem levar a sua expansão. Sempre que possível, faremos uma ligação entre o conceito sociológico e o conflito que faz parte do nosso objeto de estudo.

Entendemos que para melhor analisar a cobertura jornalística de um acontecimento que faz parte da luta entre palestinos e israelenses devemos conhecer suas raízes, seu pano de fundo histórico. Para isso, no **segundo capítulo**, faremos uma pesquisa que possa nos ajudar a compreender como este conflito chegou, da maneira em que está, aos dias de hoje. Usaremos como fonte historiadores, como Eric Hobsbawn e Bernard Lewis, para citar alguns, e a análise de alguns *sites* e revistas como a *New Left Review* e o *Le Monde Diplomatique*.

Nesta breve cronologia, que será iniciada no fim da primeira guerra mundial e o do Império Otomano, analisaremos os fatores que influenciaram a criação do Estado de Israel, em 1948. Em seguida, falaremos das diversas guerras entre israelenses palestinos e árabes de vários países e, depois, nos fatores que acabaram por transformar este combate em um conflito baseado na guerrilha.

Iremos, também, fazer um pequeno histórico sobre as diversas tentativas de se chegar a um acordo de paz estável na região e discutiremos o porquê de estes acordos não terem alcançado seus objetivos. Concluiremos o segundo capítulo, então, descrevendo o conflito atual, a partir da segunda Intifada, iniciada em 2000, e as perspectivas para o futuro.

O **último capítulo** deste trabalho será a análise da cobertura feita sobre o cerco à Basílica da Natividade, em 2002, por alguns jornais da imprensa brasileira, *O Globo*, o *Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*, um jornal europeu, o francês *Le Monde*, e um norte-americano, o *New York Times*. Esses jornais foram escolhidos de modo a dar um panorama internacional da cobertura desse acontecimento.

Em primeiro lugar, iremos analisar a cobertura no que diz respeito à quantidade do conteúdo publicado e sua divisão ao longo dos 38 dias em que o cerco se manteve. O objetivo é saber se os jornais dão mais atenção ao início de um acontecimento ou ao seu fim. Se eventos factuais marcantes, no decorrer do cerco, influenciam no número de matérias publicadas e, também, se algum dos jornais deu mais destaque do que outros a esta cobertura, e os motivos de uma eventual diferença.

Em seguida, analisaremos o conteúdo publicado, matérias, colunas e notas, durante

alguns dias no início do cerco e em seu fim. Essa análise será feita a respeito do discurso de cada publicação e do sentido produzido por elas.

Usaremos como base metodológica o livro *Construir o Acontecimento*, de Eliseo Verón. Este livro faz uma análise do comportamento da mídia francesa no caso do acidente da usina nuclear de Three Mile Island, nos Estados Unidos, em 1979. Ele analisa o que chamou de *construção do acontecimento*, através da forma como os meios de comunicação produzem o seu discurso. São usados diversos exemplos, retirados das notícias dos jornais, que comprovam que um mesmo acontecimento pode se transformar em vários a partir da maneira como é narrado. Uma conclusão impressionante, tirada a partir de um dos exemplos mais marcantes citados no livro, é como um acidente nuclear real se torna muito mais grave a partir da ligação que a mídia fez entre ele e um acidente ficcional que estava em cartaz em um filme catástrofe na mesma época.

A partir da leitura do livro de Verón, e da cobertura dos cinco jornais que serão pesquisados, procuraremos descobrir, então, como foi criado, em cada um deles, o acontecimento jornalístico a respeito do cerco à Basílica da Natividade em Belém.

## 2. Algumas considerações sobre o conflito, suas formas e seu desenrolar.

Para que melhor possamos analisar o papel da mídia em locais e acontecimentos que envolvem situações de conflito, é importante olharmos com um pouco mais de atenção a própria noção de conflito.

No vocabulário corrente há uma enorme quantidade de termos para designar diversos tipos de enfrentamentos entre os homens, desde a concorrência e a competição, em uma ponta, até a guerra e a revolução na outra, passando pela luta, o combate, a batalha ou simplesmente a querela, a disputa, o desacordo e a rivalidade. A competição e o antagonismo não têm, necessariamente, uma natureza conflituosa. Um simples debate, ou uma competição esportiva, por exemplo, não tem características de conflito, mas pode se transformar em um sob determinadas circunstâncias.

### 2.1 O que é o conflito?

A noção de conflito não é, de fato, unívoca. A filosofia fala de conflitos de deveres para designar o fato de que um mesmo ato pode ser justo ou injusto de acordo com as regras que forem consideradas. A psicologia fala de conflitos de sentimentos quando uma pessoa se encontra dividida entre dois sentimentos contrários. A linguagem jurídica fala de conflitos de atribuição ou conflitos de jurisdição quando duas instâncias discutem a respeito da responsabilidade sobre um mesmo assunto.

Julien Freund em sua obra, *“Sociologie du conflit”*, que serviu como base para as considerações desse trabalho, propõe a seguinte definição do conceito de conflito.

O conflito consiste em um enfrentamento ou choque intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a respeito de um direito, e que para manter, afirmar ou restabelecer este direito tentam quebrar a resistência do outro, eventualmente se utilizando do recurso da violência, esta visando, em alguns casos, à destruição física do outro.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> FREUND, J. *Sociologie du conflit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983, p.65.

Seguiremos a argumentação desse autor ao longo de todo o capítulo.

Para que definição de conflito possa ser o mais clara possível, algumas explicações se mostram necessárias.

- I) O enfrentamento ou choque é voluntário. Etimologicamente a palavra *conflictus* designava um choque qualquer. Na linguagem moderna a utilização da palavra conflito implica um choque intencional. Desta forma, não se pode falar de conflito quando um homem se choca com uma pedra ou quando dois ciclistas colidem um no outro involuntariamente. (No último caso, no entanto, essa colisão eventual pode se transformar em um conflito se um dos ciclistas manifestar uma agressividade contra o outro). A intenção do conflito pode ser individual e opor dois seres, ou coletiva e opor dois grupos, não importando o tamanho de cada um dos grupos, uma vez que, por exemplo, um pequeno grupo de guerrilheiros pode enfrentar um grande exército de um país.
- II) Os antagonistas devem ser da mesma espécie. Por exemplo, um afrontamento qualquer entre um homem e um cão, portanto, não será considerado um conflito. Esta especificação a respeito da espécie vale também para o conceito de violência. Segundo Freund, não podemos chamar de violência o fato de homens matarem bois ou de um leão caçar uma gazela. A violência existe unicamente no enfrentamento de membros da mesma espécie.
- III) O conflito implica uma intenção hostil, a intenção de destruir um outro que seja considerado inimigo ou que se gostaria que o fosse. A hostilidade pode consistir de uma simples animosidade ou ter aspecto mais brutal que, variando o número de envolvidos, se desenvolve desde uma rixa à guerra. O conflito pode explodir espontaneamente ou ser organizado com antecedência, planejado. Freund explica que por esse motivo ele utiliza a noção de hostilidade e não de agressividade. Citando K. Lorenz em sua obra *L'agression*<sup>2</sup>, ele afirma que a agressividade é um instinto natural que está a serviço, como todos os instintos de uma forma geral, da conservação da vida, seja esta do indivíduo ou da espécie. Desta forma, pode haver situações de agressividade sem hostilidade, portanto, sem conflito.

---

<sup>2</sup> Paris, Flammarion, 1963, cap. III.

Podemos concluir, então, que se a agressividade é uma disposição natural, a hostilidade é de ordem emocional. Ela se manifesta em um determinado momento e pode desaparecer em seguida, mas serve como motivação para a eclosão de um conflito. O sentimento de hostilidade pode não ser experimentado, compartilhado pelos dois antagonistas. Basta que um o manifeste para que se crie uma situação conflituosa. Há, no entanto, gradações para o sentimento hostil. Desde a simples ameaça que inspira o medo ao confronto violento.

- IV) O objeto do conflito é, em geral, o direito. Não apenas como uma disposição formal, mas também como uma reivindicação por justiça. Mesmo no caso de uma revolta espontânea, causada, por exemplo, pela escassez de algum produto, pela miséria ou por algum outro motivo de aflição, os manifestantes são levados pelo sentimento de estarem sendo vítimas de uma injustiça. Além disso, não existe hoje praticamente nenhum conflito ou guerra que não esteja à procura de legitimação, ou seja, em busca do reconhecimento de que é justo, ou, em outras palavras, uma manifestação do direito de seus participantes.
- V) O conflito tem como objetivo quebrar a resistência do outro. Ele consiste, então, em um confronto entre duas vontades onde uma procura dominar a outra na esperança de impor a sua verdade, sua solução. O conflito não é simplesmente uma divergência de idéias e interesses. Os antagonistas se tratam como adversários ou inimigos. Desta forma, é a manifestação de um poder através da chantagem, da intimidação, da violência direta ou indireta. No limite, a saída normalmente é o triunfo de um lado e o reconhecimento da derrota do outro. Assim, o conflito é uma forma de ter razão independente das argumentações racionais, e até razoáveis em certos casos, a não ser que os dois lados aceitem a arbitragem de um terceiro.



## 2.2 Formas e Manifestações

O conflito pode se apresentar de inúmeras formas, desde uma maneira desordenada que tudo à sua volta subverte e perturba com o uso de pilhagens e massacres, até uma maneira mais contida, submetida a regras e ritos. Segundo Freund, de um ponto de vista sociológico, é possível agrupar todas as espécies e manifestações de conflitos em apenas dois tipos. O primeiro seria a luta; o segundo, o combate.

A luta é a forma indeterminada do conflito, freqüentemente confusa, por vezes feroz e desmedida. A violência se dá livremente e é difícil contar, com precisão, seus participantes, na medida em que, no desenrolar dos acontecimentos, o medo que a luta pode suscitar ou a atração que pode exercer faz dela um constante ímã e repelente de pessoas. Assim, seu desenrolar é, em geral, imprevisível. Por fim, a luta pode se apresentar de duas formas. A primeira se utiliza da violência direta. A segunda adota procedimentos mais sutis, dissimulados, uma vez que seu objetivo é a longo prazo.

As revoltas nos dão uma imagem concreta da primeira representação de luta. A violência se desenrola brutalmente sem recuar diante de ninguém nem de nenhuma convenção, seja ela social, jurídica ou moral. Ela decide seus próprios limites, que podem, sempre, ser modificados. Tudo é possível, tudo é permitido. Em geral, essa forma de luta termina do mesmo jeito como havia começado: sem planejamento ou premeditação. Ainda de acordo com Julien Freund, apenas se surgirem um ou mais líderes capazes de organizar a multidão em torno de um objetivo preciso que este tipo de luta poderá conduzir a um resultado positivo, em geral transformando-se em uma guerra civil que assume a forma de um combate.<sup>3</sup>

Um bom exemplo da segunda forma de configuração da luta, mais insidiosa, com objetivos determinados em longo prazo, é a luta de classes. Neste caso específico, ela toma um aspecto mais abstrato, uma vez que não se manifesta diretamente, como a revolta. (o próprio conceito de classe e a definição de quem pertence a qual classe não é objetivo, as fronteiras entre as diversas classes são móveis). É raro, então, que se assista à eclosão de uma forma direta de violência nesse tipo de conflito. A violência, em geral, é uma referência indireta que se dá sob a forma de uma opressão difusa a qual chamamos exploração ou dominação. Essa referência serve, antes de tudo, para justificar uma luta latente e permanente que pode, eventualmente, eclodir.

---

<sup>3</sup> FREUND, J. Op.cit, p.72.

Diferentemente da luta, o combate seria o tipo de conflito submetido a regras e convenções e se caracterizaria pelo esforço destinado a controlar a violência e contê-la dentro de determinados limites. As convenções são diversas e podem tratar da provocação do conflito, como é o caso de uma declaração de guerra, do seu desenrolar, a interdição de alguns tipos de arma, de seu término, a edição de tratados de paz, e até de seus participantes, como o caso de convenções sobre prisioneiros de guerra ou a imunidade dos membros da Cruz Vermelha. Todas essas regras, no entanto, só podem ter valor se forem aceitas e respeitadas por todos os envolvidos.

De forma geral, o combate é liderado por pessoas e organizações destinadas especialmente para isso, como os exércitos cujos soldados usam uniformes distintos e são submetidos a severa hierarquia a fim de evitar a violência desmedida da luta. A regulamentação essencial do combate consiste na organização administrativa da função militar (ao lado de outras instituições públicas) e no fato de que o militar é subordinado a um político, o que faz com que a violência seja submetida a um fim, um objetivo pré-determinado. De fato, a estratégia nasce da vontade de transformar a luta em um combate que colocaria frente a frente dois grupos militares com suas forças vigiadas e, até onde fosse possível, recuperáveis. O combate aparece, então, como uma forma de impor disciplina àqueles que se enfrentam, tornando, assim, o conflito mais moderado e organizado.

A vontade de que essa transformação aconteça não é uma preocupação contemporânea. Através do tempo os homens foram forçados, por causa de exigências políticas, a buscá-la. Mais recentemente, a convenção de Genebra se inscreve nesse contexto, o da tentativa permanente de encerrar a violência dentro do conflito. No entanto, em diferentes épocas essa perseverança é posta à prova quando vemos o ressurgimento de lutas impiedosas e desumanas, como foi o caso da dura repressão às revoltas de escravos na antiguidade romana, da Segunda Guerra Mundial e dos conflitos que deixam milhões de refugiados em todo o mundo atual. Neste caso, resta uma questão sobre se é possível atribuir o nome conflito aos episódios de Ruanda e Darfur, por exemplo, ou se não seriam estes unicamente designáveis como genocídio e barbárie.

Ainda segundo Freund, o esforço destinado a substituir, de forma abrangente, a violência desordenada da luta pela regra do combate se desenvolveu em dois planos, os dois muito ligados ao surgimento do Estado Moderno. O primeiro é o monopólio do uso da violência pelo Estado. Foi o fim, ou pelo menos, a tentativa do fim, dos duelos, da vingança legítima, enfim, do que chamamos comumente de “justiça com as próprias mãos”. O segundo

é a multiplicação de tratados e convenções internacionais com o intuito de regulamentar a violência armada entre os Estados.

O recurso à violência, ou mesmo apenas a ameaça da violência, é indissociável do conflito. Está em seu centro. Se sua utilização eventual não for nem cogitada não se pode falar, então, de conflito, mas sim de uma simples competição.

A violência tem uma relação direta com o poder e não com a força. A força é possível de se contabilizar, concreta. O número de soldados em um exército, o número de armas, de tanques de guerra. O poder se caracteriza pela forma como a força disponível é utilizada. Envolve estratégia, a moral dos combatentes e a importância que eles dão à causa que estão defendendo, em suma, a vontade dos homens que se utilizarão das forças. Isso pode explicar, por exemplo, o porquê de em alguns casos de conflito assimétrico, o lado menos forte acabar por vencer.

O perigo da violência é que ela, com ou sem razão, impõe sua forma de proceder e relega qualquer outro método a segundo plano. Sua própria natureza coloca em jogo a vida de um indivíduo e de uma coletividade.

Podemos apontar duas formas de violência. A violência direta, ou em ato, e a violência indireta, que podemos chamar também de violência de situação. A violência direta é aquela exercida em casos de agressões e conflitos abertos, envolvendo ameaças e ferimentos. É a que se desenvolve no coração de um conflito aberto. A violência indireta é dissimulada, raramente declarada. É latente, espalhada pela sociedade. Um exemplo comum são regimes opressores partidários dos crimes políticos. É a violência que está, salvo exceções de pequenas revoltas pontuais, fora do conflito aberto.

Precisar a idéia de violência nos permite entender melhor o conceito de conflito. Se este produz situações excepcionais é porque ele se utiliza do recurso também excepcional da ameaça e da violência. Duas coisas podem dissolver em nossos olhos a idéia de violência. A primeira é acreditar que tudo é violência. Desta forma não haveria motivo de evitar todas as suas manifestações mais brutais, uma vez que tudo faria parte de seu ciclo. Além disso, se banalizamos essa noção, ela perde seu caráter excepcional e assim pode se tornar um método ordinário de governo ou de reivindicação, como o caso do terrorismo. Do outro lado está acreditar que nada é violência. Se isso fosse verdade, da mesma forma, tudo seria permitido. Prisões desumanas, por exemplo, e campos de concentração poderiam ser entendidos como centros de reeducação e hospitais psiquiátricos como uma forma de proteger os internos da população que não os aceita.

A violência é um instrumento excepcional que, dependendo da forma e do grau, pode originar consequências verdadeiramente assustadoras. É por essa razão que, ao longo do tempo, as sociedades estáveis tentam domesticá-la, torná-la um ritual, enquadrá-la dentro de certos limites. Podemos dizer que uma sociedade se estabiliza apenas com essa condição.

### **2.3. Inimigos e Adversários**

O significado mais básico da política é transformar a luta sem controle em combate regulamentado. Uma das maneiras em que a política cumpre o papel de proteção é precisamente, através de leis e convenções, na transformação da luta indistinta em combate. Na contramão dessa definição está a política abusiva que, ao invés de proteger seus cidadãos, o que seria sua finalidade, os entrega aos desmandos dos que detêm o poder. O totalitarismo é um exemplo disso, uma vez que, por despotismo, protege seu próprio poder travando contra os cidadãos uma luta dissimulada. A política, nesse caso, deixa de ser um serviço comum à sociedade e passa a ser uma forma de proteger os privilégios de uma elite. Para a melhor análise dessa questão, Julien Freund propõe a distinção entre o que ele chama de estado Polêmico e estado Agonal.

O estado Polêmico é aquele da violência aberta e direta ou, ainda, aquele do combate, mesmo que regulamentado. Ele designa, então, uma situação de conflito, ou de conflito iminente, pouco importando a forma e o grau de violência. Pode se tratar de uma briga, de uma guerra, de uma revolta, um levante, um golpe de Estado ou até uma revolução. A característica essencial é que os participantes se enfrentam como inimigos, o que quer dizer que eles se dão o direito, legítima ou ilegitimamente, de usar a força contra seu oponente. Isso quer dizer que o que é importante no estado polêmico é a intenção hostil, pouco importando se ela teve sua fonte no ódio, no medo ou em uma decisão política. A hostilidade tem, em geral, como objetivo romper um estado de equilíbrio a fim de causar mudanças; isto significa que o conceito de estado polêmico comporta tanto os conflitos abertos quanto as provocações e intimidações que podem, em decorrência de diversos acontecimentos, eclodir.

O que Freund chama de agonal é o estado que consegue interromper os conflitos e os substituir por outras formas de rivalidade, que conhecemos pelos nomes de competição e concorrência. O esporte nos serve como um bom exemplo para essa definição. A principal característica é a de que os rivais não se comportam mais como inimigos e sim como

adversários. Isso quer dizer que a idéia de vencer e ultrapassar o concorrente existe, mas a princípio a violência e a hostilidade estão excluídas. Não se trata, então, de impor, a qualquer preço, uma verdade ou uma vontade, mas sim de tentar vencer seus próprios limites através de regras combinadas a priori, regras estas que não admitem o ataque físico ou moral ao oponente.

No coração do estado agonal estão essas regras, reconhecidas por todos, e que não foram estabelecidas aleatoriamente por um vencedor, como acontece ao fim de conflitos violentos. Elas servem para orientar as ações dos indivíduos e também para determinar o fim de algumas rivalidades, precisando o que é permitido ou não, e o que é necessário para se chegar à vitória. São usadas no dia a dia-a-dia do cidadão (por exemplo, um motorista sabe que se avançar um sinal, por exemplo, pode receber uma multa), em competições esportivas e econômicas, como licitações.

Não devemos confundir o estado agonal com a utopia de uma sociedade irremediavelmente pacífica e sem conflitos. O eterno Éden existe, apenas, na teoria. A estabilidade deste estado é frágil, uma vez que, a todo instante, um momento ou uma intenção de violência pode colocá-lo em perigo. O polêmico está sempre presente, mesmo que apenas no plano das idéias e quem sabe, das possibilidades.

Nos dias de hoje o estado agonal pode ser compreendido pelo o que chamamos de Regime Democrático (embora esse conceito esteja de tal forma comprometido que pode mascarar um estado polêmico de violência latente. É o caso, por exemplo, de Estados que têm em sua sociedade diversos tipos de preconceito criando hostilidade entre os cidadãos). A democracia seria o que chamamos hoje de direito e respeito às diferenças. Estados totalitários ou associações com orientações ideológicas rígidas podem até manter a paz exterior reprimindo toda a forma de pensamento e expressão que não seja a oficialmente aceita, mas ao custo de extrema violência, mesmo que não física, aos indivíduos que rejeitam a uniformidade. Exemplos desse tipo só podem ser classificados como manifestações do estado polêmico.

Por outro lado, o estado agonal tende a se paralisar na burocracia, uma vez que tenta submeter tudo à regulamentação e ao direito. Em “Sociologie du conflit”, Julien Freund cita o autor C.Schmitt<sup>4</sup> para dizer que o risco consiste na política de tipo judiciário, onde a racionalidade jurídica ultrapassa a vontade e a autoridade políticas, ou seja, todas as decisões políticas devem sempre ser submetidas a um conselho, e em outras palavras, ao controle dos juízes. Esse Estado dos juízes tende a sufocar qualquer iniciativa política e com o tempo

---

<sup>4</sup> SCHMITT,C. apud FREUND,J. Ibid. p.87.

poderia suscitar contestações violentas, transformando o estado agonal em um estado polêmico.

## **2.4. O desenvolvimento do conflito**

O conflito raramente se desenvolve exatamente como previsto. Pelo mesmo motivo, um nunca é exatamente como outro, mesmo se o que está em jogo é parecido ou se os personagens são os mesmos. O desenrolar de um conflito depende, todas às vezes, das circunstâncias espaciais e temporais, da determinação dos protagonistas, da reação dos oponentes, da motivação de seus líderes.

Os conflitos são sempre únicos. Cada um cria uma situação irreversível, de maneira que não podemos nunca recomêçá-los nem repeti-los da mesma maneira. Entretanto, é possível enumerar algumas características gerais comuns a eles.

O primeiro dado objetivo fundamental é o que Freund chamada de teatro de operações, ou seja, o local onde o conflito se dá. Uma greve, por exemplo, tem amplitude diferente se estiver limitada a uma usina e se englobar todas as empresas de um país. No campo das relações internacionais uma guerra localizada, opondo, mesmo que diretamente, dois países menores, numa escala de poder e influência geopolítica, como a disputa entre Irã e Iraque nos anos 80, não tem a mesma repercussão que uma guerra como a do Vietnã, que opôs, mesmo que indiretamente, os Estados Unidos e a antiga União Soviética. O conflito toma uma outra importância se o espaço onde ele se dá ameaça regiões econômica e estrategicamente importantes. É importante apontar também que a natureza do terreno pode determinar o tipo de conflito. A montanha e a selva favorecem a guerrilha e não se conduz um combate da mesma forma em uma região densamente povoada e em um deserto.

Para diminuir os riscos é comum tentar isolar um conflito. Espera-se, assim, diminuir sua capacidade explosiva. Há, entretanto, a questão de conflitos periféricos que ultrapassam os limites puramente espaciais na medida em que provocam, em terceiros, o medo, o desejo de se manterem distantes (é comum fazer isso proclamando a neutralidade), o desejo de tirarem algum proveito e, às vezes, os fazem agir para que o conflito termine antes de se espalhar para além de suas fronteiras.

O conflito é, em geral, mais violento no início. Quando ele perdura, se arrasta por muito tempo, ou bem ele se enfraquece, já que entra na esfera do cotidiano (deixa de ser

extraordinário, novidade e no caso das relações com a mídia perde força como acontecimento a ser noticiado), ou bem, pelo cansaço, suscita discórdia e desentendimento e dúvida entre seus participantes e pode provocar, em última escala, o fim dos combates. Com o tempo, o conflito perde o seu vigor, sobretudo se não estiver sustentado pela opinião pública. O exemplo mais recente que podemos citar é o da opinião pública americana. Favorável à invasão do Iraque em 2003, exige, hoje, o fim da guerra.

A importância do tempo não se dá apenas na questão da duração do conflito ou dos avanços estratégicos e tecnológicos por ele permitidos. Usá-lo para saber escolher a conjuntura mais favorável para a declaração ou o encerramento de um conflito também é fundamental. Ainda a respeito do tempo, podemos apontar também a expectativa de um terceiro, observador, que espera que um dos lados participantes de uma guerra assuma uma vantagem definitiva para depois escolher um aliado e entrar no combate.

É interessante ressaltar o importante papel da função simbólica. O conflito, principalmente a guerra entre estados e a revolução, é um grande gerador de símbolos. Em primeiro lugar há os símbolos materiais: estandartes, emblemas, insígnias, uniformes. Estes são comumente ironizados, mas são eles os meios simbólicos utilizados para disciplinar os homens chamados a usar a violência e, com isso, a própria violência. Usemos como exemplo o caso do uniforme: ele é o signo da igualdade entre os homens que o usam e ao mesmo tempo o que os diferencia da população civil. O combatente sem uniforme é, em geral, irregular, se comporta fora das regras. É comum ouvirmos a expressão “manchar o uniforme” quando algum membro do grupo age de uma maneira que possa ser nociva àquela coletividade.

O discurso dos líderes das guerras e revoluções, pouco importando sua ideologia, também é coberto por uma retórica simbólica de ordem alegórica ou mitológica. Uns dizem para seus soldados lutarem como leões; outros evocam o exemplo de líderes do passado de um povo.

A representação simbólica está na base da identidade coletiva que o conflito cria, de forma efêmera ou duradoura, ao longo de seu desenvolvimento. Quando uma guerra começa, o inimigo é enfrentado com uma determinação comum que agrupa numa espécie de ímpeto, impulso, os sentimentos que estariam, antes, dispersos. Uns se sentem plenamente brasileiros, outros plenamente árabes ou israelenses (no caso do conflito árabe-israelense a nacionalidade se confunde com a questão religiosa, o que expande, ainda mais, suas fronteiras). Em casos extremos, especialmente em pequenos grupos, esse processo conduz à dissolução do sentimento de identidade individual. Ela se torna como a semente de uma possível traição,

levando em conta que, para alguns, a liberdade individual pode ser uma ameaça à liberdade do grupo.

Todo conflito é uma espécie de desafio que impulsiona os combatentes a ultrapassarem seus limites previstos (a intenção seria, no entanto, não usar a totalidade de recursos disponíveis. O ideal é esgotar o inimigo sem se esgotar. Na pior das hipóteses, é necessário preservar as possibilidades de sobreviver à derrota). Sua origem está, em geral, na divisão de grupos e nações em dois campos, onde um quer manter seu status quo, os valores e regras em vigor, e o outro pretende modificá-los. É, no entanto, raro que um conflito liquide os antagonismos que foram sua causa. Frequentemente eles resistem à sua conclusão.

Essa necessidade de preservar os recursos indispensáveis à vida e à sobrevivência significa que o conflito não tem por objetivo a morte de sua coletividade nem de seus valores. Se ele é declarado é justamente para protegê-los ou salvá-los e não para que eles desapareçam. O problema que se apresenta, então, é a escalada do conflito. O objetivo de pressionar o inimigo a aceitar as exigências implica que a força empenhada seja proporcional à resistência encontrada. Em outras palavras, “como nenhum dos dois lados pode fazer menos que o outro, eles serão levados, logicamente, a fazer o máximo.”<sup>5</sup> É por essa razão que é necessário dispor de reservas e não usar todas as forças ao mesmo tempo. A condução do conflito exige que se leve em conta não apenas a materialidade das forças do inimigo, mas também seu regime político, suas instituições, os hábitos comuns à sua sociedade, já que esses elementos também intervêm na disposição que ele terá em ir cada vez mais longe na escalada de violência. (Neste momento, é pertinente um pequeno comentário sobre a religião no conflito. De fato, ela pode ter um papel importante em sua intensificação, sobretudo quando colocada como razão e porta-voz do conflito. As chamadas “guerras-santas” não costumam admitir flexibilizações. Segundo Freund, “quando uma guerra toma o viés teológico, ela se torna implacável”.<sup>6</sup>

O comportamento de terceiros não envolvidos diretamente no conflito também é importante, principalmente quando eles não respeitam inteiramente a neutralidade e deixam aparente certa simpatia por um dos lados. Nos conflitos de hoje, esse “terceiro” muitas vezes é a chamada “comunidade internacional” ou mesmo a opinião pública. Para os protagonistas do conflito, ora é necessário dar garantias a quem está neutro para que ele assim permaneça e não interfira, ora é necessário reuni-lo sob a causa que está sendo defendida e, se for possível e oportuno, torná-lo aliado.

---

<sup>5</sup> ARON, R. apud FREUND, J. Ibid. p.200.

<sup>6</sup> FREUND, J. Ibid. p.217.



Na maioria das vezes o conflito não se desenvolve sempre no mesmo ritmo ou com a mesma intensidade. Há fases de avanço, fazer de recuo, períodos de trégua e períodos de combate direto. Pode-se adotar uma tática ofensiva em um setor ou regimento e uma defensiva em outro, da mesma forma que pode haver progressão em uma zona e regressão na outra. Em outras palavras, o conflito não é um movimento uniforme. Segundo Freund, três fatores são capitais na gradação de um conflito: a ideologia, a transgressão e o impacto da multidão.<sup>7</sup>

Não podemos afirmar que a ideologia esteja sempre associada a um conflito. Ela também está presente em passeatas e protestos pacíficos e em simples reivindicações. No entanto, podemos dizer, sim, que ela é um agente eficaz na aceleração dos conflitos.

Mais do que qualquer outra forma de discurso, a ideologia fala ao sentimento, à paixão e à imaginação. Ela alimenta as grandes idéias como a liberdade, igualdade, justiça, felicidade, paz e tantas outras. As guerras, muitas vezes, são também embates de ideologias. Apesar de freqüentemente tratar de assuntos universais, é comum que cada lado de um conflito tenha sua própria ideologia, ou seja, a de um pouco vale no campo do outro, ou é entendida de forma diferente, e vice-versa. Em alguns casos, a ideologia é o que distingue as pessoas por amigos e inimigos (segundo Freund por isso ela tem campo tão favorável na política)<sup>8</sup>. Ela é mais atuante em conflitos como as revoluções que, como está no significado do seu próprio nome, buscam mudanças radicais em suas sociedades.

O conflito cria uma situação extraordinária que infringe as regras em vigor em um grupo ou sociedade. Por definição, a regra comporta uma proibição pré-estabelecida pelas convenções, hábitos e leis de uma coletividade. Onde tudo é permitido, a regra se torna inútil, já que todos podem usar a violência. Assim, podemos dizer que é a regra que sustenta a organização de uma sociedade. Sempre existiram, no entanto, os indivíduos que violam as regras. A transgressão é, então, um fenômeno social tão comum quanto a própria regra. Ela “forma com a proibição o conjunto que define a vida social.”<sup>9</sup>

Para melhor compreender a relação entre a transgressão e o conflito, é preciso se desvencilhar da idéia de que toda proibição é um ato de violência gratuita e toda transgressão é, então, um ato de violência justificada. Na verdade, nem todas as transgressões são violentas, elas podem ser apenas maneiras hábeis de se contornar uma regra. No fundo, a

---

<sup>7</sup> Ibid.p.202.

<sup>8</sup> Ibid.p.205.

<sup>9</sup> BATAILLE,G. apud FREUND,J. Ibid. p.206.

transgressão mostra a vulnerabilidade das convenções, mas, ao mesmo tempo, quando coloca em perigo a ordem social ela acaba por confirmar a necessidade dessas convenções.

Como cria uma situação excepcional, o conflito acaba sendo, indiretamente, uma incitação às transgressões. A regra constitui uma prevenção contra a violência e, assim, um fator de segurança, ao passo que o conflito introduz a insegurança. A transgressão só é um ato marginal nas sociedades pacíficas onde a legitimidade das leis e convenções é reconhecida formalmente. Ela deixa de ser marginal em uma situação conflituosa já que o próprio conflito não deixa de ser uma “transgressão indefinida”, principalmente quando ele não consegue mais controlar a violência que desencadeou. De fato, a transgressão não consiste apenas na violação das regras pelos cidadãos, mas ela pode ser também, obra dos que estão no poder. Ainda segundo Freund, foi para impedir que o Estado moderno não abusasse do monopólio que detém do uso legítimo da violência que foi criada a constituição.

Já foi citado que a participação da multidão, ou seja, o envolvimento popular tem papel fundamental em um conflito, mas esse papel nem sempre é o mesmo. Em alguns casos, a multidão pode iniciar diretamente o conflito, e, em geral, quando isso acontece não é premeditado e, sim, sob influência de alguma situação que se tornou intolerável para grande parte do grupo. Nesses casos, a violência tende a aumentar, uma vez que a resposta das autoridades para reprimir essas revoltas costuma ser igualmente violenta.

Em outros casos, a multidão pode ser o objeto do conflito. Isso acontece quando, por exemplo, grupos rivais, de ideologias rivais, disputam o apoio e o envolvimento das pessoas. A guerra civil parece um exemplo claro.

No que diz respeito ao desenvolvimento do conflito, uma terceira forma de envolvimento popular se mostra capital: a adesão a um conflito já estabelecido, sem haver participado de sua declaração. Essa entrada em cena tem como resultado, normalmente, dar novo ânimo, nova dimensão, nova intensidade a esse conflito. Para melhor ilustrar esse conceito, Freund se utiliza do exemplo da Revolução Francesa que, segundo ele, passou de uma contestação a uma revolução com a entrada do povo no conflito, a partir da tomada da Bastilha.<sup>10</sup>

Por outro lado, da mesma forma que a população pode iniciar, acelerar e transformar um conflito, ela também pode forçá-lo a terminar. Neste caso, podemos nos utilizar mais uma vez da idéia de opinião pública, já que esta também é uma forma de a multidão interferir nos conflitos.

---

<sup>10</sup> FREUND, J. Ibid. pp.212-213.

## 2.5. A expansão do conflito

A força de um conflito não se mede apenas pela sua intensidade, mas também pela sua extensão e pela influência que ele exerce a sua volta. Ele pode se desenvolver inicialmente em um determinado setor da economia, ou em uma região geográfica específica e originar outros conflitos em outros setores e outros lugares. Nesses dois domínios podemos usar como exemplo casos de greves gerais que paralisam vários setores da economia de um país e também os movimentos de descolonização da África e da Ásia, assim como os processos de independência das antigas colônias do Antigo Regime.

No entanto, o conflito principal pode suscitar conflitos secundários em seu próprio lado, numa espécie de expansão interna. Isso pode acontecer quando antigos aliados passam a divergir a respeito de assuntos fundamentais ou quando o conflito se torna muito longo e seu próprio objetivo é colocado em xeque por alguns.

Assim, um conflito curto, em que os propósitos e desejos que o provocaram sejam rapidamente atendidos (e sem um grande risco de perdas), é a intenção da maioria dos líderes militares. Para isso, a surpresa constitui uma manobra eficaz. Ela é uma espécie de artilharia, mas para que tenha sucesso é preciso segredo e rapidez. Ao mesmo tempo em que estimula seus soldados com o sucesso inicial, ela quebra a capacidade de resistência do oponente.

A surpresa é, então, uma estratégia de combate. Não podemos falar em conflitos, principalmente em guerras, sem falarmos de tática e estratégia.

A estratégia consiste em uma visão do conjunto da guerra, em sua preparação, no estudo do inimigo e do chamado “teatro de operações”. A tática, ao contrário, intervém apenas após o começo do combate; ela depende diretamente do comportamento dos que estão presentes no momento do embate, em como eles usarão os meios que têm disponíveis. Ela é, então, inerente ao desenvolvimento do combate. Nas palavras de Freund, “se a estratégia é a previsão, a tática é a execução”<sup>11</sup>

Parece impossível, no entanto, compreender racionalmente o conflito em sua totalidade. Ele pode ser um motor de mudança em uma sociedade, e, em outro caso, ser uma ferramenta de opressão. Ele comporta fases de confusão, da anarquia própria da luta, e, ao mesmo tempo, iniciativas guardadas em segredo para surpreender o inimigo, pensadas em grupo ou, ainda que incomum, resultantes do impulso de um combatente. O comportamento dos que estão envolvidos no combate, sejam eles líderes ou não, se mantém repleto de

---

<sup>11</sup> Ibid. p.227.

imprevistos. Pode-se, inclusive, discutir as várias razões para se iniciar o conflito, ou mesmo se é racional declarar qualquer tipo de guerra. O conflito é um “objeto que vive e reage”.<sup>12</sup> Ele é uma manifestação da vida que coloca em risco outras vidas.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> CLASEWITZ. apud FREUD, J. Ibid. p.240.

<sup>13</sup> FREUND, J. Ibid. p.240.

### 3. Breve histórico do conflito árabe-israelense

O Oriente Médio tem sido uma zona de guerra, e a guerra, mesmo em áreas distantes, desperta interesse. (...) A geografia foi vencida pela tecnologia dos meios de comunicação de massa e por uma economia estreitamente ligada.<sup>14</sup>

Há muitos anos, o conflito árabe-israelense desperta a atenção de milhões de pessoas por todo o mundo. Vários podem ser os motivos deste interesse: a questão religiosa, o *santo* cenário em que ele se desenrola, a situação geopolítica envolvida, a indignação que ele, a muitos, provoca.

Este, no entanto, não é um conflito recente. Por sua complexidade e duração, é muito comum ouvirmos a seu respeito que seu fim está longe ou, ainda, que ele não tem solução. Frequentemente os jornais noticiam novos acontecimentos e manifestações hostis de ambos os lados, assim como tentativas de acordos de paz.

Mesmo antes da criação do Estado de Israel em 1948, árabes e israelenses (judeus da Palestina, na época, uma vez que não podia existir a cidadania israelense antes da existência do Estado) já se enfrentavam pela posse de terras tão santas e de direito para ambos. Segundo Márcio Scalercio, “as populações árabes da Palestina jamais assistiriam impassivelmente à transferência das terras em que estavam habituadas a viver para estrangeiros judeus recém-chegados”.<sup>15</sup> Ao mesmo tempo, a imigração judaica para a Palestina a partir do final do século XIX e intensificada no século XX, principalmente após o Holocausto da II Guerra Mundial, estava diretamente relacionada ao movimento sionista, que tem em sua raiz, o argumento do direito legítimo, e para alguns, sagrado, do povo judeu às terras da Palestina.

O movimento sionista pode ser entendido como um *nacionalismo judaico*, uma forma de unir as novas ideologias nacionalistas do século XIX com as tradições que uniam a comunidade judaica em diversos países, principalmente na Europa. O homem que transformou o sionismo em um movimento político organizado foi um jornalista vienense chamado Theodor Herzl. Seu texto “O Estado Judeu” foi publicado em 1896 e serviu de inspiração para o primeiro congresso Sionista, em 1897.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> SCALERCIO, M. *O Oriente Médio – uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p.15.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>16</sup> Disponível em [http://www.zionism-israel.com/zionism\\_history.htm](http://www.zionism-israel.com/zionism_history.htm)

Em linhas gerais, o princípio básico do movimento Sionista era a necessidade de se criar um Estado judeu e esse Estado deveria ser criado na Palestina. Os sionistas afirmavam ter direito histórico à posse das terras daquela região, uma vez que lá moravam e foram obrigados, à força, a se espalhar pelo mundo, em um movimento conhecido como *diáspora*.

Ainda segundo Scalercio, “umas das formas de complicar totalmente o problema reside na opção de tentar colocar a disputa no campo da religião e, pior ainda, da legitimidade histórica”.<sup>17</sup> Ambos, árabes e judeus, têm relatos de sua presença na região desde a Antiguidade. Cada um dos lados tem sua versão sobre a propriedade da Terra Santa e, inclusive, sobre relatos bíblicos. No livro “O Oriente Médio”, o historiador Bernard Lewis mostra um postal turco cujo título é *Abraão prepara-se para sacrificar Ismael*. O judaísmo conta a mesma história bíblica, mas o filho prestes a ser sacrificado é Isaac.<sup>18</sup>

### 3.1 Até 1948

O Estado de Israel é comumente classificado como um Estado ocidental fincado no oriente. Isso se dá por causa da maciça imigração européia, a relação com os países do ocidente, especialmente os Estados Unidos e, principalmente, o fato de ter sido criado baseado no modelo político ocidental: sistema político representativo, alternância de poder, separação dos três poderes.

Até a primeira guerra mundial (1914- 1918) a Palestina pertencia ao Império Otomano e lá já moravam árabes e judeus. Antes mesmo do final do conflito, em 16 de maio de 1916, Reino Unido e França fizeram um acordo secreto, conhecido como Acordo Sykes-Picot, que definia o que seriam suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio após o fim da Guerra. O acordo previa também a participação russa na partilha desses territórios, mas a revolução de 1917 tirou a Rússia da mesa de negociações acerca do espólio do *doente* Império Otomano.

---

<sup>17</sup> SCALERCIO, M. Op.cit., p.19.

<sup>18</sup> LEWIS, B. *O Oriente Médio – do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. Ilustrações entre pp.96-97.

Com o fim da guerra, britânicos e franceses “dividiram o Crescente Fértil”<sup>19</sup> não em colônias e dependências, como nos velhos dias, mas em novos Estados, com novas fronteiras e nomes, que controlaram e administraram sob mandato da Liga das Nações<sup>20</sup>.<sup>21</sup> À Grã-Bretanha coube a Palestina. O mandato britânico foi aprovado na Conferência de San Remo, em 1920.

A idéia de criar um Estado judaico na Palestina já existia, uma vez que era esse o grande objetivo defendido pelo crescente movimento sionista. Em um primeiro momento, os líderes do movimento da Europa tentaram negociar diretamente com os britânicos, sem procurar acordos com os outros moradores da região, os árabes. No final da Primeira Guerra Mundial, a crescente comunidade judaica da Palestina conseguiu reconhecimento formal aos seus anseios através da *Declaração Balfour*, carta enviada por Arthur James Balfour, então ministro britânico para assuntos estrangeiros, ao banqueiro inglês Rotschild, presidente da Federação Sionista Britânica. Ela dizia:

Caro Lord Rothschild,  
Tenho o grande prazer de endereçar a V. Sa., em nome do governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia quanto às aspirações sionistas, declaração submetida ao gabinete e por ele aprovada:  
O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo, entendendo-se claramente que nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país.  
Ficaria agradecido se Vossa Senhoria levasse esta Declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Arthur James Balfour<sup>22</sup>

A carta foi incorporada ao mandato da Liga das Nações, sob o qual os britânicos administravam a Palestina. Seu conteúdo deu nova dimensão ao descontentamento, e à própria luta árabe contra o mandato britânico e a presença judaica.<sup>23</sup>

<sup>19</sup> O Crescente Fértil compreende a área no Oriente Médio abastecida pelos rios Jordão, Nilo, Tigre e Eufrates. Fazem parte desse território hoje, mesmo que não inteiramente, Israel, Cisjordânia, Jordânia, Líbano, Síria, Iraque, Egito e Turquia.

<sup>20</sup> A Liga das Nações foi criada no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para ser uma instituição internacional que teria como objetivo impedir novos conflitos e assegurar a manutenção da paz.

<sup>21</sup> LEWIS, B. Op. cit., p.303.

<sup>22</sup> Disponível em português em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,365813,00.html> ; na íntegra em inglês, <http://www.mideastweb.org/mebalfour.htm>

<sup>23</sup> Em entrevista publicada no site da rede BBC em 15 de novembro de 2002, o então ministro das relações exteriores britânico, Jack Straw, admitiu a parcela de culpa do Império Britânico no atual conflito árabe-israelense e citou a declaração Balfour como um dos erros do passado imperial de seu país. “A declaração

Estimulada pela Declaração Balfour e contando com todo o apoio necessário do movimento sionista, a imigração de judeus para a Palestina com o fim da Primeira Guerra se intensificou, e se intensificaria ainda mais, depois da segunda guerra, como mostra o quadro abaixo:

#### Número de judeus na Palestina

1882	24.000
1899	50.000
1914	85.000
1946	700.000

Fonte: Coleção Guerra na Paz, vol.1 apud SCALERCIO,M. Op. cit., p.33.

Esse aumento do número de judeus na região, inicialmente apoiado pela Grã-Bretanha, logo começou a ter consequências. Liderados pelo *Mufti* (líder muçulmano) de Jerusalém, Hajj Amin al-Husseini, que seria o maior opositor de judeus e britânicos na região, os árabes residentes da Palestina começam a organizar a resistência. Formaram-se grupos para atacar assentamentos e fazendas de colonos recém-chegados. Entre 1936 e 1939 uma grande revolta árabe explodiu em um conflito que os opôs aos britânicos e judeus. A revolta foi esmagada, o *Mufti* se exilou em Berlim, e o governo britânico, a fim de evitar novas revoltas, decidiu restringir a entrada de novos imigrantes judeus na Palestina.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, tentando criar melhores relações com os árabes, e cientes de que o número de imigrantes judeus refugiados da Europa tendia a aumentar vertiginosamente, mesmo com as novas restrições, os britânicos passaram a tentar impedir que eles desembarcassem no Oriente Médio. Para os grupos judaicos mais radicais, esses dois fatores fizeram do governo britânico mais um inimigo.

A Agência Executiva Judaica (AEJ) havia sido criada, em 1929, pelos colonos judeus estabelecidos no Oriente Médio para cuidar de seus interesses na região e, mesmo antes do grande levante árabe, foi criada também uma organização militar de defesa, a *Haganah*. Com a mudança na política de imigração adotada pelos ingleses, os militantes mais radicais se afastaram da AEJ e fundaram o *Irgun* (Organização Militar Nacional) com o intuito de promover ataques contra prédios públicos e postos militares ingleses, sem deixar de

---

Balfour e as garantias contraditórias que estavam sendo dadas aos palestinos, em segredo, ao mesmo que estavam sendo dadas aos israelenses – mais uma vez, uma história interessante para nós, mas não honrável”. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2481371.stm>



lado a briga com os árabes. Pouco tempo depois o *Irgun* também se dividiu e dessa divisão surgiu um movimento ainda mais extremista, o *Lehi* (Lohame Herut Israel – Combatentes pela Libertação de Israel). O grupo logo ficou conhecido como *Gang Stern*, por causa do nome de seu líder, Avraham Stern. Os métodos utilizados por esses grupos eram o que chamamos de terrorismo, como seqüestros, assassinatos de adversários políticos, bombas contra instituições e prédios oficiais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Lehi*, convencido de que a permanência dos britânicos na região impediria a criação de um Estado Judaico, chegou ao ponto de tentar negociar com os alemães nazistas ajuda para expulsar os ingleses da Palestina.<sup>24</sup> Em 1944, o grupo também foi responsável pelo assassinato da maior autoridade britânica na região, Lorde Moyne. Um de seus líderes, Menachem Begin, seria, mais tarde, primeiro ministro de Israel.

Com o fim da guerra e a comoção internacional relacionada ao Holocausto, as tensões se agravaram ainda mais, e a sucessão de atos violentos apenas aumentava. Em 1946, uma ala inteira do hotel King David em Jerusalém, centro social e administrativo do mandato inglês, foi destruída por explosivos colocados pelo *Irgun*. Quase 100 pessoas morreram entre ingleses, árabes e judeus. Em 1947, outras 67 pessoas morreram em ataques de extremistas judeus e árabes. Sucessivos ataques de ambos os lados continuaram deixando centenas de mortos nos meses seguintes.

Segundo o historiador Bernard Lewis,

Para o governo britânico, lutando para escorar os pilares de um império que desabava e agudamente consciente do ressentimento em alta dos árabes da Palestina e de toda a parte, a inesperada inundação de imigrantes judeus configurava um dilema intolerável. (...) Numa ocasião em que o mundo ocidental, ainda atordoado com as revelações do Holocausto nazista, simpatizava com os judeus, e o bloco soviético, por razões próprias, apoiava-os contra a Grã-bretanha, o trabalho diplomático era inútil e mesmo contraproducente.<sup>25</sup>

Os britânicos optaram, então, por devolver o mandato que haviam recebido da Liga das Nações para a jovem Organização das Nações Unidas. Foi estabelecido, então, que sábado, 15 de maio de 1948, seria o último dia de mandato britânico na Palestina e caberia à ONU a decisão sobre o que aconteceria na região.

A Assembléia Geral aprovou, em 1947, a resolução 181, que dividia a Palestina em três partes. Um Estado judeu, um Estado árabe e Jerusalém como um *corpus separatum*

<sup>24</sup> HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 172.

<sup>25</sup> LEWIS, B. Op. cit., p.319.

sob administração internacional. O mapa<sup>26</sup> a seguir mostra a divisão territorial proposta pela ONU.



O conselho da Liga dos Estados Árabes (que havia sido criada em 1945 e da qual participavam Egito, Síria, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Iêmen e Transjordânia; apenas a última, em princípio, ainda fazia parte do mandato britânico) se colocou contra o projeto de partilha, ameaçando, inclusive, usar a força para impedir que ele fosse colocado em prática. A liderança judaica da Palestina, não sem desagradar alguns membros menos moderados, aceitou o plano. Uma vez que o mandato britânico terminava em um sábado, dia sagrado para os judeus, “anteciparam-lhe o fim em algumas horas e, na sexta feira, 14 de maio de 1948, anunciaram a fundação de um Estado, que denominaram de Israel, nos territórios designados no plano de partilha da ONU.”<sup>27</sup> Os primeiros Estados a reconhecerem Israel foram os Estados Unidos e a União Soviética, que ainda via na Grã-Bretanha seu maior inimigo.

A declaração de independência do Estado de Israel<sup>28</sup> comprometia-se em garantir a igualdade social e política de todos os seus cidadãos, sem distinção de raça, sexo ou religião. Por outro lado, ela não define os limites territoriais do novo Estado. No dia seguinte à

<sup>26</sup> Disponível no site do ministério de relações exteriores de Israel em <http://www.israel.org/MFA/Facts%20About%20Israel/Israel%20in%20Maps/The%20Partition%20Plan-%20UN%20Resolution%20181%20-%2029%20Nov%20194>

<sup>27</sup> LEWIS, B. Op. cit., p. 320.

<sup>28</sup> Anexo I. Disponível em [http://www.knesset.gov.il/docs/eng/megilat\\_eng.htm](http://www.knesset.gov.il/docs/eng/megilat_eng.htm)

declaração, dia 15 de maio, exércitos árabes do Egito, Síria, Iraque, Líbano e Transjordânia, além de combatentes árabe-palestinos, entram na Palestina para a Guerra.

A primeira guerra árabe-israelense, conhecida como *guerra de independência*, para os israelenses, ou *o desastre*, para os palestinos, durou até janeiro de 1949, quando foi assinado um armistício. Três vezes foi interrompida por tréguas negociadas pela ONU e retomada quando um dos lados via uma situação que pudesse ser vantajosa. Em junho de 1948, o conde Folke Bernadotte, principal mediador da ONU na região, apresentou uma proposta de trégua que daria a Galiléia aos israelenses e Negev aos árabes. A proposta foi rejeitada por todas as partes. Em setembro, ele foi assassinado em Jerusalém por integrantes da Gang Stern, que continuavam a agir por seus próprios meios. A morte de Bernadotte gerou inúmeros protestos internacionais, mas nenhum responsável foi levado a julgamento.

Em um primeiro momento, tudo levava a crer que Israel se encontrava em enorme desvantagem. Sua população era muito menor e estaria lutando contra a coligação de vários exércitos. No entanto, a coalizão árabe foi mal conduzida e havia, também, rivalidades dinásticas e nacionais entre os países. Israel não só se firmou como um Estado como aumentou suas fronteiras para além do que lhe fora dado pela resolução 181 da ONU. Do lado árabe, a derrota foi humilhante e os governantes de alguns países envolvidos no conflito foram tirados do poder por golpes de Estado. A Transjordânia, menos afetada com a derrota, anexou a Cisjordânia e a cidade velha de Jerusalém e passou a se chamar Reino Hashemita da Jordânia. Mas isso não poupou o rei Abdullah, que era considerado oportunista, recaindo sobre ele suspeitas de ter acordos secretos com autoridades israelenses (de fato, ele se encontrou com Golda Meir pelo menos duas vezes antes da guerra, mas não há registros de acordos formais; ele, ao mesmo tempo, não podia se negar a ir à guerra junto com os outros países árabes, mas também não precisava ser muito violento em seus ataques contra alvos israelenses).<sup>29</sup> O rei foi assassinado em 1951 por um ativista palestino. Segundo o escritor Tariq Ali, “raramente no mundo árabe o assassinato de um potentado local foi recebido com expressões de alegria tão explícitas.”<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> SCALERCIO, M. Op. cit., p.69.

<sup>30</sup> ALI, T. *Confrontos de fundamentalismos – cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.137.

### 3.2 Guerras, crises e guerrilha.

Disse um poeta porta-voz dos palestinos que, nas prisões de Israel, aprendera que era árabe, e nas prisões árabes percebera que era palestino.<sup>31</sup>

A vitória esmagadora das forças israelenses na guerra de 1948-49 serviu para fortalecer a confiança e nacionalismo dentro da nova Nação. Ao mesmo tempo, do outro lado, a derrota reforçou a hostilidade dos povos árabes em relação a Israel e a idéia do pan-arabismo. A opinião pública pediria revanche.

Os acordos que levaram ao armistício, ao fim da guerra aberta, em 1948, foram negociados, na ilha de Rhodes, entre Israel e cada um dos seus vizinhos separadamente, nunca em bloco. Segundo a resolução 181 da ONU, de 1947, que definia as condições para a partilha da Palestina, a Israel cabia 55% dos territórios e aos árabes 45%. No final da primeira guerra árabe-israelense, Israel passou a ter 79% das terras da Palestina.<sup>32</sup>

O resultado da guerra de 48 impulsionou ainda mais a imigração judaica para a Terra Santa, uma vez que fortaleceu o movimento Sionista. Entre 1948 e 1951 a população de Israel triplicou. Naquele momento, a prioridade para as autoridades israelenses, especialmente para o Primeiro-Ministro Ben Gurion, era construir o Estado e proporcionar o desenvolvimento econômico. E isso só seria possível com grandes incentivos à imigração.

Segundo o governo israelense, o armistício havia lhe dado três direitos. O primeiro era o cessar-fogo absoluto, ou seja, ele deveria ser respeitado não só pelos governos dos países árabes, como também por organizações civis e paramilitares, e as autoridades árabes formais seriam cobradas por grupos autônomos que se organizassem em seus territórios; o segundo era de que as linhas de cessar-fogo passariam a ser as novas fronteiras internacionais, e o último, é de que o Estado israelense poderia financiar assentamentos dentro de seus novos limites territoriais tirando dos antigos proprietários, árabes palestinos refugiados da guerra, qualquer direito àquelas terras.

Do lado árabe, esses direitos eram bastante contestáveis. Para eles, os direitos de propriedade dos árabes palestinos não poderiam ser suprimidos, as linhas de cessar-fogo não se transformariam em novas fronteiras. O estado de hostilidade contra Israel permaneceria.

No centro dessa questão está o fato de que essa primeira guerra produziu aproximadamente 700.000 refugiados palestinos. Muitos foram para áreas próximas como

---

<sup>31</sup> SCALERCIO, M. Op. cit., p.101.

<sup>32</sup> Ibid., p.84.

Síria, Líbano, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Esta última é, hoje, a área de maior densidade demográfica do mundo.

Em 1959, alguns militantes palestinos, entre eles Yasser Arafat, fundaram o grupo *Al Fatah*. Seus objetivos eram “coordenar os esforços dos palestinos espalhados por todo o Oriente Médio, organizar o enfrentamento armado contra Israel e manter neutralidade em relação ao jogo político no interior dos Estados árabes hospedeiros.”<sup>33</sup> No entanto, adotaram uma tática diferente, a guerrilha, uma vez que sabiam que não poderiam vencer as forças israelenses em uma guerra aberta. Como disse o comandante israelense Yigal Allon, Israel ganhou a guerra, mas perdeu a paz.<sup>34</sup>

Assim como a Primeira Guerra Mundial acabou deixando o caminho pronto para a Segunda, o fim da primeira guerra árabe-israelense também deixava as sementes para novas disputas.

A primeira dessas novas disputas, opondo em campo aberto árabes e israelenses, foi a Guerra de Suez, em 1956. Esse conflito opôs o Egito a Israel, Inglaterra e França.

Preocupados com o aumento do poder de barganha dos países árabes no cenário internacional, por causa do petróleo e da conjuntura geopolítica da guerra fria, alguns setores do governo israelense (em princípio o primeiro-ministro, Moshe Sharett, nada sabia) criaram a chamada *Unidade 131*, que recrutava jovens judeus nascidos no Egito para realizarem operações naquele país. O objetivo era promover ataques a alvos americanos e britânicos para que extremistas egípcios levassem a culpa. Desta forma, esperavam estremecer as relações entre Nasser, presidente do Egito, e os americanos e impedir que os ingleses entregassem o Canal de Suez (o governo egípcio impedia a navegação de navios israelenses no golfo de Ácaba e faria o mesmo com o Canal). As operações da Unidade foram descobertas quando uma bomba detonou por acidente e o militante judeu que a carregava foi interrogado.

A repercussão foi escandalosa e estava aberto, então, o caminho para uma guerra entre Israel e o Egito. Após um acordo com a Tchecoslováquia, de onde conseguiu armamentos, Nasser nacionalizou o Canal de Suez. O interesse inglês nesta questão é claro. Além de contrariados com a perda do controle sobre o Canal, eles viam em Nasser um homem perigoso, empenhado em ser um porta-voz da causa árabe em todo o Oriente Médio, e assim, era interessante que fosse desmoralizado. A entrada da França na disputa se deu por causa da guerra colonial envolvendo a Argélia. Os franceses acreditavam que o Egito apoiava os revolucionários argelinos.

---

<sup>33</sup> Ibid., p.97.

<sup>34</sup> Ibid., p.74.

Israel, Inglaterra e França assinaram, então, um acordo secreto conhecido como o *Protocolo de Sèvres*, em que definiam os termos do combate. O que é importante ressaltar nesse documento, a respeito da política israelense, é que ele mostra a intenção de Israel em promover uma política de expansão territorial fora da Palestina.<sup>35</sup>

A ação militar se deu de forma rápida e devastadora; no entanto, americanos e soviéticos fizeram, em coro, repúdio ao ataque. Os russos foram além e o premier Nicolay Bulganin enviou uma carta a Ben Gurion exigindo que o exército israelense saísse do Sinai ou ele interviria no conflito. Sem o apoio americano, nem europeu, já que França e Inglaterra atenderam aos apelos dos EUA e se retiraram, não coube a Israel outra solução que não recuar. Os israelenses não saíram sem nenhum ganho, entretanto. Através da ONU, foi criada uma Força Internacional de Emergência das Nações Unidas, que se instalaria na zona desmilitarizada e tornaria inviável o bloqueio marítimo e a manutenção de bases guerrilheiras na região.

O histórico de disputas entre Israel e os países árabes, no entanto, estava longe do fim. Em novembro de 1966, a princípio como retaliação à instalação de minas terrestres no lado israelense da fronteira, o exército de Israel atacou um vilarejo chamado Samu, na Cisjordânia, provocando a destruição de dezenas de casas e a morte de outras dezenas de soldados jordanianos. O rei Hussein, da Jordânia, procurou o Egito e os dois países assinaram, então, um *Pacto de Defesa Mútua*. Ao norte, a Síria defendia uma guerra ampla, popular, pela libertação da Palestina. Em maio de 1967, Nasser, presidente do Egito, passou a concentrar tropas no Sinai e fechou o estreito de Tiran à navegação israelense.

Israel montou um governo de união nacional para enfrentar a situação e partiu em busca de apoio na Europa e nos Estados Unidos. Em um primeiro momento não conseguiu (a relação entre israelenses e americanos nem sempre esteve nos termos em que aparece hoje), mas, após um encontro do líder do *Mossad* (o serviço secreto israelense) e o secretário de segurança americano, obteve, pelo menos, a promessa de que os Estados Unidos não se oporiam.<sup>36</sup>

O conflito que ficou conhecido como *A Guerra dos Seis Dias* começou no dia 05 de junho de 1967 com um ataque maciço da Força Aérea Israelense. Em duas horas, quase toda a força aérea egípcia estava destruída junto com aeroportos no Sinai e bases aéreas no Delta do Nilo, na zona do Canal e no Cairo. Ao mesmo tempo, por terra, a *Operação Lençol Vermelho*

---

<sup>35</sup> Ibid., p.124.

<sup>36</sup> Ibid., p.154.

partiu em direção ao Sinai. Em algumas horas a Faixa de Gaza foi tomada e o caminho para o Canal e para reabrir o estreito de Tiran estava aberto.

A retirada das tropas egípcias se deu de forma tão desorganizada que mais pessoas morreram nesse processo do que durante o conflito propriamente.<sup>37</sup> Em outro lado do *front*, estava a Legião Árabe, o exército da Jordânia. Com uma força aérea mais forte, que dava cobertura a suas forças em terra, os israelenses venceram os jordanianos e tomaram Hebron, Nazaré, Jenin, Nablus, enfim, toda a Cisjordânia, além de assumirem, também, o controle completo sobre Jerusalém. (Neste caso, o governo israelense não estava só anexando territórios, estava também incorporando ao seu território mais de um milhão de árabes palestinos, hostis a Israel, muitos já morando em campos de refugiados.)

O último combate dos israelenses foi com os sírios, vizinhos de colonos judeus no norte de Israel. Em 1976, o oficial Moshe Dayan deu uma entrevista que causou escândalo, em que dizia que nos idos de 1967 a Síria não era uma ameaça à segurança do Estado de Israel e que a tomada das Colinas de Golã havia sido uma simples anexação de território a pedido de generais irritados e fazendeiros em busca de novas terras.<sup>38</sup>

Um *pedido* soviético, em nome de seus aliados sírios, fez com que os israelenses anunciassem o cessar-fogo antes de chegar a Damasco. Em seis dias a guerra estava terminada. O fato de os diversos exércitos árabes não terem coordenado suas ações deu ao exército israelense a mesma vantagem que ele teve na guerra de 1948: a chance de lutar com um exército árabe de cada vez e não todos ao mesmo tempo.

A vitória na *Guerra dos Seis Dias*, que está completando 40 anos, produziu na população de Israel a sensação de orgulho e segurança, ao mesmo tempo em que aumentou a hostilidade árabe. O desenho da Palestina estava completamente transformado, como vemos no mapa<sup>39</sup> a seguir, que mostra os territórios ocupados por Israel no fim da guerra.

---

<sup>37</sup> Ibid., p.158.

<sup>38</sup> Ibid., p.161.

<sup>39</sup> <http://www.cnn.com/SPECIALS/2001/mideast/stories/history.maps/maps/map.six.day.war.and.after.gif>



Com a conquista da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de toda a cidade de Jerusalém, a integridade da Eretz Israel (Terra de Israel), defendida por grupos de direita e religiosos, estava assegurada. (Atualmente, no aeroporto internacional de Tel Aviv, uma frase de Ben Gurion emoldurada perto do desembarque não deixa dúvida “Jerusalém é a capital eterna e indivisível do Estado de Israel”.) Mas a perda de terra não foi a única consequência da derrota na guerra em 1967. Aos árabes palestinos foi imposta uma vida impraticável nos territórios ocupados. “Eles não eram cidadãos israelenses, mas viviam sob a autoridade militar do Estado de Israel.”<sup>40</sup>

A ONU exigiu que Israel saísse imediatamente dos territórios que havia ocupado. Os israelenses responderam que só deixariam essas terras se os países árabes oficialmente reconhecessem o Estado de Israel. Eles se recusaram e o impasse continuou juntamente com a ocupação dos territórios anexados durante a guerra. Conta-se a história de que algumas horas após o fim da guerra, Moshe Dayan, então ministro da defesa israelense e um dos arquitetos do conflito, levou Ben Gurion, já velho, para um passeio de helicóptero pelos territórios anexados. Gurion teria segurado Dayan pelo braço e dito, o que hoje pode ser entendido quase como uma profecia: se Israel quiser um dia ter paz, terá que devolver, pelo menos, a maior parte do que conquistou em 1967.<sup>41</sup>

A luta não terminou com o fim da *Guerra dos Seis Dias*. No final da década de 60 e início dos anos 70, o conflito entrou numa fase conhecida como *guerra de atrito*, em que, principalmente o Egito, de seu território, lançava mísseis para o território israelense. E Israel, à época no governo de Golda Meir, revidava. Foi este o período em que a aliança entre Israel

<sup>40</sup> Ibid., p.168.

<sup>41</sup> Revista *Grandes Guerras*, nº 14. São Paulo: Editora Abril, 2006, p.47.



e Estados Unidos foi sedimentada. Isso se deu não só porque Israel já havia se colocado como o Estado Ocidental no Oriente Médio, disposto a defender os interesses norte-americanos na região em um contexto de guerra fria, mas também se deve levar em conta o dinheiro e a influência da comunidade judaica norte-americana.

Nas décadas de 70 e 80 duas novas guerras estremeceram a região. No dia seis de outubro de 1973, período do Ramadan mulçumano e dia do mais importante feriado religioso da tradição judaica, o dia do perdão, ou Yom Kippur, com armamento dado pela URSS, um ataque aéreo das forças egípcias e sírias surpreendeu os israelenses. Alguns dias depois, forças jordanianas e iraquianas se juntaram à luta. No final de vinte dias, o conflito terminou com mais uma vitória israelense. Mas dessa vez, não havia sido tão fácil. Israel ganhou a guerra, mas pela primeira vez, perdeu algumas batalhas.

Americanos e soviéticos intervieram e, em conjunto, propuseram a resolução 338 da ONU que demandava um cessar fogo imediato, a saída do exército israelense dos territórios ocupados em 67, e o início de negociações para uma paz mais estável na região. (Durante a guerra, os países árabes membros da OPEP cancelaram suas exportações de petróleo ao Ocidente, provocando alto no preço dos combustíveis e tornando a paz urgente)<sup>42</sup>.

Em 1982, o então ministro da defesa de Israel, Ariel Sharon, ordenou a invasão do Líbano, com o objetivo de destruir toda a infra-estrutura da Organização pela Libertação da Palestina (OLP, que havia sido criada em 1964). Na guerra, chamada de *Operação Paz na Galiléia*, o presidente da OLP, Yasser Arafat e outros líderes foram expulsos do país e seguiram para a Tunísia. Os bombardeios israelenses deixaram 17 mil libaneses mortos, civis em sua maioria. A opinião pública mundial começava a mudar sua postura amigável em relação a Israel.<sup>43</sup>

No final dos anos 60 e na década de 70, intensificou-se uma outra forma de luta, a guerrilha, mas, nesta época, em uma fase que ficou conhecida como *terrorismo globalizado*<sup>44</sup>. Principalmente em busca de atenção à sua causa, grupos árabes palestinos como o *Al Fatah*, a *FPLP* (Frente para a Libertação da Palestina), e o *Setembro Negro* promoveram ataques a alvos israelenses fora das fronteiras do Estado de Israel. Alguns dos atentados que causaram mais repercussão foram os seqüestros dos aviões da El-Al que ia de Roma a Tel Aviv, em 1968, e da Air France, que ia de Tel-Aviv a Paris em 1976, além do atentado aos atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique em 1972. No final dos anos 70 esse tipo de ação

---

<sup>42</sup> Ibid., p.47.

<sup>43</sup> Ibid., pp. 32 e 45.

<sup>44</sup> SCALERCIO, M. Op. cit., p.179.

começou a desaparecer. Em parte porque os sistemas de repressão dos países europeus, dos Estados Unidos e de Israel foram se intensificando. Também porque esses ataques estavam surtindo efeito negativo na opinião pública internacional. Os grupos guerrilheiros palestinos passaram a se dedicar a conseguir apoio nos campos de refugiados dos territórios ocupados por Israel e também nos países árabes vizinhos à Palestina. Nem sempre a relação com os governos que os hospedavam eram boas. Mesmo o grupo *Al Fatah*, que pregou por muito tempo a neutralidade em relação aos assuntos internos dos países árabes da região, acabou entrando em choque com algumas autoridades árabes, no Líbano, por exemplo. De fato, como sempre, ou mais do que nunca, os palestinos estavam em busca de seu próprio país.

### **3.3 Primeiras conversas sobre a paz**

A pressão americana e soviética para a negociação de uma paz estável na região aumentava. Principalmente a americana sobre Israel com a crise do petróleo. A partir de 1974, os países árabes passaram a reconhecer a OLP como a representante oficial do povo Palestino. Os israelenses, no entanto, se recusavam a reconhecer e negociar com ela. A situação dos palestinos ficou, mais uma vez, em suspenso.

Por outro lado, ao Egito interessava conversar sobre a paz. A manutenção de um Estado que deveria estar constantemente preparado para a guerra era insustentável. O governo egípcio admitia que poderia, inclusive, fazer aquilo a que os outros países árabes se recusavam: reconhecer o Estado de Israel e manter com o país relações diplomáticas regulares.

Em 1978, uma delegação israelense, chefiada pelo primeiro ministro Menachem Begin, do partido de direita Likud, e uma delegação egípcia, liderada pelo presidente Sadat, se encontraram em Camp David , residência de campo dos presidentes americanos. As negociações seriam mediadas pelo presidente Jimmy Carter.

As discussões entre Israel, Egito e os Estados Unidos acabaram se detendo em dois pontos. O primeiro dizia respeito à devolução de todo o território do Sinai ocupado pelo exército israelense em 1967. Essa questão foi difícil, pois já havia assentamentos judaicos na região. A questão dos colonos seria uma das mais espinhosas em todo o processo, até hoje. Principalmente os militantes da extrema direita, que se amparam em um discurso religioso do

direito legítimo dos judeus à integridade das terras palestinas, “Grande Israel”, são contra a retirada de qualquer assentamento.

Após intensa discussão, o primeiro-ministro Begin concordou em devolver todo o território ocupado no Sinai para o Egito. A segunda questão discutida era ainda mais difícil: a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, Jerusalém e os palestinos. Sobre esse ponto, o acordo admitia a intenção de resolver a questão dos palestinos em novas discussões que envolvessem a Jordânia e representantes dos próprios palestinos.

Os acordos de Camp David foram assinados em 17 de setembro de 1978, mas as comemorações duraram pouco. Tanto Begin quanto Sadat enfrentaram grande resistência a eles em casa. A pá de cal dos acordos foi dada pelo governo do Likud, que propôs novas leis que possibilitassem a criação de novos assentamentos às custas da expropriação de mais terras que pertenciam aos árabes. Em 1981, em uma comemoração das vitórias que o Egito alcançou na guerra do Yom Kippur, o presidente Sadat foi assassinado por um grupo radical islâmico que se chamava Jihad.

Segundo Márcio Scalercio, no entanto, “Sadat livrara Israel da era das grandes batalhas. Sem o Egito, a maior potência militar, os demais países árabes não eram capazes de desafiar abertamente Israel.”<sup>45</sup> A guerra continuou, então, de outras formas.

No final dos anos 80, a luta da OLP contra Israel deixou de ser baseada em ações contra alvos israelenses no exterior, e passou a ser dirigida, em um primeiro momento, principalmente a alvos que fossem instrumento da ocupação e da repressão israelense dentro dos territórios ocupados. Convencionou-se chamar essa nova forma de luta de *Intifada*.

No início da década de 90, delegações israelenses e da OLP começaram a se encontrar informalmente, e secretamente, longe das pressões mundiais, para tentar chegar a um acordo que pudesse colocar um fim ao conflito. As reuniões aconteceram em Oslo e ao fim das discussões ficou decidido que Israel reconheceria a OLP como a representante oficial do povo palestino e que, por sua vez, a OLP renunciaria ao projeto de destruir o Estado de Israel e à prática do terrorismo. “A declaração determinava que, dois meses após sua assinatura, as forças de Israel começariam a retirada de suas tropas de Gaza e Jericó, sendo substituídas por uma Autoridade Nacional Palestina (ANP). Uma força policial palestina, composta em sua maioria por combatentes da OLP vindos de Túnis, seria formada para manter a ordem interna nos territórios liberados, mas Israel continuaria a controlar toda a responsabilidade no campo da segurança externa e das fronteiras.”<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Ibid., p.218.

<sup>46</sup> Ibid., p.266.

Esses eram os termos, em linhas gerais, dos Acordos de Oslo. Eles foram assinados em 13 de setembro de 1993, na Casa Branca, por Yasser Arafat e Yitzhak Rabin, na frente do presidente americano Bill Clinton e de milhões de telespectadores pelo mundo. Parecia que, finalmente, o fim dos conflitos estava próximo. No entanto, os acordos não mencionavam assuntos fundamentais para a resolução da questão palestina. Não falavam sobre os refugiados palestinos e seu *direito de retorno*; não falavam claramente sobre o que seria feito com os assentamentos de colonos judeus nos territórios ocupados; e não falavam de Jerusalém.

No ano seguinte à assinatura dos acordos, eles começaram a ser postos à prova, e com tristes consequências. Em 25 de fevereiro, um colono judeu integrante de um partido radical chamado Kach matou 29 muçulmanos que rezavam na Tumba dos Patriarcas em Hebron. Neste mesmo ano, 1994, começaram também uma série de ataques suicidas promovidos por grupos extremistas palestinos contra alvos israelenses. Os ataques suicidas têm como principal característica o medo e sensação de insegurança que provocam. A repressão a pessoas que não têm medo de morrer para alcançar o que desejam beira a impossibilidade.

A economia nos territórios palestinos também estava severamente comprometida. A partir do início da *Intifada*, no final dos anos 80, o exército israelense passou a, regularmente, impedir que os palestinos entrassem em Israel, onde muitos trabalham. A idéia era impedir que militantes de grupos extremistas entrassem no país, mas gerou grande desemprego. Por outro lado, o governo israelense nada fazia de concreto para remover os colonos de seus assentamentos nos territórios palestinos, mesmo durante o processo de paz. Além disso, os colonos, mesmo em minoria, detinham quase todos os recursos hídricos da região.<sup>47</sup>

Em 1995, um assassinato, mais um, fez que o caminho para o processo de paz fosse interrompido. Um jovem judeu, de extrema direita, matou a tiros o primeiro ministro Yitzhak Rabin. Durante o governo que se seguiu, do primeiro ministro Shimon Peres, violência dos dois lados voltou à ordem do dia. Pressionado, Peres iniciou uma série de medidas violentas para tentar impedir os ataques suicidas. Declarou guerra ao *Hamas* e à *Jihad Islâmica*, fechou as fronteiras com a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, interrompeu as negociações com a ANP e passou, inclusive, a destruir casas em territórios palestinos que o exército suspeitasse que fossem de famílias de militantes extremistas islâmicos. Por fim, ordenou uma operação desastrosa no sul do Líbano, conhecida como *Operação Vinhas da Ira*, para neutralizar o Hezbollah. O resultado foi a produção de centenas de milhares de refugiados civis e um massacre, quando mísseis israelenses atingiram, por engano, um campo de refugiados da

---

<sup>47</sup> Ibid., p.272.

ONU. Dentro desse contexto, o líder do *Likud*, Benjamin Netanyahu, foi eleito presidente de Israel em 1996.

Apesar de não se colocar oficialmente contra o processo de paz, Netanyahu cedeu muito pouco e a situação entre palestinos e israelenses manteve-se em um impasse. Nas eleições presidenciais de 1999, o trabalhista Ehud Barak, que havia prometido em campanha dar continuidade às negociações com os palestinos sem abrir mão da soberania sobre Jerusalém nem dos assentamentos na Cisjordânia, foi eleito. Logo no ano seguinte, em 2000, ele e Arafat se reuniram com o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que estava muito empenhado em ser o homem que mediar a paz no Oriente Médio, para a Conferência de Camp David II.

O acordo que Barak propôs, apesar de não ser sempre generoso, como no que diz respeito à questão da água nos territórios ocupados, que continuaria sob controle israelense, apresentava alguns avanços. Por ele, Israel concederia soberania palestina sobre 90% dos territórios ocupados e ainda, sobre alguns bairros em Jerusalém oriental, que poderia vir a ser a capital de um futuro Estado palestino. Pela primeira vez, Jerusalém estava na mesa de negociações.

Quanto à questão do direito de retorno, Israel aceitaria cem mil refugiados de volta, e os palestinos poderiam aceitar mais quinhentos mil em seus territórios. Para apoiar a criação de um Estado palestino, Israel exigia, entre outras coisas, que este não poderia formar alianças internacionais sem o consentimento israelense, não poderia ter um exército com armamento pesado e permitiria que Israel usasse seu espaço aéreo e supervisionasse a segurança em suas fronteiras.

Apesar das pressões do presidente americano, Arafat recusou os termos do acordo e a conferência foi um fracasso. Não ficou muito claro o porquê de o plano ter sido recusado - pode ter sido a questão do controle dos recursos hídricos, mas uma outra explicação pode ser o fato de que, na verdade, o líder palestino não tinha muito espaço para negociar, uma vez que os palestinos já haviam cedido muito nos Acordos de Oslo.

Segundo o historiador Peter Demant, especialista em Oriente Médio,

As restrições que entravavam Arafat devem ser percebidas na própria cultura política palestina: por um lado, a distância entre os objetivos que os palestinos podiam esperar conseguir na realidade e aqueles que a própria liderança de Arafat havia induzido o povo a considerar como o mínimo. Por outro lado, a ausência de contrapropostas palestinas flexíveis a despeito das extensas pré-negociações, levando a um impasse. Ambos os fatores podem

na verdade ser creditados a uma falta de verdadeira democratização da sociedade palestina, pela qual ambas as sociedades são culpadas.<sup>48</sup>

### 3.4 A partir da Segunda Intifada

Com o retorno de Barak e Arafat dos Estados Unidos sem nenhum avanço no processo de paz, a violência dos dois lados continuou. O terrorismo que os militantes extremistas palestinos impunham aos cidadãos de Israel; e o terrorismo que o exército israelense impunha aos palestinos nos territórios ocupados. Em 28 de setembro de 2000, não se sabe muito bem com qual intenção, Ariel Sharon, líder do partido de extrema direita israelense, *Likud*, visitou, cercado por seguranças, o Domo da Rocha, um dos lugares mais sagrados para os muçulmanos. Sharon era um político controverso, conhecido por sua intransigência e cuja carreira militar estava coberta de escândalos que envolviam massacres de civis. Na década de 80, os próprios tribunais israelenses o haviam declarado incapaz de assumir um posto de governo.<sup>49</sup> Sua visita foi entendida como uma grave provocação e acabou sendo o estopim para o que ficou conhecido como a *Intifada al-Aqsa*, ou *Segunda Intifada*. A violência atingiu níveis ainda mais assustadores: o número de atentados suicidas passou de 04 em 2000 para 36 em 2001<sup>50</sup>, por exemplo, e a repressão do exército israelense acompanhou a mesma progressão.

O ano de 2001 foi especialmente nocivo às negociações por um acordo de paz. Ariel Sharon foi eleito primeiro-ministro, ao que se sabe, para combater a nova *Intifada* e todos os seus atos ganharam legitimidade com o 11 de setembro e a campanha mundial americana *anti-terror*. O objetivo maior de Sharon era desestabilizar a Autoridade Nacional Palestina e desmoralizar seu líder, Yasser Arafat. Para isso, ele ordenou a invasão de todos os territórios palestinos.

Em 2002, Sharon deu início ao seu plano mais controverso. Batizado de *muro de defesa* ou *muro de segurança*, foi logo apelidado por muitas organizações internacionais como *muro da vergonha*.

Segundo o pesquisador Matthew Brubacher, em artigo escrito na época,

O governo israelense está construindo um muro – uma fortificação com arame farpado, espessura de oito metros de concreto e torres de controle a

<sup>48</sup> DEMANT, P. apud SCALERCIO, M. Op. cit., p. 290.

<sup>49</sup> SCALERCIO, M. Op. cit., p. 295.

<sup>50</sup> Ibid., p. 294.

cada 300 metros – em torno da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, encurralando, de forma definitiva, dezenas de milhares de palestinos.<sup>51</sup>

O objetivo declarado por Sharon era impedir que terroristas palestinos entrassem em território israelense; para os palestinos, a construção do muro era uma forma de Israel anexar territórios. A construção incluía ainda trincheiras e monitoramento eletrônico em toda sua extensão.

Dizendo responder a uma onda de atentados suicidas, as forças israelenses lançaram uma operação batizada de *escudo de defesa*, com o intuito “de destruir células terroristas”. Durante a ofensiva, o exército manteve Yasser Arafat cercado no quartel-general na ANP em Ramallah e mantendo cercados, durante mais de um mês, militantes palestinos, civis e religiosos que se refugiaram na Basílica da Natividade, em Belém.

Em 2003 uma nova proposta para um acordo de paz foi oficializada em conjunto pelos Estados Unidos, a União Européia, a Rússia e a ONU, o chamado *Quarteto*. O plano previa, entre outras coisas, que Israel saísse dos territórios ocupados e que a ANP garantisse o fim dos ataques terroristas. A proposta, chamada de *mapa do caminho*, previa o estabelecimento de um Estado Palestino até o final de 2003 e eleição de um novo parlamento com o objetivo de negociar com Israel um acordo de paz permanente até 2005. De acordo com o cientista político Baruch Kimmerling, da Universidade Hebraica de Jerusalém,

O mapa do caminho inclui duas demandas contraditórias aos palestinos como condições para um acordo: de um lado, devem estabelecer um regime autoritário que possa combater organizações terroristas dissidentes; de outro devem democratizar imediatamente sua política. (...) Ao chamado *Quarteto* cabia supervisionar a implementação do plano que deixa todas as questões em disputa – fronteiras, refugiados, status de Jerusalém, entre outras – em aberto. Essa estratégia serve bem à tática de Sharon de ganhar tempo enquanto continua sua estratégia de suprimir politicamente os palestinos, estratégia essa que se apóia na suposição de que os ataques terroristas vão sempre continuar.<sup>52</sup>

Em 2005, um ano após a morte do Yasser Arafat, em 2004, Mahmoud Abbas é eleito o novo presidente da Autoridade Nacional Palestina. O descontentamento dos palestinos com o partido de Abbas, *Al Fatah*, envolvido em diversas acusações de corrupção, ajudou a levar o Hamas à vitória nas eleições parlamentares de 2006 e Ismail Haniyeh se tornou premiê.

O resultado dessas eleições levou a comunidade internacional ocidental a interromper a ajuda financeira dada à ANP, provocando graves crises internas e mais episódios de violência.

---

<sup>51</sup> BRUBACHER, M. *O novo muro da vergonha*. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2002-11,a471>

<sup>52</sup> KIMMERLING, B. *From Barak to the road map*. Disponível em <http://newleftreview.org/?view=2474>

Em 2005, dizendo não ter interlocutores confiáveis entre os palestinos, o primeiro ministro israelense Ariel Sharon iniciou um plano de retirada unilateral, que tinha como objetivo retirar de Gaza e da Cisjordânia 25 assentamentos judaicos. O plano encontrou adversários dentro do partido do ex-primeiro ministro, o *Likud*, que se coloca contra qualquer negociação de paz que envolva retirar colonos dos assentamentos e discutir a questão de Jerusalém. No final de 2005, Sharon sairia do *Likud* e formaria um novo partido, o *Kadima*.

Segundo o jornalista e sociólogo francês Dominique Vidal, “a mídia transformou o ex-primeiro-ministro de Israel num suposto campeão da paz. Esta imagem não corresponde nem ao passado do personagem, nem à essência de seus planos recentes.”<sup>53</sup> O plano de retirada teria como objetivo real retardar, ou até parar, as negociações mais profundas para um processo de paz estável, ou seja, parar as discussões sobre os refugiados, as fronteiras, o status de Jerusalém e a data de criação de um Estado Palestino. Em entrevista dada ao jornal israelense *Haaretz*, Dov Weissglas, conselheiro de Sharon, afirmava: “a retirada (...) é a dose de formol necessária para que não haja processo político com os palestinos.”<sup>54</sup> Vidal conclui dizendo que o ex primeiro-ministro israelense conseguiu o que queria.

Encenando de maneira espetacular a partida de 8 mil colonos da faixa de Gaza, ele hipnotizou o planeta, agora cego, surdo e mudo diante do destino dos palestinos. No entanto, estima-se agora que o número de colonos aumentou de 6.100 em relação ao ano passado. São 250 mil na Cisjordânia, que será literalmente dividida em duas partes pela expansão de Maale Adoumim <sup>55</sup>. <sup>56</sup>

Em janeiro de 2006, Ariel Sharon é afastado após sofrer um derrame que o deixaria em coma até hoje. Ele foi substituído interinamente por Ehud Olmert, também do *Kadima*, que nas eleições de março do mesmo ano foi também eleito.

Em fevereiro de 2007, após meses de violenta negociação, em que quase eclodiu uma guerra civil palestina, líderes do *Hamas*, do presidente Mahmoud Abbas, e do *Fatah*, do premiê Ismail Haniyeh, fecharam um acordo para a criação de um governo de coalizão. Apesar de um acordo entre os dois grupos palestinos ter sido defendido pela comunidade internacional do ocidente, incluindo Israel, os governos israelense e palestino não retomaram negociações a respeito de um possível acordo de paz.

<sup>53</sup> VIDAL, D. *Santo Sharon*. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2006-02,a1266>

<sup>54</sup> WEISSGLAS, D. apud VIDAL, D. Op.cit..

<sup>55</sup> Maale Adoumim é o maior assentamento judeu na Cisjordânia.

<sup>56</sup> VIDAL, D. Op. cit.,



Atualmente, vemos o aumento da violência entre os dois grupos palestinos. As disputas entre o *Fatah* e o *Hamas* fazem de um possível tratado de paz estável na região um projeto ainda mais distante.

#### 4. Cobertura do cerco à Basílica da Natividade.

Os meios de comunicação informativos são o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade.<sup>57</sup>

No primeiro dia do mês de abril de 2002, como parte de uma operação para *caçar* terroristas, o exército israelense cercou a cidade palestina de Belém, na Cisjordânia. No dia seguinte, tanques e soldados entraram na cidade e nas casas à procura de militantes de grupos radicais palestinos. Aproximadamente duzentas pessoas, entre elas civis e militantes armados, procuraram refúgio na Basílica da Natividade, imaginando que o exército de Israel não lutaria tão perto de um local tão sagrado para a cristandade, e por consequência, para o Ocidente.

A Basílica da Natividade é uma igreja construída, no século 4º, em cima do local onde se acredita que Jesus Cristo tenha nascido. Hoje em dia ela está sob os cuidados das igrejas Armênia, Católica Romana e Ortodoxa Russa em conjunto. Por volta de sessenta padres, monges e freiras que moravam no complexo da igreja também ficaram presos durante pelo menos parte do cerco que durou trinta e oito dias.

Durante o tempo em que o impasse se manteve, dezenas de pessoas, entre religiosos, palestinos e soldados israelenses, ficaram feridos. Sete militantes palestinos e o homem que tocava o sino da igreja morreram. No dia 02 de maio, um grupo de ativistas e uma fotógrafa do *Los Angeles Times* conseguiram furar o cerco do exército de Israel e entrar na igreja para levar comida para os que ainda estavam lá. Por telefone, contaram a repórteres de todo o mundo em que condições eles estavam, inclusive que vinham comendo apenas grama e folhas.<sup>58</sup>

Após semanas de negociações e enorme pressão da opinião pública em todo o mundo, em 10 de maio, as últimas pessoas saíram da Basílica. Os 13 militantes palestinos mais perigosos, segundo Israel, foram exilados para Chipre e, de lá, para diversos países europeus. Outros 26 foram exilados para Gaza.

Trataremos neste capítulo da cobertura de alguns jornais sobre o acontecimento que foi o cerco à Basílica da Natividade em Belém. Mostra-se aqui necessário, então, fazer algumas considerações em relação à diferença entre *fato* e *acontecimento jornalístico*. O fato

<sup>57</sup> VERÓN, E. *Construir el acontecimiento*. Barcelona: Gedisa, 2002. p.II.

<sup>58</sup> Disponível em <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/siege/etc/cron.htm>

social é conceito. É o pano de fundo, o contexto que explica a existência do acontecimento (neste caso, o histórico conflito entre palestinos e israelenses). O fato bruto é aquilo que vemos imediatamente, que se apresenta no real. O acontecimento jornalístico não está pronto, não é puramente factual. Ele se constrói, e pode ganhar diferentes sentidos, através da narrativa da mídia, de testemunhos, das diversas associações feitas com o fato inicial. Em outras palavras, ele é a construção do fato para o grande público. Compreender melhor como, nos jornais, um fato bruto se torna um acontecimento jornalístico, ou, ainda, como um mesmo fato pode se transformar em diversos acontecimentos, é o objetivo deste trabalho.

#### 4.1 Construir o acontecimento

A metodologia usada neste trabalho foi baseada na pesquisa e na análise feitas por Eliseo Verón em seu livro *Construir o acontecimento*. Neste, ele trata de como alguns meios de comunicação da França narraram o acidente nuclear que ocorreu na usina norte-americana de Three Mile Island, na Pensilvânia, em março de 1979. Segundo Verón,

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já prontos em alguma parte da realidade e cujas propriedades podemos conhecer de imediato através dos meios de comunicação com maior ou menor fidelidade. Eles só existem na medida em que esses meios os elaboram.<sup>59</sup>

O estudo de Verón é composto por três partes. Em primeiro lugar, ele analisa o que chama de *construção do acontecimento* a partir das notícias difundidas entre os dias 28 e 30 de março de 1979. Depois, dedica-se ao comportamento particular de cada meio (ele usa em sua pesquisa jornais e emissoras de rádio e televisão) em relação ao material do dia 31 de março. Por último, trata das notícias divulgadas entre os dias primeiro e 03 de abril. Sua análise é feita, então, a partir do acompanhamento diário dos meios de comunicação. Desde o primeiro dia, ele propõe que seja feita uma distinção entre notícias que se refiram diretamente ao acontecimento e aquelas relativas às suas conseqüências.

A primeira questão levantada por Verón é a dificuldade encontrada pelos meios por ele analisados de explicar um acidente nuclear. Isso gerou, segundo ele, uma ambigüidade nas informações que diziam respeito ao local, dentro ou fora do reator, onde o acidente havia acontecido (ele a chama de “ambigüidade espacial”), como e por quê ele havia ocorrido, e por

---

<sup>59</sup> VERÓN, E. Op. Cit., p.II.

consequente, quais seriam suas conseqüências. Os meios se dividiam inclusive sobre a possibilidade de ter havido falha humana e sobre a extensão do acidente.

Neste primeiro momento, todos os jornais impressos, rádios e telejornais fazem uso de um discurso didático através da fala de um especialista convidado. O telejornal do *Antenne 2*, que foi o primeiro a usar esse artifício, utiliza, inclusive, um desenho na tela para ilustrar a fala de seu entrevistado. Verón conclui, então, que o especialista tem a função de legitimar o discurso dos meios de comunicação. Ele traz a verdade inquestionável da ciência. No entanto, analisando seu discurso, vemos que ele também é ambíguo e, nem sempre, de fácil entendimento. Segundo Verón, mesmo sem compreender sua fala, a presença do especialista provoca no público a sensação que ele está perfeitamente informado.

A distinção entre o discurso informativo e o didático se torna evidente no uso dos tempos verbais. O pretérito perfeito foi utilizado no caso do primeiro; o presente do indicativo para o segundo. Entretanto, mesmo com essa atenção específica dada à linguagem, às vezes, ocorrem alguns deslizes. Durante a exibição do jornal do *Antenne 2*, o comentarista convidado Georges Leclère explica, usando a ilustração da usina, “quando ocorre uma explosão aqui...”. Para alguns telespectadores, essa fala pode ter dado a idéia de que explosões fazem parte do funcionamento normal de um reator nuclear.

Apesar da participação de inúmeros especialistas, Verón chama a atenção, então, para a permanência dessa ambigüidade em relação ao local em que o acidente ocorreu. Expressões pouco precisas como “lado exterior do reator”, “no cilindro”, “interior do conjunto da usina”, “na central” se repetem durante toda a cobertura do acontecimento.

Essa ambigüidade permitiu que alguns meios utilizassem a dramatização e que associassem o acontecimento a notícias anteriores, produzindo pela primeira vez o sentido de medo. O telejornal da emissora *TF1*, por exemplo, introduziu a notícia falando: “Também os habitantes de Harrisburg nos EUA sentiram medo hoje (...)”<sup>60</sup>. A primeira reação do espectador deve ser se perguntar quem mais está sentindo medo, o que pode provocar a idéia de que existe uma situação de perigo generalizado (a palavra *medo* é normalmente associada com a idéia de *perigo*). Desta forma, a informação sobre o acidente nuclear, até então noticiado como *menor*, ganhou o sentido do medo quando foi ligada à notícia anterior sobre um estudante russo que havia ameaçado detonar uma bomba na embaixada dos Estados Unidos em Moscou.

---

<sup>60</sup> Ibid., p.20.

Uma outra forma de dramatizar o discurso e, assim, o próprio acontecimento é fazer com que o público se sinta mais próximo, se identifique, não só com o que está sendo noticiado, mas também com os personagens da notícia. Esse recurso foi utilizado em primeiro lugar pela emissora *Antenne 2* no dia 29 março, ao assinalar as grandes semelhanças entre a usina nuclear de Three Mile Island e as usinas nucleares em funcionamento na França. A interpretação imediata é a de que o acidente poderia, então, se repetir em território francês.

Na manhã seguinte ao início do acontecimento, a rádio *RTL* começa o que Verón chamou de *dramatização exagerada*. É em seu noticiário das seis de manhã que se começa a falar no “acidente nuclear mais grave da história.”<sup>61</sup> No mesmo dia, em franca contradição, o jornal diário *Libération* afirmava não ter havido vazamento de radiação.

Apesar de algumas semelhanças no que diz respeito à forma, como mencionar o acidente no antetítulo da matéria, os jornais *Le Figaro* e *France-Soir*, usando a terminologia de Verón, não constroem o mesmo acontecimento. Existe uma diferença na intensidade da dramatização. Enquanto para o primeiro, tratava-se de um simples acidente, para o segundo o acidente era muito grave. O acontecimento foi revestido de novo sentido ao ser associado a palavras como *medo*, *pânico*, *atômico*, e *explosão*. Em suas matérias, diferentemente, o jornal *Le Figaro* afirma que não há motivo para ter medo.

Um discurso diferente foi adotado pelo jornal impresso *Libération*, que usou a ironia. Na capa de sua edição do dia 02 de abril, já durante o encerramento do acontecimento, por exemplo, foi publicada uma ilustração do Super-homem à frente de uma usina com o título “Ele se encarrega”.

A diferença no tom e na abordagem dos diversos meios de comunicação a respeito deste acidente nuclear e de suas conseqüências é o principal condutor da análise de Verón. Podemos citar alguns exemplos que ilustram bem essa diferença.

A questão da evacuação dos moradores das áreas próximas à usina nuclear é um desses exemplos. A rádio *RTL*, durante a tarde do dia 30 de março, fala que o governador da Pensilvânia aconselha que as mulheres grávidas e as crianças pequenas deixem a região. Em seu noticiário, o apresentador da *France-Inter* não usa a palavra “grávidas” e, assim, parece que todas as mulheres foram aconselhadas a deixarem suas casas. Entretanto, o correspondente da rádio nos Estados Unidos participa com uma intervenção descritiva e tranquilizadora. Durante a noite do mesmo dia, o distanciamento entre a cobertura dos diversos meios de comunicação aumentou ainda mais. A *France-Inter* já fala que “os últimos

---

<sup>61</sup> Ibid., p.22.

informes são tranquilizadores”, e que “as porcentagens de radioatividade desceram de modo significativo”.<sup>62</sup> No mesmo tom estão os telejornais da *TF1* e da *Antenne 2*.

A grande diferença diz respeito exatamente à *RTL* que, em seu noticiário das 21hrs, diz que todos os habitantes da cidade de Harrisburg começaram a abandonar suas casas, exatamente o oposto do que dizem os outros meios. Segundo Verón, neste caso, o que explica o tom dramático da *RTL* é uma inversão na ordem das notícias. Nos Estados Unidos se soube primeiro que estava sendo estudada a possibilidade de evacuação de quase um milhão de pessoas na região da usina de Three Mile Island. Depois, que o governador havia aconselhado apenas a saída de mulheres grávidas e crianças pequenas. Verón coloca que,

*France-Inter*, *TF1* e *A2* reproduziram essa ordem que vai de uma eventualidade a uma resolução tomada. O real está assinalado como menos grave do que o possível e como o primeiro sucede o segundo conclui-se, então, que a situação é menos perigosa do que se havia pensado. *RTL* adota a ordem inversa: o possível mais grave se converte, assim, de forma automática, em um futuro a ser previsto e a construção da notícia sugere que a situação está evoluindo para o pior.<sup>63</sup>

No que diz respeito à construção da informação, assim, a ordem dos fatores altera o produto.

Outro bom exemplo é a descrição do final de semana posterior ao acidente nas duas emissoras de televisão analisadas. Na *Antenne 2*, o correspondente Jacques Segui começa sua reportagem andando pela cidade de Middletown, próxima à usina. Isso, segundo Verón, coloca o telespectador “diante da informação, no momento em que ela está sendo produzida.”<sup>64</sup> Segui utiliza as imagens das ruas vazias para dizer que, apesar do discurso tranquilizador do governador, vários moradores abandonaram suas casas no final de semana. Já o apresentador da *TF1*, J.C. Bourret, também sobre imagens da cidade vazia, usa um tom tranquilizador e fala da calma do final de semana em que os moradores foram autorizados a sair de casa e puderam ir passar os dias com amigos e parentes.

Na contramão da rádio *RTL* e, em alguns momentos, também da emissora *Antenne 2* e do jornal *France-Soir*, o jornal *Le Figaro*, a partir da edição do dia 30 de março (e depois também as edições seguintes dos telejornais da *TF1*) trazia a manchete “Não há catástrofe, apenas psicose atômica nos Estados Unidos.” Nos dias que se seguiram, todos os meios de comunicação aderiram ao discurso do pânico exagerado que teria sido estimulado, não pelo acidente real da usina de Three Mile Island, mas pelo filme “Síndrome da China”, que estava

---

<sup>62</sup> Ibid., p.80.

<sup>63</sup> Ibid., p.82.

<sup>64</sup> Ibid., p.147.

em cartaz nos cinemas americanos (esse fenômeno pode ser comparado, em menor escala, à repercussão que teve a transmissão de “A guerra dos mundos” feita, na rádio americana, por Orson Welles, no final da década de 30). Em “Síndrome da China”, Jane Fonda interpreta uma jornalista que presencia um acidente em uma usina nuclear e descobre que falhas tecnológicas, como as que ela viu, são escondidas do público (o que traz ainda a idéia de conspiração). O título vem do conceito, mencionado em tom de brincadeira no filme, de que se um reator de uma usina norte-americana derretesse, ele afundaria até a China.

Na rádio *France-Inter*, no dia 31 de março, o correspondente Denis Poncet chegou a dizer que “na Pensilvânia a realidade supera a ficção.”<sup>65</sup> Como ele havia falado antes, citando o filme, de uma fusão no reator, poder-se-ia perfeitamente concluir que no acidente de Three Mile Island o reator havia fundido.

Em artigo publicado na página do Observatório da Imprensa, Muniz Sodré afirma que o trabalho de Verón

Demonstra minuciosamente como o acidente da usina nuclear de Three Mile Island, reproduzido pela imprensa francesa, gerou uma realidade própria que tinha mais a ver com o filme *Síndrome da China*, em cartaz na época, do que com a factualidade do acidente.<sup>66</sup>

Concluimos, então, que a associação entre o filme e o que os meios de comunicação chamaram de *psicose* contém uma questão importante que é, como diz Verón, o fato de que

Uma ficção que relata um acidente nuclear poderia ter tanto ou mais poder sobre o público do que um acidente verídico. O discurso da informação vê aqui claramente sua própria função na construção do real.<sup>67</sup>

Cabe aqui, no entanto, um pequeno adendo acerca da análise realizada no livro, *Construir o acontecimento*. Segundo Verón, toda construção, de qualquer acontecimento, é feita através dos meios de comunicação. No entanto, entendemos que outros podem ser também agentes desta transformação. As relações sociais, e a própria biografia de cada pessoa, nos parecem terreno fértil para isso.

---

<sup>65</sup> Ibid., p.162.

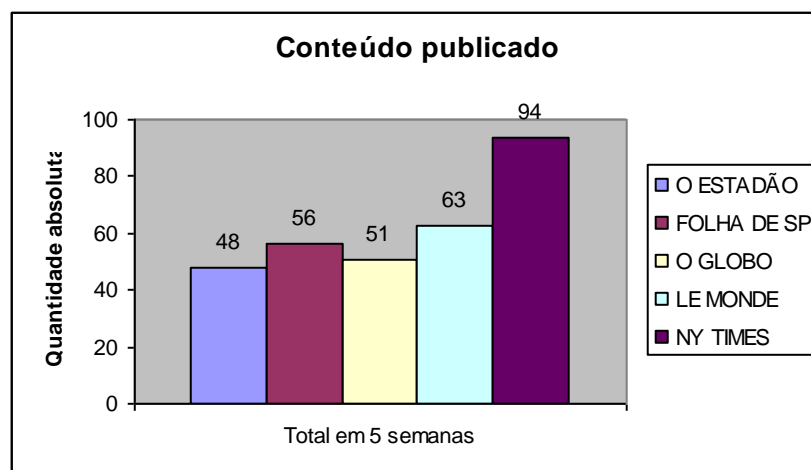
<sup>66</sup> SODRÉ, M. *A crise, os intelectuais e a mídia*. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=357JDB001>

<sup>67</sup> VERÓN, E. Op. Cit., p.163.

## 4.2 Sobre a pesquisa

Este trabalho foi feito a partir das matérias publicadas em cinco diferentes jornais, entre os dias 02 de abril e 12 de maio de 2002, a respeito do cerco à Basílica da Natividade, em Belém, cidade palestina na Cisjordânia. Em princípio, fariam parte do *corpus* do estudo também jornais palestinos e israelenses. No entanto, durante a pesquisa para a realização do trabalho, foi verificado que os jornais e agências de notícias palestinos na Internet, com edições disponíveis em inglês, não dispunham de arquivos com matérias publicadas antes de 2004. No caso dos jornais israelenses, apenas um disponibilizava matérias relacionadas ao cerco em Belém. No entanto, só nos pareceu interessante analisar esses jornais em conjunto.

A partir disso, optou-se pela escolha de jornais que pudessem dar um panorama internacional da cobertura do conflito, ou seja, jornais de países que não estivessem diretamente ligados a ele. Para esse conjunto foram escolhidos jornais brasileiros, um jornal europeu e um dos Estados Unidos. Os jornais utilizados foram, então, *O Estado de S. Paulo*, *A Folha de S. Paulo*, *O Globo*, o jornal francês *Le Monde* e o jornal norte-americano *The New York Times*. O gráfico abaixo mostra a quantidade de matérias relacionadas ao cerco, direta ou indiretamente, (incluindo colunas opinativas) publicadas por cada um desses jornais ao longo de toda a duração do acontecimento.

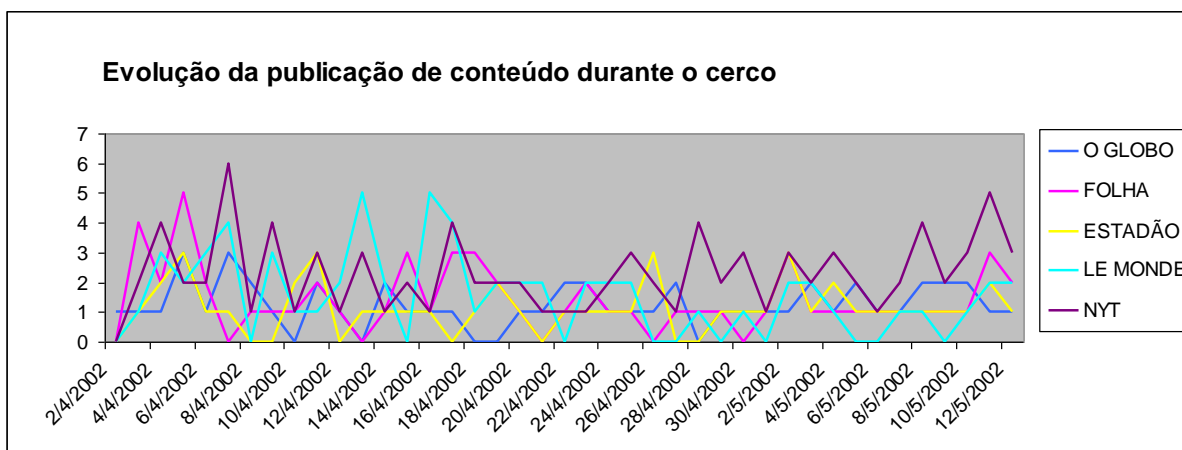


O cerco à Basílica da Natividade apareceu, então, em um total de 312 vezes nos cinco jornais, ao longo dos 40 dias que foram pesquisados. Foram publicadas matérias informativas (sobre o acontecimento, mas também sobre suas conseqüência e sua repercussão), diversas entrevistas (com autoridades, moradores de Belém e representantes das igrejas cristãs, principalmente no Oriente, mas também no Brasil e no próprio Vaticano), além de colunas



opinativas e editoriais. O jornal norte-americano se destaca sendo, de longe, o que mais publicou sobre o assunto.

O gráfico a seguir mostra a evolução e a regularidade com que o acontecimento foi narrado durante toda a sua duração. Através dele e da cronologia<sup>68</sup> dos eventos que se sucederam durante o cerco podemos, analisar, inclusive se o número de matérias produzidas está ligado diretamente com novas informações e dados concretos vindos de Belém. Por exemplo, no dia 25 de abril, nove jovens palestinos foram autorizados pelo exército israelense a sair da Igreja carregando os caixões de dois homens que haviam morrido, dias antes, durante o cerco. Essa foi uma nova informação, marcante, principalmente dentro de um acontecimento tão longo, onde dias se passavam sem que nenhuma novidade real na situação acontecesse. Mesmo assim, esse novo dado pouco interferiu no número de publicações, e isso se repetiu em outros exemplos. Veremos que grande parte da cobertura foi baseada em especulações, uma vez que o acesso à informação era bastante precário, e nas versões dadas por diversos testemunhos.



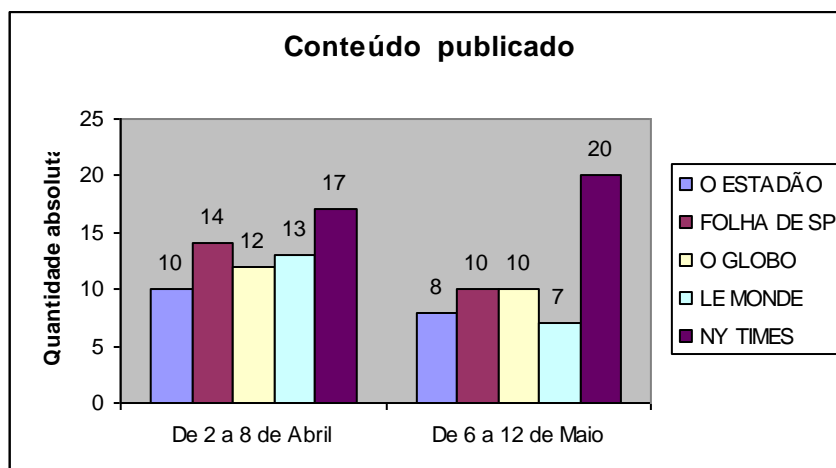
A partir da leitura desse gráfico podemos perceber que o único jornal a citar o cerco à Basílica da Natividade no dia em que ele se iniciou, dia 02 de abril, foi *O Globo*. Por outro lado, a partir do dia seguinte, quando os outros jornais começam, também, sua cobertura, o único que cita este acontecimento durante todos os dias em que durou, sem nenhum intervalo, foi o *New York Times*.

Percebemos também, que o número de publicações é muito maior nos primeiros dias de cobertura. Isso pode ser explicado pelo caráter de impasse do acontecimento e por sua longa duração. Com o passar dos dias, ele vai se tornando cansativo e deixa de ser novidade.

<sup>68</sup> Anexo II. Disponível também em <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/siege/etc/cron.html>

Desta forma, pode deixar, também, de ser interessante dos pontos de vista editorial e comercial dos jornais. Mais uma vez, o *New York Times* se caracteriza como exceção já que é o único que dá, inclusive, mais atenção ao acontecimento em seu encerramento.

Essa questão se torna mais evidente através dos gráficos seguintes que mostram o número de publicações durante a primeira e a última semanas do cerco, respectivamente.



Essa constante diferença na cobertura do *New York Times* pode ser explicada por alguns fatores. Além de o jornal americano ter uma equipe grande de correspondentes, o que lhe permite ter profissionais em vários lugares no mundo (ressalte-se que, durante esse trabalho vimos que alguns jornais, como a *Folha* e o *Estado de S. Paulo*, reproduziram algumas matérias do NYT), devemos citar a existência de uma influente comunidade judaica nos Estados Unidos, e, mais especificamente, em Nova York; a forte ligação política do governo dos Estados Unidos, aliado histórico de Israel, com o conflito no oriente- médio, e seus interesses econômicos na região. Além disso, o governo americano é colocado como fundamental durante as negociações, e na resolução do impasse. Podemos citar, também, o aumento do interesse do público americano, depois do 11 de setembro, sobre assuntos que envolvessem o mundo árabe e seus conflitos.

Nas próximas páginas serão analisadas, com mais detalhes, as matérias publicadas, nos cinco jornais, durante o início do acontecimento, entre os dias 02 e 06 de abril, e em seu encerramento, entre os dias 10 e 12 de maio.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> Anexo III. Lista de matérias analisadas.

### 4.3 Os primeiros dias

Metade de nossa batalha é a questão da mídia.<sup>70</sup>

O cerco à Igreja da Natividade, em Belém, se deu durante um período muito violento no conflito entre palestinos e israelenses. O exército de Israel havia, dias antes, iniciado uma operação na Cisjordânia conhecida como *muro de defesa*, ou *escudo de defesa*, com o objetivo de procurar, e achar, terroristas palestinos, e, para isso, havia entrado em diversas cidades na região. Belém foi uma delas.

No dia 02 de abril, dia do início do cerco, apenas o jornal *O Globo* publicou uma matéria sobre o acontecimento. O título é *Papa pede orações por Belém* e a matéria cita que tanques israelenses entraram em Belém e chegaram a 400 metros da Basílica da Natividade. Não aparece nada na notícia sobre as pessoas que lá haviam se refugiado. Em seguida, o texto reproduz o apelo do Papa João Paulo II pedindo para que os fiéis rezem pelos habitantes da cidade natal de Jesus Cristo. A matéria fala, principalmente, sobre a ampliação da ofensiva israelense em várias cidades da Cisjordânia. O texto não cita as condições dos civis palestinos nos territórios ocupados durante a operação feita pelo exército de Israel mas conclui que:

...a ação israelense não conteve o terrorismo suicida.

Em seguida, fala sobre um homem-bomba que havia detonado seus explosivos em um carro em Jerusalém. Na forma como a frase é construída e associada à outra sobre um atentado, pode-se entender nela uma justificativa para a operação israelense e, ainda, que esta havia falhado.

No dia seguinte não houve alterações no que diz respeito à situação em torno e dentro da Basílica, mas o número de matérias que citam o acontecimento aumenta, mesmo que ainda sem grande destaque. No *Globo* há apenas uma, intitulada:

Passagem sem volta para Arafat  
Sharon oferece exílio a líder palestino.  
Idéia é rejeitada e violência explode em Belém

A partir desse texto, o leitor pode interpretar que a violência em Belém é consequência direta de um impasse em relação ao fim do aquartelamento de Arafat que, na ocasião, estava preso em seu QG em Ramallah. A matéria cita, ainda, que os combates em Belém chegaram à Praça da Manjedoura e fala da suspeita de que palestinos armados tenham se refugiado na

<sup>70</sup> BARUCH,D.(porta-voz do exército israelense) Disponível em [www1.folha.uol.com.br/mundo/ft0504200210.htm](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/ft0504200210.htm)

Igreja. A situação na Basílica é, então, apenas mais uma ilustração, mais um exemplo do conflito que tomava conta da Cisjordânia.

No jornal *O Estado de S. Paulo* há também uma matéria, parecida com a do *Globo*, em alguns aspectos. Com o título *Igrejas são cenário dos combates em Belém*, ela traça um panorama geral do conflito e também fala da questão de Arafat. Por outro lado, enquanto o *Globo* apenas suspeitava, o *Estado de SP* afirma que militantes palestinos estão entrincheirados na Basílica da Natividade. Notamos nesta matéria uma dramatização maior, uma vez que ela já cita testemunhos de alguns padres, moradores do monastério que fica no complexo da igreja, que se dizem “muito assustados”.

A primeira das duas matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* do mesmo dia 03 de abril, *Tensão no Oriente Médio – Israel reocupa quatro cidades palestinas*, segue a mesma linha ao traçar um panorama geral da situação na Cisjordânia e citar, rapidamente, cada cidade ocupada. A diferença dessa matéria, no que diz respeito à construção do acontecimento em Belém, está na escolha das palavras para tratar da questão de quem estava dentro da Igreja. Ela não fala que os palestinos se refugiaram na Igreja da Natividade, mas sim que eles,

...entraram à força (...) para pedir que os padres lhes dessem proteção contra os soldados israelenses que cercavam o santuário.

Na segunda matéria publicada pela *Folha*, o cerco à Basílica é o assunto principal. A notícia tem como título:

Em Belém, israelenses e palestinos lutam perto da Igreja da Natividade.

Ela é assinada como *da redação*, em oposição à anterior *das agências internacionais*. Logo no *lead*, apresenta uma diferença de sentido em relação a sua antecessora na mesma edição do jornal. Nesta, os palestinos não pediram proteção contra os soldados israelenses.

...dezenas de palestinos armados forçaram sua entrada ontem na Igreja da Natividade, em Belém, local onde Jesus Cristo teria nascido, forçando os padres a dar abrigo a eles contra a ofensiva do Exército israelense na cidade.

A ambigüidade em relação a quem eram as pessoas que estavam dentro do complexo da Basílica, quantas eram, como haviam lá entrado e em que condições permaneceram irá permear toda a cobertura jornalística do cerco.

Nesta matéria da *Folha*, citada acima, é mencionado, então, pela primeira vez, o número estimado de pessoas dentro da Igreja e suas origens (seriam 120 palestinos e seis

jornalistas, cinco italianos e um armênio). Os religiosos que moram no complexo da Igreja não são citados. É também nesta mesma matéria que começa a ser desenhado que a questão principal do início do acontecimento vai ser o local onde ele ocorre. Isto é ilustrado em três momentos desta notícia. No primeiro, quando o Papa é citado por estar “muito apreensivo” sobre o ‘grande perigo’ dos confrontos na cidade do nascimento de Jesus.” No segundo ela coloca que,

Israel acusou os palestinos de disparar de dentro do santuário e de um convento católico próximo, explorando a possibilidade de a resposta do Exército causar um possível dano não intencional aos sítios religiosos.

O último momento é, exatamente, a informação escolhida para concluir a matéria:

...os líderes de todas as igrejas cristãs de Jerusalém fizeram um apelo ao presidente dos EUA, George W. Bush, para que impeça a ofensiva de Israel sobre a cidade bíblica.

Sobre a cidade, mas não necessariamente sobre a população que nela vive.

Na edição deste mesmo dia, o *Le Monde* publica uma matéria que apenas cita o início do acontecimento dizendo que:

...tanques israelenses estacionaram perto da praça da Igreja da Natividade (...) onde se reuniram à noite aproximadamente 150 palestinos.

No jornal francês, o número de pessoas que estariam na igreja é diferente, maior, daquele citado pela *Folha*. Outra diferença é a utilização de um verbo neutro ou, ambíguo, como destaca Verón em seu livro, para falar de como essas pessoas entraram na Igreja.

Também no dia 03 de abril, o *New York Times* publicou duas matérias, ambas assinadas, que faziam referência ao acontecimento em Belém. A primeira tem como idéia principal que era apenas mais um dia em que o conflito se intensificou. Para exemplificar o aumento deste cita a invasão de Belém por tropas israelenses. O jornal americano é o único a falar de mortos neste dia (sete palestinos haviam sido mortos pelo exército de Israel) e, então, cita que vários palestinos armados foram vistos entrando na Igreja da Natividade. Segundo o *New York Times*, então, eram pessoas armadas que estavam na Basílica.

Uma curiosidade a respeito desta notícia é que ela cita o Brasil para dar a dimensão da repercussão que o conflito havia adquirido. O texto diz que, devido ao impasse no campo diplomático, diversos protestos eclodiram em regiões vizinhas, como Egito e a Jordânia, e distantes como a Indonésia ou o Brasil.

A segunda matéria publicada nesse dia pelo *New York Times* pouco acrescenta à primeira no que diz respeito a novas informações, mas aumenta a dramaticidade consideravelmente. Da mesma forma que o *Estado de S. Paulo* usou o depoimento de um padre do monastério adjacente à Igreja, o jornal americano usa o testemunho de um outro morador de Belém que diz:

...os tanques estão atirando sem distinção. Eles atiram em qualquer coisa que vêm se mexendo: cachorros, gatos. É muito perigoso!

No dia 04 de abril, a situação na Basílica manteve-se estável. Todos os jornais aumentaram o tom de dramaticidade, utilizando depoimentos emocionados de moradores de Belém, o que pode provocar uma identificação solidária no leitor. No jornal *O Globo*, a cidade era *o retrato da desolação*; a *Folha de S. Paulo* fala do *drama macabro* vivido por dois moradores.

No entanto, a questão do local onde se desenvolve o acontecimento ainda foi o ponto mais relevante em todas as matérias. A nota do Vaticano pedindo para que Israel pare de *humilhar os palestinos* foi citada por todos os jornais. A nota condenava, ainda, *o terrorismo de onde ele vier*. A palavra *terrorismo* começa, então, a ser utilizada também em relação à ofensiva israelense. A resposta do porta-voz do exército israelense dizendo que os palestinos estão se utilizando *cinicamente de um local sagrado* para se refugiar foi reproduzida em também em todos os jornais, assim como a notícia de que diversos padres das igrejas de Jerusalém foram impedidos de entrar em Belém pelo exército israelense.

A importância da santidade da Igreja para os jornais fica evidente em todas as 12 publicações (sobre as pessoas dentro da Basílica nenhuma nova informação foi publicada; os jornais apenas repetiram os poucos dados da véspera). O *New York Times* chega a fazer um histórico da construção da Basílica. Nelson de Sá, editor do caderno Ilustrada, da *Folha*, em uma coluna de notas sobre o que foi notícia no rádio e na TV escreve,

Foi na BBC que surgiu o que é provavelmente a razão da grita do ocidente contra a operação. Um dos padres que tentou entrar em Belém e foi impedido declarou: 'Eles (soldados israelenses) tocaram os lugares santos'.

A questão religiosa também aparece no jornal francês *Le Monde*, que publica uma matéria com o título,

Combates em Belém – emoção no mundo cristão.

A associação entre as palavras escolhidas para formar o título pode produzir o sentido de que apenas os cristãos estão envolvidos no conflito. De outro lado, esta é a primeira matéria que traz dados mais concretos sobre a população da cidade. Entretanto, como Verón notou no episódio do acidente nuclear da usina de Three Mile Island, o jornal francês também produz, neste caso, o que ele chamou de uma *ambigüidade espacial* no que diz respeito ao local do acontecimento. Na notícia, a informação é que

...blindados israelenses entraram na zona autônoma de Belém, que conta com mais de 160 mil habitantes. A cidade propriamente dita tem 30 mil.

Não fica claro, no entanto, a diferença exata entre o que é a *zona autônoma de Belém* e a *cidade propriamente dita*.

Ao mesmo tempo, essa matéria é a primeira a usar, nas palavras do jornalista, sem se apoiar em nenhum depoimento, um tom mais duro em relação a Israel. Até esse momento, o texto do *Le Monde* é o único a não chamar a ofensiva israelense de *represália* e sim de *política de assassinato*.

Os jornais *New York Times* e *Folha de S. Paulo* são os únicos que publicam matérias de enviados especiais. As duas, *Belém – sangrando até a morte* e *Ação em Belém envolve cristãos no conflito*, têm narrativa dramatizada e literária. As duas falam das condições dos moradores da cidade coberta de “cadáveres pelo chão”, como diz a segunda. A matéria do *NYT* narra a morte de um palestino de quem “nada se sabia, apenas seu nome” como se fosse um personagem de um romance. Isso pode ser entendido como um recurso para sensibilizar seus leitores (uma outra leitura possível é a de que o jornalista estaria usando a ironia ao descrever de forma poética a destruição causada pelo conflito).

Já a matéria da *Folha* insiste no apelo à questão da religião cristã quando escreve que as igrejas estão agora envolvidas na batalha de Belém entre palestinos mulçumanos e israelenses judeus. Um leitor pode entender, a partir de como essa informação é construída, que o que acontece na cidade é uma espécie de guerra civil desordenada e, ainda, que o repórter da *Folha* talvez só tenha sido enviado especialmente para o local do acontecimento por ele ter passado a envolver cristãos.

No dia 04 de abril, a única *novidade* no desenvolvimento do acontecimento foi a morte do homem que era responsável por tocar o sino da Basílica. O exército israelense, dias mais tarde, acabou por assumir a responsabilidade pela morte, mas dizendo que ele havia ignorado o toque de recolher e as ordens dadas por soldados para que ele parasse. Ele foi morto enquanto caminhava em direção ao pátio da Basílica e foi confundido com um terrorista. Isto

foi citado na cobertura do dia 05 por três jornais (e sem grande destaque): O *Estado de S. Paulo*, a *Folha* e o *New York Times*. Nos três, a autoria do disparo que provocou a morte do tocador de sino, ou seja, se teria partido ou não do exército israelense, é dita desconhecida.

Comum a todas as matérias informativas publicadas neste dia está a crescente dramatização baseada principalmente nos depoimentos de religiosos e civis, moradores de Belém. O *Globo* apresenta uma matéria intitulada:

Cercos a Arafat: Papa pede aos cristãos que domingo que vem seja dia de orações pela paz no Oriente Médio

A única novidade trazida por ela, no que diz respeito ao desenvolvimento do acontecimento na Igreja, é a notícia de três explosões e rajadas de metralhadoras em seus arredores. Segundo a matéria, Israel nega ter tentado atacar o santuário e um monge dá um testemunho que recoloca os palestinos refugiados no interior da igreja na condição de vilões.

Esses homens armados invadiram nosso convento e estamos numa situação extremamente perigosa.

Acontecimento diferente dos (já diversos) narrados nas matérias sobre esses personagens nos dias anteriores.

Na mesma edição, o jornal traz a coluna de Luís Fernando Veríssimo em que ele comenta, sem o humor habitual, o artigo de um repórter americano que dizia que Israel deveria se retirar dos territórios ocupados após a guerra de 1967 e isso incluiria os assentamentos judeus. A ironia de Veríssimo está presente apenas no encerramento de sua coluna dizendo que o artigo que ele citava era o fato mais importante da guerra nas últimas horas, a menos que a Basílica da Natividade tivesse sido invadida pelos tanques israelenses pelas paredes.

O *Estado de S. Paulo* publicou, neste dia, duas matérias relacionadas ao acontecimento. A primeira traz uma entrevista com um padre brasileiro, Jeferson Luiz Pereira da Silva, que havia morado em Belém durante quatro anos. Esta matéria aborda, pela primeira vez, dois temas importantes, associados ao acontecimento na Basílica através do entrevistado, um religioso. O primeiro é o tratamento que o exército israelense dá, em dias normais, aos moradores palestinos de Belém. Diz o padre,

...todo mundo era tratado como terrorista.



O segundo é a questão da dificuldade econômica vivida pela população de uma zona permanentemente envolvida em conflitos. Ele diz,

...o movimento é quase zero, por causa das restrições impostas pelo exército da ocupação (...). Não há como a gente não ficar do lado dos mais fracos.

Lendo a matéria, como foi construída, o leitor provavelmente vai concluir da mesma forma que o padre.

A segunda matéria volta a falar ,como no *Globo*, e também na *Folha*, mas isso não aparece no *Le Monde* nem no *New York Times*, do apelo do Vaticano para que o local sagrado não seja invadido nem danificado. Mais uma vez, o motivo de maior preocupação parece ser a própria Basílica. O Estadão usa também o depoimento do porta-voz do Vaticano:

...parte o coração do Papa agora que há essa violência nesse local sagrado para a Cristandade.

De acordo com a frase citada, o leitor pode compreender que o que parte o coração do Papa é a edificação da Basílica, e não as pessoas refugiadas dentro dela.

Nenhum dos jornais até essa edição havia dado informações precisas sobre quem eram e em que condições de sobrevivência estavam essas pessoas. Os dados citados foram basicamente os mesmos desde o início do acontecimento, mantendo-se, ainda, divergências entre os jornais no que diz respeito à quantidade de pessoas, como e por que entraram na Igreja.

Nesta mesma matéria, no entanto, o *Estado de S. Paulo* trouxe algumas novas informações a respeito do acontecimento, exatamente sobre as pessoas que estavam entrincheiradas na Basílica. Usando o depoimento do porta-voz dos franciscanos na Terra Santa, o jornal descreve que há cerca de 40 religiosos sitiados dentro da Igreja, junto com os militantes palestinos, ajudando-os, porque alguns estariam feridos e um teria morrido, e que a comida estaria acabando. A matéria não cita se haveria a presença de civis palestinos dentro da Basílica. Na *Folha de S. Paulo* daquela sexta feira, 05 de abril, foi publicado o primeiro artigo opinativo citando o acontecimento que estudamos neste trabalho. Intitulado *Hipótese de paz*, Jânio de Freitas fala sobre a importante relação entre o conflito e as políticas externa e econômica dos Estados Unidos, apesar de não se aprofundar nesse assunto. A questão do papel do governo americano na resolução do impasse derivado do cerco à Basílica da Natividade foi muito importante na cobertura deste acontecimento, especialmente em seu fim.

O artigo começa dizendo:

A elevação do preço do petróleo enfim produziu algo positivo. Sua ameaça à reativação incipiente da economia dos Estados Unidos, aliada a prováveis pressões políticas no mundo árabe, fez o presidente Bush praticar uma atitude razoavelmente humana, com a aceitação de medidas capazes de encerrar o conflito entre israelenses e palestinos.

Freitas continua o artigo comparando a operação de Israel na Cisjordânia com o “espaço vital” alemão que Hitler tanto defendia e conclui citando exatamente o cerco à Igreja em Belém como forma de sustentar sua comparação. Ele diz

...proibir o socorro a mulheres e crianças palestinas feridas e, grito final, submeter a cerco a Igreja da Natividade, em Belém, são atitudes de uma prepotência paranoicamente alucinada. E, pela Convenção de Genebra, barbaramente criminosa.

Citar a Convenção de Genebra na conclusão de seu artigo nos remete à ironia descrita por Verón em seu estudo. Ou, além disso, a quase uma provocação. Uma vez que palestinos e israelenses estão sempre em busca de legitimidade diante da opinião pública, estar de acordo com a mais famosa convenção internacional de direitos humanos não deixa de ser um atestado para isso.

Ainda na *Folha*, Nelson de Sá, em sua coluna *No Ar*, já citada anteriormente, traz um dado novo a respeito da situação em Belém. Ele descreve a dificuldade, que sugere ser imposta pelo exército israelense, encontrada pelos jornalistas para se informar sobre os acontecimentos na Basílica. A coluna sugere também que a opinião pública internacional, termo bastante generalista, já teria se posicionado sobre o conflito. Ele escreve sobre Belém:

Os soldados explodiram bombas de fumaça para encobrir a visão das áreas destruídas pelos tanques. (...) Esta guerra está servindo para coisas assim, para descobrir que uma expressão como cortina de fumaça, de origem militar, está de volta ao seu lugar. A diferença é que agora se trata de esconder ações das câmeras de televisão, não dos inimigos militares. São elas que não podem checar se o exército israelenses explodiu, como acusaram os palestinos, uma das entradas da Igreja da Natividade. (...) Com o pouco que se consegue ver, de Belém e das demais cidades, já se formou uma opinião pública que dobrou até George W. Bush.

Nelson de Sá se refere, então, ao discurso do presidente Bush dizendo que Israel tinha o *direito de se defender*, mas pedindo para que Sharon terminasse a ofensiva na Cisjordânia.

A repercussão sobre esse discurso seria o tema mais importante da cobertura jornalística sobre o acontecimento em Belém no dia seguinte.

Ainda na *Folha* do dia 05 de abril, o enviado especial ,Clóvis Rossi, publica dois artigos. Um deles está intimamente associado à coluna de Nelson de Sá e parece ter como objetivo principal dar uma explicação aos leitores sobre a irregularidade nas informações (tanto no que diz respeito ao fluxo, como à confirmação de alguns dados). Ele escreve que:

Os jornalistas que tentam chegar a alguma dessas áreas são brecados no primeiro “check-point” na estrada, bem antes de conseguir ao menos uma visão parcial do que está sucedendo em áreas de conflito, como a Basílica da Natividade, em Belém.

Em sua segunda matéria publicada neste dia, o correspondente também faz uma ligação com a dificuldade de se obter informações, quando descreve a cidade de Belém dizendo que *rumores são o material do dia*. O título, no entanto, continua destacando o apelo da questão religiosa da cidade quando a coloca como *cidade de Cristo*, e pouco fala dos moradores.

Os jornais *Le Monde* e *New York Times* no dia 05 também repetem muito das informações dadas em suas edições anteriores. O *Le Monde*, com duas matérias publicadas, mantém seu enfoque mais duro em relação a Israel e utiliza o depoimento do chefe da Igreja de Jerusalém pedindo que o exército israelense saia da cidade. Sobre as pessoas que estão dentro da Basílica, diz que poderiam chegar a 400, mais do que o dobro do número que havia sendo citado pelos outros jornais.

O *New York Times* publica uma matéria que mantinha a ambigüidade a respeito das pessoas que estavam dentro da Igreja. Manteve o número de 150, publicado anteriormente, e citou depoimentos do porta-voz do exército de Israel e também de um padre que estava dentro da Basílica, que mantiveram a dúvida, citada em todos os jornais, sobre se os religiosos estavam sendo mantidos reféns pelos palestinos dentro da Basílica. O porta-voz do exército israelense disse que sim; o padre dentro da Basílica disse que não.

No entanto, nas notas publicadas em destaque no final da matéria, como um resumo para leitura rápida, o texto que aparece é:

Cerca de 150 homens armados permanecem entrincheirados (...) na Igreja da Natividade em Belém. Oficiais israelenses afirmam que os militantes estão mantendo reféns entre 15 e 20 padres.

O destaque que se dá a uma determinada informação e o local onde ela é publicada no jornal são outras formas de se construir um acontecimento para o leitor.

Em seu editorial, o jornal americano mantém um tom ameno em relação à ofensiva israelense, dizendo que não se poderia culpar os israelenses por sua *fúria*. E elogia o discurso do presidente Bush, colocado como interferência necessária no conflito, já que árabes e israelenses não conseguiram resolver suas questões sozinhos.

No dia 06 de abril, então, o que foi destaque nos cinco jornais analisados foi, justamente, a repercussão do discurso do presidente americano. Este pode ser visto como mais um exemplo do que Eliseo Verón, em seu livro sobre o comportamento da imprensa no caso do acidente nuclear de Three Mile Island, situa como momentos em que a cobertura jornalística se concentra mais nas conseqüências do acontecimento do que nele próprio.

O jornal francês *Le Monde* publica uma matéria cujo título demonstra bem que a novidade sobre o acontecimento naquele dia era, então, a *desobediência* de Israel:

M. Sharon ignora ultimato dos Estados Unidos e da ONU.

O discurso do presidente americano, se torna, assim, oficialmente, uma ordem e não um pedido, como o próprio Bush havia colocado.

No que diz respeito à situação na Basílica, o cerco manteve-se estável e isso foi refletido nas outras publicações no dia. Continuaram as matérias que usavam alguns depoimentos e permaneceu também um impasse em relação às informações sobre dados mais concretos. Algumas dessas matérias se destacaram pela escolha das palavras, principalmente em seus títulos.

O *Globo* publicou uma matéria sobre a morte do palestino responsável por um atentado a civis israelenses em que o título era:

Israel vinga massacre da Páscoa.

A associação com a idéia de vingança pode produzir no leitor o sentido de um direito israelense, uma justificativa comprovada à operação na Cisjordânia. Sobre o mesmo tema, a matéria continua associando a morte de militante palestino procurado por Israel com a idéia de celebração, ou seja, festa:

Israel celebrou a morte de outro nome importante em sua lista de procurados: Nasser Awais, um dos fundadores das Brigadas dos Mártires de al-Aqsa, morto numa explosão em Nablus.

Sobre a repercussão do discurso do presidente americano, o *Globo*, diferente do *Le Monde*, diz que Bush havia amenizado o tom em relação a Israel.

A *Folha de S. Paulo* traz uma matéria em que a escolha de palavras no título produz um sentido de perigo e o que Verón chamou de *dramatização exagerada*.

Padre brasileiro está sitiado em Belém

A construção da informação feita por esta matéria traz, também, o que Verón chamou de *ambigüidade espacial*. O título pode dar ao leitor a idéia de que um padre compatriota, o que pode aproximá-lo do acontecimento por causa de identificação com a nacionalidade do personagem, está em perigo e, inclusive, que está dentro da Basílica, uma vez que é usada a palavra *sitiado* e que a definição espacial é vaga.

No corpo da matéria, a entrevista com o padre Marcos Koneshi, mantém a questão da *ambigüidade espacial*. Segundo o correspondente, o padre estaria no *complexo da Natividade*. A questão do perigo e do medo, no entanto, é desfeita pelo padre em seu depoimento.

Não somos reféns, mas não vamos abandonar o santuário porque somos seus custódios. (...) Confio no exército de Israel que, até agora, não mexeu no santuário. Mas confio também nos que entraram aqui. Eles podem ter seus problemas com as autoridades israelenses, mas são homens como eu.

Outro título interessante é o de outra matéria publicada pelo jornal *Le Monde*. A fala de um padre de Jerusalém é utilizada para formá-lo e, ao mesmo tempo, descrever o que parece ser a posição do próprio jornal acerca do impasse em Belém.

Aonde nós chegamos?

Nos primeiros dias, a cobertura jornalística do cerco à Basílica da Natividade, em Belém, se baseou em alguns fatores. Em primeiro lugar, o prédio da Basílica, por sua importância religiosa e simbólica, foi o principal fator de atenção. Foram citados mais apelos de diversos padres e, inclusive do Papa, para que se respeitasse a construção da Igreja, do que as condições das pessoas que estavam dentro do prédio. Essa ambigüidade em relação aos sitiados, quantos eram, quem eram, se os religiosos que lá estavam eram ou não reféns, se os civis palestinos que lá estavam eram ou não reféns, permeou a cobertura durante esses dias.

Além do apelo aos cristãos especificamente, muito usado pela *Folha de S. Paulo*, os jornais fizeram também uma associação entre a resolução do cerco e a participação do governo dos Estados Unidos. Durante a cobertura, o presidente Bush é colocado como o responsável por resolver o impasse.

Outro fator foi a falta de dados mais factuais sobre o conflito. Isso foi citado explicitamente em algumas matérias que descreveram a dificuldade dos jornalistas em chegar perto da Praça da Manjedoura, onde fica a Basílica. Isso pode ser um dos motivos pelos quais, então, os jornais fizeram coberturas baseadas em depoimentos de autoridades, de padres e de alguns moradores. Mesmo a situação do cerco se mantendo estável, ele apareceu diversas vezes em todos os jornais. Cada um, então, com algumas particularidades, começou a construir seu próprio acontecimento.

#### **4.4 O encerramento**

Durante os dias em que se aproximava a conclusão do cerco à Basílica da Natividade, a cobertura feita pelos cinco jornais analisados noticiou com maior destaque as negociações que levariam o acontecimento ao seu fim. No dia 05 de maio, mais de um mês após o início do cerco, começou a ser noticiada, então, a possibilidade de que ele terminaria em breve.

Nos dias 07 e 08 a cobertura, no entanto, mudou de tom. As matérias começaram a falar sobre as exigências impostas pelo governo israelense que dificultavam um acordo. Israel exigia que parte dos homens que se encontravam dentro da Basílica fosse exilada, alguns para a faixa de Gaza e os treze considerados mais perigosos por Israel, para países da Europa. No dia 08, especificamente, todos os jornais noticiaram que a Itália havia se recusado a receber palestinos *terroristas*. Após a leitura, então, dos jornais deste dia, o sentido produzido é o de que o impasse havia voltado à estaca zero.

É importante citar que, diferente do que é tendência no senso comum acreditar, a palavra *terrorista* não é usada indiscriminadamente durante a cobertura. No caso da cobertura do cerco à Basílica, e especificamente no dia 08, os jornais se protegem usando expressões como “acusados”, “procurados” ou “considerados terroristas”.

No dia 09 de maio, o que se refletiria na cobertura do dia 10, Chipre aceitou receber os treze homens que estavam na lista de mais procurados do Estado de Israel até que uma decisão fosse tomada acerca de seus destinos finais no exílio.

Apenas os jornais brasileiros deram grande destaque a essa nova informação no dia 10 de maio. O *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* a colocaram nos títulos de suas matérias, respectivamente:

Chipre receberá palestinos cercados em Belém  
Chipre aceita receber 13 palestinos de Belém

O *Globo*, apesar de não citar Chipre no título, fez duas matérias, uma na segunda e uma na terceira edição, ressaltando a importância que isso teria na resolução do conflito. O título da última, inclusive, já dá como encerrado o conflito em Belém:

Fim do impasse em Belém.

Na edição anterior, o título falava, apenas, em uma nova *esperança* de que a situação na Basílica fosse resolvida. As duas matérias são praticamente iguais, a única diferença é uma frase no corpo da última atualizando a informação. Pela segunda vez nesta pesquisa percebemos que o jornal o *Globo* foi o primeiro a publicar uma nova informação (desta vez junto com o *New York Times* que, neste dia, também já fala do fim do impasse). A primeira vez foi no início do cerco, quando foi o único a citá-lo no dia em que foi iniciado, dia 02 de abril. Podemos concluir, então, que a equipe de plantonistas do jornal esteve atenta ao noticiário internacional para que a atualização da informação pudesse ser feita rapidamente.

As matérias dos três jornais brasileiros são descritivas. Todas fazem um pequeno histórico sobre o cerco e voltam a falar sobre a igreja ser o lugar onde se acredita ter nascido Jesus Cristo. No entanto, há algumas diferenças na abordagem e na construção das frases.

A *Folha* repete o discurso do início da cobertura sobre o acontecimento dizendo que palestinos armados haviam entrado na Igreja mais de um mês antes (a questão da quantidade de pessoas permanece ambígua). O *Globo* e o *Estado de S. Paulo* são os únicos que falam, e pela primeira vez, de *um cerco aos palestinos sitiados na Igreja* e não de um cerco à Basílica. (No dia seguinte, no entanto, o Estadão volta a falar de um cerco à Basílica). Por outro lado, o *Globo* é o único que não cita o que previa o acordo a respeito dos homens que não eram considerados *terroristas* mas também permaneciam dentro da Igreja (eles seriam soltos após interrogatório).

A *Folha de S. Paulo* é único jornal a descrever quais as condições de sobrevivência no interior da Basílica depois de quase 40 dias desde o início do cerco, no dia 2 de abril.

Cerca de 80 pessoas já deixaram o complexo da igreja desde então. Alguns dos que continuam dentro afirmam que a situação no local é difícil, com falta de comida e aquecimento.

A respeito do acordo para que o cerco terminasse, a *Folha* e o *Estado de São Paulo* citam o impasse criado dois dias antes pela recusa italiana em receber os palestinos em seu território (os dois jornais mencionam também a importância da participação americana nas negociações). No entanto, o Estadão conclui o assunto, enquanto a *Folha* deixa a questão em aberto, permitindo a interpretação de que o governo italiano poderia mudar de idéia. Abaixo está a reprodução de trechos das matérias dos dois jornais, respectivamente.

...um novo impasse surgiu no começo da semana com a recusa da Itália – país que inicialmente seria o destino do grupo – em aceitar os 13 palestinos. Dois telefonemas feitos na terça feira pelo secretário de Estado americano, Colin Powell, não convenceram o primeiro ministro italiano, Silvio Berlusconi, a dar refúgio aos palestinos.

A Itália, inicialmente, disse que não aceitaria recebê-los por não ter sido consultada antecipadamente. O secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, fez uma série de ligações para o premiê italiano, Silvio Berlusconi, e para outras autoridades do país, tentando convencê-las a receber os palestinos.

Uma questão importante que não é colocada por nenhum dos jornais é o porquê de os Estados Unidos, uma vez que também estão mediando as negociações, não receberem, então, os palestinos. Uma questão fundamental que é colocada apenas pela *Folha*, como conclusão de sua matéria, é a repercussão nos territórios palestinos, dos termos do acordo. O texto diz

Grupos palestinos se manifestaram contrários ao acordo firmado pela Autoridade Nacional Palestina, presidida por Yasser Arafat, por se oporem ao exílio.

Na conclusão de suas matérias, o *Globo* destacou uma questão que não havia sido mencionada pelos outros jornais. Ele faz uma associação entre a ajuda financeira dada a Israel pelos EUA e a verba de emergência destinada pelo governo americano para o combate ao terrorismo. Essa associação de idéias pode produzir o sentido no leitor de que as ofensivas israelenses fazem parte do que os Estados Unidos consideram, então, combate ao terrorismo.

O *Le Monde* dá destaque à possibilidade de o exército israelense invadir a Faixa de Gaza, que não fazia parte, até então, da operação “muro de defesa”, que estava em curso. Essa invasão seria uma represália ao atentado suicida que havia matado 15 pessoas em Tel Aviv



alguns dias antes. O jornal francês dá, então, mais destaque a uma possível nova crise, ou seja, ao início de um novo acontecimento em Gaza, do que à conclusão do cerco Basílica da Natividade.

No que diz respeito, ainda, à situação em Belém, a matéria traz uma versão diferente sobre o andamento das negociações para que o cerco à Igreja terminasse. A matéria não cita a oferta de Chipre em receber os palestinos que seriam exilados, e coloca que um acordo de última hora havia decidido que:

À espera de um destino, os 13 palestinos devem permanecer no interior da Basílica...

Por outro lado, o *New York Times* publica uma matéria que, apesar de em seu título também estar a situação em Gaza, descreve detalhadamente a saída dos primeiros palestinos da Basílica e a reação de seus familiares que os esperavam.

Em uma outra matéria, e a partir de uma abertura com linguagem literária, o conflito em Belém é contado do ponto de vista de um soldado israelense de 19 anos. Em seu depoimento, o soldado diz

As pessoas do lado de fora pensam que todos os israelenses rezam e comem comida kosher, e eu como queijo e carne ao mesmo tempo e eu não rezo nenhuma vez, não acredito nisso (...) Eu estou acordado desde as oito da manhã de ontem. Eu não sei o que está acontecendo nas negociações. Os que estão decidindo, os poderosos, estão dormindo agora.

No entanto, o sentido desta matéria não é produzido apenas através do testemunho do jovem soldado israelense. O repórter, entre as falas do rapaz, coloca que

Há 35 anos, durante a guerra de 1967, soldados israelenses defenderam bravamente seu pequeno país contra uma força conjunta de nações árabes. Hoje é o dia de Jerusalém, o aniversário no calendário hebraico do maior momento de Israel naquela guerra, o dia em que Jerusalém oriental foi capturada.

Outro artigo publicado pelo *New York Times* neste dia trazia uma análise sobre o papel de Arafat no mundo árabe. Logo no início, ele propõe uma questão que é o porquê de o presidente da Autoridade Nacional Palestina *perturbar tanto* os governos de Israel e dos Estados Unidos. O cerco à Basílica da Natividade é citado apenas na fala do próprio Arafat,

que o havia condenado chamando os soldados israelenses de *terroristas*. O termo escolhido por ele, não por coincidência, é o mesmo usado freqüentemente para denominar os palestinos.

O artigo responde à questão por ele proposta dizendo

O problema de Arafat é que esperam que ele seja um estadista sem um Estado.

O dia 11 de maio foi um dia de grande repercussão na mídia, uma vez que na véspera o cerco à Basílica da Natividade havia se encerrado. Todos os jornais usaram depoimentos. De moradores de Belém, principalmente de parentes dos homens que seriam exilados (o que aumentava o tom dramático do acontecimento na mídia) e, no *NYT*, de fiéis que retornavam à Igreja após 38 dias. Foram citadas, também, as opiniões dos presidentes americano, George W. Bush, e da ANP, Yasser Arafat a respeito do fim do impasse em Belém. Segundo Arafat,

Finalmente foi dado um passo muito importante, após as dúvidas do Exército israelense, que insistiu em continuar com seus crimes nesse lugar santo.

Não houve nenhuma citação, no entanto, ao primeiro ministro israelense, Ariel Sharon.

O estado em que estava o interior da Igreja, se havia vidros quebrados e rachaduras nas paredes, por exemplo, foi uma questão de destaque na cobertura de todos os jornais, com exceção do *Le Monde*. Isso pode ser percebido como mais um exemplo da importância dada ao local em que se desenvolveu o acontecimento.

Como já havia noticiado o fim do impasse em torno da Basílica na véspera, a matéria do *Globo* já tratava das consequências da saída do exército israelense das ruas de Belém.

Assim que as tropas israelenses desocuparam ontem a Praça da Manjedoura, em Belém, uma multidão de moradores festejou o fim do cerco à Igreja da Natividade invadindo o complexo religioso. No interior, eles encontraram pouca destruição, mas muita sujeira. Depois de 38 dias sitiados por forças de Israel num dos lugares mais sagrados do cristianismo, palestinos libertados foram saudados como heróis.

A matéria continua falando sobre os palestinos que foram exilados, segundo os termos do acordo que foi noticiado na cobertura nos dias anteriores. O *Globo* cita a possibilidade de Israel pedir a extradição desses homens, o que poderia violar o acordo assinado. Sobre as condições da Igreja, o *Globo* continua

No interior do complexo religioso, os palestinos deixaram grande quantidade de lixo e forte cheiro de urina. Restos de comida e fezes se misturavam a colchões espalhados pelo chão. O exército israelense disse ter encontrado dezenas de armas e 40 explosivos.

A partir dessa descrição, o leitor pode concluir que os palestinos dentro da Igreja estavam fortemente armados e pode interpretar, também, que eles não respeitavam o local sagrado para os cristãos. Apesar de haver ativistas estrangeiros dentro da Basílica, a sujeira é toda atribuída aos palestinos.

A idéia de que poderia existir uma tensão religiosa, agora entre palestinos mulçumanos e cristãos, é produzida ao longo da construção da matéria do *Globo*. Ela diz, logo antes de falar sobre a sujeira na Basílica da Natividade,

Nas ruas de Belém, moradores comemoraram o fim do cerco à Igreja, construída no local onde se acredita que Jesus Cristo tenha nascido. Ao mesmo tempo, os alto-falantes das mesquitas proclamavam: “Alá é maior”.

A *Folha de S. Paulo* e o *New York Times*, diferentemente do *Globo*, citam, a partir do depoimento de um padre, a presença dos ativistas. O testemunho os acusa de desrespeitar a igreja porque fumavam e bebiam. De acordo com a matéria da *Folha*,

A alimentação do grupo (dos que estavam sitiados), aliás, é motivo de controvérsias. Durante todo o período, os palestinos relatavam grande sofrimento por fome das pessoas na igreja. Ontem, porém, os jornalistas encontraram um armário cheio de comida (...) Ainda não se sabe ao certo se os palestinos exageraram em suas descrições ou se o fornecimento de comida aumentou nos últimos dias.

Sobre os ativistas, a *Folha* falou ainda que eles haviam se recusado a sair da Basílica alegando que Belém não estava sob jurisdição israelense e tiveram que ser retirados, à força, pelos soldados de Israel. Segundo o *Globo*, apenas, em matéria que não cita a resistência deles em sair da igreja, o governo israelense havia decidido expulsá-los do país.

Uma das matérias publicadas pelo *Estado de S. Paulo* - a segunda foi a reprodução do perfil do *New York Times* sobre um soldado israelense - faz uma breve retrospectiva das negociações para que o cerco terminasse e, em seguida fala da saída dos palestinos da Igreja. Como nos outros dias da cobertura, o Estadão usou depoimentos para aumentar o tom de dramaticidade sobre o acontecimento. Nesta matéria, após afirmar que Israel havia travado uma *guerra psicológica* com as pessoas que estavam sitiadas, ele usa a fala de uma adolescente palestina, que esperava um amigo na saída da Basílica.

Perco meus amigos, mas estou certa de que em breve eles estarão de volta, disse Rasha Kassas, uma palestina de 16 anos que pretendia entregar uma correntinha com uma medalha no formato do mapa da Palestina para um dos ativistas que embarcaria para Chipre...

Em oposição à matéria do *Globo* e a uma das matérias da *Folha de S. Paulo*, que descreveram a Basílica como suja, mas pouco danificada, o *Estado de S. Paulo* a descreve de forma diferente:

Os estragos maiores se registraram na sala paroquial do convento dos franciscanos, devastada por um incêndio durante uma tentativa de incursão por parte das tropas de Israel. Uma estátua de mármore da Virgem de Lourdes foi danificada pelo impacto de um projétil e vários vitrais, alguns deles do século 16, foram quebrados. Tiros também atingiram paredes e afrescos da Basílica.

E, segundo a descrição dada pela *Folha*,

Um mosaico no teto, feito no século 12, que teria sido atingido por balas, continua em boas condições, assim como uma estátua da Virgem Maria (no complexo da igreja) também baleada. Um ambiente reservado para estudos religiosos apresentava algumas marcas de incêndio – provocado por tentativas de entrada no complexo da igreja, segundo religiosos.

Além de uma matéria que informava o fim do cerco à Basílica da Natividade, o jornal *Le Monde* publicou, neste dia 11 de maio, um artigo que tenta analisar o que chama de:

Os espasmos patrióticos da sociedade israelense  
Exasperada pelo terrorismo, uma maioria aprova a política de Ariel Sharon.

Percebemos neste artigo duas importantes questões. A primeira é o interesse de um jornal diário em fazer uma análise mais aprofundada sobre as consequências que um longo período de ataques suicidas pode ter causado na sociedade israelense. A segunda questão é o sentido que a associação das idéias contidas no título e no subtítulo pode causar. O leitor pode interpretar que a única explicação para que as ofensivas militares ordenadas por Sharon sejam defendidas é o pânico da população de Israel.

O *New York Times* publicou neste dia cinco matérias, três assinadas, que citavam o cerco à Basílica da Natividade, em Belém. Não apenas o número de citações, mas, a variedade

de assuntos associados ao acontecimento na cobertura ilustra a dimensão dada a ele pelo jornal americano.

Na primeira delas é feita uma descrição detalhada da situação em que se encontrava a Basílica e da retomada do cotidiano na cidade. Foram feitas entrevistas com padres, fiéis que estavam afastados da Igreja, por causa do cerco, e parentes dos palestinos que seriam exilados. Nesta matéria é mantida a linguagem literária para fazer as descrições, artifício que o *NYT* usou outras vezes durante a cobertura do cerco, sempre em matérias que descreviam a situação da cidade e de seus moradores. Esta matéria foi intitulada:

Na Igreja da Natividade, o lixo de um cerco

Outras duas matérias traziam informações exclusivas do *NYT*. A primeira era uma lista com a identificação (nome, idade, a que grupos eram filiados e do que eram acusados) de cada um dos 13 palestinos que haviam sido exilados para Chipre, primeiramente.

A segunda era uma matéria que usava o fim do cerco à Basílica da Natividade como pano de fundo para tratar da questão geopolítica do Oriente Médio em geral, região tão importante na política externa e na economia dos Estados Unidos. O título da matéria pode sugerir que a ofensiva israelense criou um problema para o governo americano, uma vez que colocava que um importante membro do governo da Arábia Saudita havia incitado os Estados Unidos a deterem Israel.

No livro usado como metodologia para este trabalho, Eliseo Verón fala de um artifício usado pelos meios de comunicação, que chamou de *aceleração do acontecimento*. Este pode ser encontrado em uma matéria do *New York Times*, publicada ainda no dia 11 de maio, sobre a possível desistência, segundo o jornal, devido à pressão americana, do governo de Israel de invadir Gaza. No início da matéria, no entanto, a informação é construída de forma a dar ao leitor a idéia de simultaneidade, ou seja, no caso de um acontecimento, a idéia também de rapidez.

O governo israelense parecia hoje estar se direcionando a uma operação militar (...) na Faixa de Gaza, enquanto as tropas saíam de Belém, marcando o fim de um longo e tortuoso cerco à Igreja da Natividade.

O *New York Times* foi o único jornal, no dia 11, a citar a chegada, em Gaza, dos 26 palestinos que haviam saído da Basílica da Natividade, também exilados, como os 13 considerados mais perigosos por Israel. A matéria pode provocar uma sensação de insegurança no leitor, uma vez que usa depoimentos que expressavam o desejo de alguns

homens de serem *mártires* em Israel. A matéria diz apenas que *homens* gritavam esse objetivo nas ruas. Essa ambigüidade em relação ao número de pessoas que estavam se colocando como possíveis suicidas pode ter como consequência o aumento da sensação de medo no leitor, além de poder criar também o sentido de generalização.

A antítese também foi usada como ferramenta na construção do acontecimento. Na matéria do *Globo* publicada no mesmo dia, ela foi utilizada para opor a idéia da humilhação dos palestinos saindo da Igreja pela chamada *porta da humildade* com uma idéia de altivez. A matéria diz:

Exaustos, os militantes palestinos deixaram o tempo um a um, pela acanhada Porta da Humildade, depois de entregar suas armas a agentes da CIA (agência de inteligência americana). Passaram em frente a soldados israelenses – alguns com olhar desafiador – e apertaram a mão de religiosos que os receberam.

No dia 12 de maio, último dia da análise deste trabalho, as publicações que saíram nos jornais tratavam das consequências do acontecimento. Algumas traziam novos enfoques, usavam linguagem diferenciada ou apresentavam novas informações e análises. Outras, repetiam os dados e a abordagem utilizada no dia anterior. É o caso, por exemplo, da *Folha de S. Paulo*. Em sua matéria foram retomadas questões do dia anterior, como a deportação dos palestinos que faziam parte da lista de homens procurados por Israel, a situação dentro da Basílica após o cerco e até a desistência israelense de invadir Gaza.

Belém limpa igreja; ação em Gaza é suspensa.

A matéria da *Folha*, e, de uma maneira geral, a própria cobertura do dia 12 de maio, servem como ilustração de que a notícia não precisa ser, necessariamente, baseada em fatos concretos.

O *Globo* publicou uma matéria que também repetiu alguns dados acerca do acontecimento (os trabalhos de limpeza dentro da Basílica e a chegada dos exilados em Chipre). No entanto, ela trazia algumas diferenças de conteúdo e abordagem.

A primeira era sobre a situação em Gaza. Enquanto o *New York Times* e a *Folha* anunciavam a desistência de Israel em iniciar uma nova ofensiva, o *Globo* anunciava que

...tropas e tanques do Exército israelense continuavam mobilizados em torno de Gaza.

A outra diferença está na opção por noticiar uma manifestação de civis israelenses contra a ocupação nos territórios palestinos. Ainda não havia sido citada, durante a cobertura, a posição pacifista de parte da população de Israel. Pelo contrário, quando a opinião pública israelense foi citada, apareceu apenas como suporte para as operações militares de Sharon. A manifestação pacifista israelense também foi citada na matéria publicada pelo *Estado de S. Paulo*, porém com menos destaque. Citando, então, a matéria do *Globo*,

Milhares marcham por paz em Israel

(...)

Em torno do tema “deixem os territórios ocupados pelo bem de Israel” se uniram militantes pacifistas e da esquerda israelense, que estavam marginalizados na política do país desde a escalada dos atentados terroristas palestinos.

- Temos que acabar com a ocupação, temos que acabar com os assentamentos – discursou Yossi Sarid, líder do bloco de oposição do parlamento israelense.

A multidão também pediu para o primeiro-ministro, Ariel Sharon, suspender a esperada invasão da Faixa de Gaza em represália ao ataque terrorista que matou 16 pessoas na cidade de Rishon Letzion, na terça-feira.

O francês *Le Monde* também publicou neste dia uma matéria que trazia um novo olhar, uma nova abordagem, mas desta vez, ligado diretamente ao cerco à Basílica da Natividade. O jornal acompanhou a chegada e fez um perfil de alguns dos palestinos que foram mandados para Faixa de Gaza, após a saída da Igreja (eles foram considerados, por Israel, menos perigosos do que os 13 exilados na Europa, por isso, foram mandando a Gaza).

A reportagem foi baseada na descrição do novo cotidiano desses homens e em seus depoimentos, com grande carga dramática. Um dos entrevistados, membro do Fatah (partido do presidente da ANP, Yasser Arafat), descreveu assim, para o repórter do *Le Monde*, sua experiência na Basílica da Natividade:

Eu tenho apenas lembranças ruins: o frio no início, a falta do sol, a fome e o medo permanente de ser morto pelos israelenses. Aquilo será, para mim, para sempre um pesadelo.

O jornal francês publicou, também, uma matéria que informava que os palestinos considerados perigosos por Israel receberiam asilo em países da comunidade européia, mas que não havia sido definido ainda em quais. De acordo com as informações trazidas pelo *Le Monde*, assim que esses homens chegassem a seus destinos finais eles seriam homens livres, uma vez que a União Européia não tinha nenhuma acusação contra eles.

Voltando às questões sobre a Basílica e sobre Gaza, a matéria publicada pelo *Estado de S. Paulo* citou algumas novas informações, mas não se aprofundou em nenhuma delas. Ao mesmo tempo, alternou frases que produziam a idéia de otimismo com algumas de pessimismo. O título e o subtítulo da matéria são exemplos:

Monges limpam basílica e anunciam missas  
Líder do Hamas mantém ameaças

Em oposição à matéria publicada pelo próprio jornal, no dia anterior, o Estadão do dia 12 de maio minimizava os danos causados à Basílica, descrevendo-os, desta vez, como superficiais, e anunciava que a Igreja estava voltando ao seu funcionamento normal.

No interior da Basílica, religiosos dos ritos ortodoxo armênio, ortodoxo grego e católico davam por encerrado os trabalhos de limpeza. “Se tudo ocorrer dentro do planejado, amanhã (hoje) teremos missas celebradas nos ritos das três comunidades religiosas que convivem no templo”, disse o superior da comunidade Armênia, padre Razmig. “A gruta onde nasceu Jesus recuperou seu esplendor.”

No final da matéria é tratada a questão em Gaza. Pela primeira vez, é citada a posição do primeiro ministro israelense, Ariel Sharon que, segundo esta, havia negado que a desistência na ofensiva fosse devido às pressões americanas. Até então, isto havia sido noticiado como um dado concreto. De acordo com outra nova informação contida na mesma matéria do *Estado de S. Paulo*, a decisão de Sharon

...também coincidiu com uma advertência do presidente egípcio Hosny Mubarak a Israel para as graves conseqüências de uma ação militar em Gaza.

Essa informação nos parece ambígua. Não se pode concluir sobre de que o governo israelense havia sido advertido, quais seriam as *graves conseqüências* e, inclusive se essa advertência tratava-se de uma ameaça, ou não.

Concluindo, na matéria, a questão sobre a situação em Gaza, um novo dado aparece e faz uma ligação com o que está colocado no subtítulo.

O líder Yasser Arafat mandou prender 14 extremistas do Hamas, numa tentativa de prevenir novos atentados em Israel. Mas o xeque Ahmed Yassin, líder espiritual do grupo, embora reafirmando apoio ao dirigente palestino, disse que os ataques suicidas vão continuar.



Esta informação é dada também pelo *New York Times* em um de seus artigos analíticos sobre a questão do Oriente Médio. Ao longo da cobertura sobre o cerco em Belém, o jornal americano publicou diversas colunas e artigos que usavam o impasse na Basílica da Natividade como pano de fundo para tratar de assuntos gerais relativos àquela região.

No artigo intitulado *Linha de Frente*, por exemplo, a repórter do *NYT* faz a seguinte análise:

...enquanto todos os lados concordam que (...) a ANP deve ser reorganizada, Israel ainda tenta desacreditar o líder palestino, Yasser Arafat, divulgando documentos que dizem mostrar a sua ligação com o terrorismo. Os Estados Unidos, pressionados pelas nações árabes a quem devem procurar em busca de petróleo e apoio em qualquer ação no Iraque, têm insistido, então, que Israel negocie com Arafat.

A escolha do título de outro artigo opinativo do *New York Times* produz o sentido de que apesar do cerco à Basílica da Natividade ter-se encerrado, o fim do conflito entre palestinos e israelenses estava longe do fim.

Ganhando tempo. Todo mundo tem um plano para a paz. E todos podem esperar.

A análise contida neste artigo, ao longo dos parágrafos em que detalha a posição de cada um dos principais personagens deste conflito (segundo o próprio artigo, são eles, Ariel Sharon, Yasser Arafat, George W. Bush e os líderes dos outros países árabes do Oriente Médio), é a de que cada um tem um interesse particular e que, por enquanto, nenhum deles aponta para a paz.

Após a análise do conteúdo publicado pelos cinco jornais utilizados neste estudo a respeito do cerco à Basílica da Natividade, em Belém, pudemos perceber algumas questões. Uma delas é a impossibilidade de se construir a cobertura consistente sobre um acontecimento sem cobrir, também, o fato que o gerou. No caso do objeto deste trabalho, vimos que, em todos os jornais, diversas matérias e colunas foram produzidas a respeito do conflito entre palestinos e israelenses de forma mais genérica.

Vimos, também, que a cobertura de um acontecimento engloba a cobertura de sua consequência e de sua repercussão. Podemos nos perguntar, inclusive, até que ponto não são estas, na verdade, parte do próprio acontecimento.

Pudemos perceber com clareza que, a partir de um mesmo acontecimento, inúmeros outros podem ser construídos. Vimos que a produção de sentido, na cobertura jornalista, é feita através de diversos fatores, ou artifícios: a associação de idéias e entre diferentes

notícias; a apropriação das falas das testemunhas e a própria escolha de quem entrevistar; a presença ou não de um repórter correspondente, no local em que o acontecimento se desenvolve; a escolha das palavras a serem usadas no texto e a ordem em que elas são colocadas; o tipo de linguagem usado, simples e objetivo ou que utiliza recursos literários; o destaque dado a cada nova informação e a forma como ela é construída. São esses alguns recursos que permitem ao discurso jornalístico transformar fatos em acontecimentos.

## 5. CONCLUSÕES

Produzir um trabalho a respeito de um acontecimento no conflito entre palestinos e israelenses trouxe algumas dificuldades, mas, ao mesmo tempo, mostrou-se gratificante e revelador.

Em primeiro lugar, dois livros que se mostraram fundamentais para sua realização não existem publicados em português. Um deles foi encontrado apenas na biblioteca do IUPERJ, e do outro não se conseguiu achar nenhum exemplar no Brasil. Durante a pesquisa nos jornais que serviram como objeto de estudo para este trabalho, alguns impasses também surgiram, relativos à liberação do conteúdo dos arquivos de 2002.

A dificuldade inicial, inclusive no que diz respeito à barreira da língua, acabou por impulsionar a pesquisa e o processo de realização deste trabalho durante os meses em que ele foi produzido. Buscamos compreender o conceito sociológico do que é um conflito, em suas diferentes manifestações, para podermos construir, com melhores ferramentas de avaliação, um breve histórico da disputa entre palestinos e israelenses. Esta contextualização, por sua vez, mostrou-se fundamental para que uma análise da cobertura jornalística acerca de um acontecimento que fez parte deste conflito pudesse ser feita com mais consistência.

A partir da leitura e da análise do conteúdo publicado em cinco jornais durante os primeiros e os últimos dias de um conflito que durou mais de um mês, vimos que, de uma forma geral, o número de matérias publicadas no início do acontecimento foi maior do que em seu fim. Isso pode ser explicado pela duração em que o cerco se manteve, deixando de, ao longo de seus 38 dias de impasse e poucas modificações, ser uma novidade e se tornando cansativo para o leitor.

Pudemos concluir também que, nos primeiros dias de cobertura, o que obteve maior destaque na imprensa foi o local em que o conflito se desenvolveu, principalmente por causa do apelo religioso que este santuário tem para o mundo cristão ocidental. A força simbólica da Basílica da Natividade foi, assim, o grande diferencial deste acontecimento, principalmente sendo ele mais uma disputa entre palestinos e israelenses dentro de um longo conflito. Ela foi uma maneira de aproximar o leitor, aumentar seu interesse pela cobertura jornalística. Por outro lado, esta mostrou-se inconclusiva no que diz respeito a questões importantes, como a situação das pessoas que estavam dentro da Basílica durante o cerco e, também, sobre o porquê de ele ter se prolongado por tanto tempo. O acesso à informação mostrou-se precário e, desta forma, as matérias foram, muitas vezes, baseadas em depoimentos, o que aumentou a

dramatização da cobertura. Muitas foram relacionadas às conseqüências do acontecimento mais do que, efetivamente, ao próprio acontecimento.

No entanto, como todo trabalho científico, este não pode ser inteiramente conclusivo. Ele faz um recorte de um assunto vasto. Traz uma perspectiva, um olhar. Um tema amplo como o comportamento da mídia em zonas de conflito, mesmo que tenha sido escolhido um acontecimento específico, não pode ser esgotado.

A partir de sua realização pudemos vislumbrar novas possibilidades de pesquisa e novos objetos de estudo relacionados ao mesmo tema. Um exemplo seria o estudo das fontes utilizadas pelos jornais. Quais seriam as diferenças entre as coberturas feitas através das agências de notícias internacionais e as realizadas por correspondentes específicos de cada jornal? Outra questão que pode ser colocada seria a análise do público de cada jornal. O que orienta a opção por um jornal na busca de informações sobre um conflito? O leitor está mesmo em busca de informação e escolhe o jornal que ele acredita ter a cobertura mais “completa e imparcial”. Ou, no caso de uma guerra, o leitor que já tem uma posição deseja apenas que o jornal a legitime?

Outra proposta de pesquisa seria o estudo de um possível discurso jornalístico fora dos jornais. De que modo uma situação de conflito é narrada através do cinema e da televisão, em séries documentais ou não, e na literatura, em biografias. Poderia a memória, por exemplo, ser usada como fonte de informação jornalística?

Durante uma aula de História do Jornalismo, da Escola de Comunicação da UFRJ, a professora Ana Paula Goulart citou o historiador E. Carr, que disse que *um fato é como um saco. Não fica em pé até que se ponha algo dentro dele*.

Poucas citações se encaixariam tão bem com a conclusão deste trabalho. Após analisar o conteúdo de cinco jornais de diferentes países durante o episódio do cerco à Basílica da Natividade, em Belém, percebemos que, através da cobertura um dado factual é carregado de novos sentidos e, aí sim, transformado em um acontecimento jornalístico.

O fato bruto não diz muita coisa. Como toda questão factual, ele tem validade curta. É essa produção de novos sentidos sobre o fato que o transforma em um ou mais acontecimentos jornalísticos interessantes. Uma das formas de produzir esses novos sentidos é através dos meios de comunicação.

Um acontecimento, então, pode ser construído de diversas formas através da cobertura jornalística feita através de cada jornal. As diferenças podem ser produzidas, por exemplo, pela linguagem e o vocabulário utilizados na produção de uma notícia e no destaque dado a ela pelo jornal. A utilização de testemunhas para darem suporte ou até legitimarem o discurso

jornalístico e a associação entre diferentes idéias e notícias são outras ferramentas de diferenciação. Mesmo quando utilizadas de maneira sutil, estas ferramentas podem ser responsáveis por construir diferentes acontecimentos para o leitor a partir de um mesmo dado concreto.

Numa época como a nossa, em que praticamente toda a informação vem dos meios de comunicação, a compreensão de como a mídia transforma um fato concreto em um acontecimento jornalístico é fundamental. Até porque, é essa escolha editorial que vai definir o que é ou não relevante, e o que deverá ou não ser estudado e analisado no futuro, uma vez que, cada vez mais, a história vem sendo feita através do que aparece no jornal.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### **Livros e Artigos:**

- ALI, Tariq. **Confronto de fundamentalismos – cruzadas, jihads e modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BARGHOUTI, Mourid. **Eu vi Ramallah - memórias**. Rio de Janeiro:Casa da Palavra, 2006.
- BISHARA, Marvan. **Palestina/Israel – a paz ou o apartheid**. São Paulo:Paz e Terra, 2003.
- BONDER, NILTON. **A terra que te mostrarei**. In Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2007.
- BOTELHO, José Francisco. **Dossiê Oriente Médio – árabes x israelenses**. In Revista Grandes Guerras, n.14. São Paulo: Editora Abril, novembro de 2006.
- CARR, E. **O que é história?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CARTA, G. **A influência dos escribas**. In Revista Carta Capital, n.447. São Paulo: Editora Confiança, 6 de junho de 2007.
- FINKELSTEIN, Norman G.. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro:Record, 2005
- FREUND, Julien. **Sociologie du conflit**. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras,1995
- \_\_\_\_\_ **A era dos Impérios**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988.
- KANIUK,Yoram;HABIBI, Emil. **A terra das duas promessas**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio – do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,1995.
- OZ, Amós. **Contra o Fanatismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- SAID, Edward. **Cultura e resistência**. Rio de Janeiro:Ediouro, 2006.
- SCALERCIO, Márcio. **Orientes Médio – uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- VENCESLAU, P. **Fé cega, faca amolada**. In Revista Imprensa n.216. São Paulo: Imprensa editorial, setembro de 2006.
- VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2002.

### **Monografias:**

LEUZINGER, Bruno. **A América vai à guerra – a cobertura jornalística das campanhas militares dos EUA da Segunda Guerra Mundial aos dias de hoje.**

Monografia de graduação em Jornalismo apresentada à ECO/UFRJ, Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2002.

LIMA, Marina. **O cinema e a visão da criança em conflitos políticos.** Monografia de graduação em Jornalismo apresentada à ECO/UFRJ, Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2004.

### **Páginas na Internet:**

BRUBACHER,M. **O novo muro da vergonha.** Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2002-11,a471> . Acesso em: maio de 2007.

KIMMERLING,B. **From Barak to the road map.** Disponível em <http://newleftreview.org/?view=2474> . Acesso em: maio de 2007.

SODRÉ,M. **A crise, os intelectuais e a mídia.** Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=357JDB001>

VIDAL, D. **Santo Sharon.** Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2006-02,a1266> . Acesso em: maio de 2007.

SITE DA REDE ALEMÃ DEUTSCHE WELLE EM PORTUGUÊS. Disponível em <http://www.dw-world.de/dw/0,2142,607,00.html> Acesso em: maio de 2007.

Disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,365813,00.html> Acesso em: maio de 2007.

SITE DA REDE AMERICANA CNN. Disponível em

<http://www.cnn.com/SPECIALS/2001/mideast> . Acesso em maio de 2007.

SITE DA REDE BRITÂNICA BBC.

Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2481371.stm> . Acesso em: abril de 2007.

Disponível em

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040802\\_israel.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040802_israel.shtml) .

Acesso em: maio de 2007.

#### SITES DE INFORMAÇÃO SOBRE O ORIENTE MÉDIO.

Disponível em [www.mideastweb.org](http://www.mideastweb.org) . Acesso em: maio de 2007.

Disponível em [www.orientemediovivo.com.br](http://www.orientemediovivo.com.br) . Acesso em: maio de 2007.

#### SITE DO CENTRO DE INFORMAÇÃO PALESTINO.

Disponível em [www.palestine-info.com/en](http://www.palestine-info.com/en) . Acesso em: maio de 2007.

#### SITE DO CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE ISRAEL E O SIONISMO.

Disponível em [www.zionism-israel.org](http://www.zionism-israel.org) . Acesso em: maio de 2007.

#### SITE DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO.

Disponível em [www.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/orientemedio](http://www.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/orientemedio) . Acesso em: maio de 2007.

Conteúdo publicado sobre o cerco à Basílica da Natividade em Belém, na Cisjordânia, entre os dias 02 de abril e 12 de maio de 2002. Disponível em [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br) . Acesso em: maio de 2007.

#### SITE DO JORNAL O GLOBO.

Conteúdo publicado sobre o cerco à Basílica da Natividade em Belém, na Cisjordânia, entre os dias 02 de abril e 12 de maio de 2002. Disponível em [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br) . Acesso em: abril de 2007.

#### SITE DO JORNAL LE MONDE.

Conteúdo publicado sobre o cerco à Basílica da Natividade em Belém, na Cisjordânia, entre os dias 02 de abril e 12 de maio de 2002. Disponível em [www.lemonde.fr](http://www.lemonde.fr) . Acesso em: maio de 2007.

#### SITE DO JORNAL THE NEW YORK TIMES.

Conteúdo publicado sobre o cerco à Basílica da Natividade em Belém, na Cisjordânia, entre os dias 02 de abril e 12 de maio de 2002. Disponível em [www.nyt.com](http://www.nyt.com) . Acesso em: junho de 2007.

#### SITE DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.

Conteúdo publicado sobre o cerco à Basílica da Natividade em Belém, na Cisjordânia, entre os dias 02 de abril e 12 de maio de 2002. Disponível em [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br) . Acesso em: maio de 2007.

#### SITE DO MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DE ISRAEL.

Disponível em [www.israel.org](http://www.israel.org) . Acesso em: maio de 2007.

Disponível em <http://www.mfa.gov.il/mfa/facts%20about%20israel/israel%20in%20maps/the%20partition%20plan-%20un%20resolution%20181%20-%2029%20nov%20194> em



## SITE DO PARLAMENTO ISRAELENSE – KNESSET

Disponível em [http://www.knesset.gov.il/docs/eng/megilat\\_eng.htm](http://www.knesset.gov.il/docs/eng/megilat_eng.htm) . Acesso em: maio de 2007.

Disponível em <http://www.knesset.gov.il/index.html> . Acesso em: maio de 2007.

## **7. Anexos**

### **Anexo I**

## **The Declaration of the Establishment of the State of Israel**

The Land of Israel was the birthplace of the Jewish people. Here their spiritual, religious and political identity was shaped. Here they first attained to statehood, created cultural values of national and universal significance and gave to the world the eternal Book of Books.

After being forcibly exiled from their land, the people kept faith with it throughout their Dispersion and never ceased to pray and hope for their return to it and for the restoration in it of their political freedom.

Impelled by this historic and traditional attachment, Jews strove in every successive generation to re-establish themselves in their ancient homeland. In recent decades they returned in their masses. Pioneers, defiant returnees, and defenders, they made deserts bloom, revived the Hebrew language, built villages and towns, and created a thriving community controlling its own economy and culture, loving peace but knowing how to defend itself, bringing the blessings of progress to all the country's inhabitants, and aspiring towards independent nationhood.

In the year 5657 (1897), at the summons of the spiritual father of the Jewish State, Theodore Herzl, the First Zionist Congress convened and proclaimed the right of the Jewish people to national rebirth in its own country.

This right was recognized in the Balfour Declaration of the 2nd November, 1917, and reaffirmed in the Mandate of the League of Nations which, in particular, gave international sanction to the historic connection between the Jewish people and Eretz-Israel and to the right of the Jewish people to rebuild its National Home.

The catastrophe which recently befell the Jewish people - the massacre of millions of Jews in Europe - was another clear demonstration of the urgency of solving the problem of its homelessness by re-establishing in Eretz-Israel the Jewish State, which would open the gates of the homeland wide to every Jew and confer upon the Jewish people the status of a fully privileged member of the community of nations.

Survivors of the Nazi holocaust in Europe, as well as Jews from other parts of the world, continued to migrate to Eretz-Israel, undaunted by difficulties, restrictions and dangers, and never ceased to assert their right to a life of dignity, freedom and honest toil in their national homeland.

In the Second World War, the Jewish community of this country contributed its full share to the struggle of the freedom- and peace-loving nations against the forces of Nazi wickedness and, by the blood of its soldiers and its war effort, gained the right to be reckoned among the peoples who founded the United Nations.

On the 29th November, 1947, the United Nations General Assembly passed a resolution calling for the establishment of a Jewish State in Eretz-Israel; the General Assembly required the inhabitants of Eretz-Israel to take such steps as were necessary on their part for the implementation of that resolution. This recognition by the United Nations of the right of the Jewish people to establish their State is irrevocable.

This right is the natural right of the Jewish people to be masters of their own fate, like all other nations, in their own sovereign State.

Accordingly we, members of the People's Council, representatives of the Jewish Community of Eretz-Israel and of the Zionist Movement, are here assembled on the day of the termination

of the British Mandate over Eretz-Israel and, by virtue of our natural and historic right and on the strength of the resolution of the United Nations General Assembly, hereby declare the establishment of a Jewish state in Eretz-Israel, to be known as the State of Israel.

We declare that, with effect from the moment of the termination of the Mandate being tonight, the eve of Sabbath, the 6th Iyar, 5708 (15th May, 1948), until the establishment of the elected, regular authorities of the State in accordance with the Constitution which shall be adopted by the Elected Constituent Assembly not later than the 1st October 1948, the People's Council shall act as a Provisional Council of State, and its executive organ, the People's Administration, shall be the Provisional Government of the Jewish State, to be called "Israel."

The State of Israel will be open for Jewish immigration and for the Ingathering of the Exiles; it will foster the development of the country for the benefit of all its inhabitants; it will be based on freedom, justice and peace as envisaged by the prophets of Israel; it will ensure complete equality of social and political rights to all its inhabitants irrespective of religion, race or sex; it will guarantee freedom of religion, conscience, language, education and culture; it will safeguard the Holy Places of all religions; and it will be faithful to the principles of the Charter of the United Nations.

The State of Israel is prepared to cooperate with the agencies and representatives of the United Nations in implementing the resolution of the General Assembly of the 29th November, 1947, and will take steps to bring about the economic union of the whole of Eretz-Israel.

We appeal to the United Nations to assist the Jewish people in the building-up of its State and to receive the State of Israel into the community of nations.

We appeal - in the very midst of the onslaught launched against us now for months - to the Arab inhabitants of the State of Israel to preserve peace and participate in the upbuilding of the State on the basis of full and equal citizenship and due representation in all its provisional and permanent institutions.

We extend our hand to all neighbouring states and their peoples in an offer of peace and good neighbourliness, and appeal to them to establish bonds of cooperation and mutual help with the sovereign Jewish people settled in its own land. The State of Israel is prepared to do its share in a common effort for the advancement of the entire Middle East.

We appeal to the Jewish people throughout the Diaspora to rally round the Jews of Eretz-Israel in the tasks of immigration and upbuilding and to stand by them in the great struggle for the realization of the age-old dream - the redemption of Israel.

Placing our trust in the Almighty, we affix our signatures to this proclamation at this session of the provisional Council of State, on the soil of the Homeland, in the city of Tel-Aviv, on this Sabbath eve, the 5th day of Iyar, 5708 (14th May, 1948).

David Ben-Gurion

Daniel Auster Mordekhai Bentov Yitzchak Ben Zvi Eliyahu Berligné Fritz Bernstein Rabbi Wolf Gold Meir Grabovsky Yitzchak Gruenbaum Dr. Abraham Granovsky Eliyahu Dobkin Meir Wilner-Kovner Zerach Wahrhaftig Herzl Vardi Rachel Cohen Rabbi Kalman Kahana Saadia Kobashi Rabbi Yitzchak Meir Levin Meir David Loewenstein Zvi Luria Golda Myerson Nachum Nir Zvi Segal Rabbi Yehuda Leib Hacohen Fishman David Zvi Pinkas Aharon Zisling Moshe Kolodny Eliezer Kaplan Abraham Katznelson Felix Rosenbluth David Remez Berl Repetur Mordekhai Shattner Ben Zion Sternberg Bekhor Shitreet Moshe Shapira Moshe Shertok

## Anexo II

[HTTP://PBS.ORG/FRONTLINE/](http://pbs.org/frontline/)

**FRONTLINE**

### The Siege of Bethlehem

[HOME](#)

[CHRONOLOGY](#)

[LINKS & READINGS](#)

[DISCUSSION](#)

## CHRONOLOGY OF THE SIEGE

### April 1, 2002

In Israel's military campaign to hunt down Palestinian terrorists, tanks surround the West Bank Palestinian town of Bethlehem



*Israeli soldiers pursue Palestinians through Manger Square.*

### April 2

Israeli warplanes, tanks, and troops launch a major ground and air attack on Bethlehem. Heavy fighting breaks out in the streets of the Old City behind Manger Square as Israeli soldiers enter homes and religious buildings in search of militants.

Approximately 200 Palestinians fleeing from Israeli troops break into the compound around the Church of the Nativity. Around 60 priests, monks and nuns who live in the church compound are trapped inside with Palestinian civilians and gunmen--among them, several heavily armed militia members, including Ibrahim Abayat and Jihad Ja'arie of the Al Aqsa Brigade.

The militants had sought refuge in the Square near the church thinking Israel would not fight so close to a Christian holy site. (The fourth century Church of the Nativity was built over the site where Christians believe Jesus was born; it is one of Christianity's most sacred places. Today the church compound is managed jointly by three different Christian groups: the Armenian Church, the Roman Catholic Church, and the Greek Orthodox Church.)

### April 3

The standoff begins. The Palestinians holed up in the church are surrounded by Israeli forces. At first, the trapped Palestinians eat food stored by the monks and nuns who live there; over the next few weeks, conditions deteriorate as food and water run out and all but one line of electricity is cut off.

#### **April 4**

Samir Ibrahim Salman, the church bellringer, is shot dead by Israeli snipers when he runs out of the church. An Israeli spokesman later says the sniper fired when Salman appeared to be ignoring shouted orders to stop; they feared that he might be a suicide bomber.

#### **April 5**

Four Franciscan priests come out of the church and leave Bethlehem under Israeli escort. Israeli army spokesmen say statements made by the priests indicate that the clergy in the church are being held hostage by the Palestinian militants; a spokesman for the Franciscan order told reporters that the clergy inside were "voluntary hostages" who were remaining in the church to show solidarity with the trapped Palestinians and because they believed that their presence in the church would help avoid further bloodshed.

#### **April 8**

The Vatican calls on Israel to respect holy sites and demands an explanation for the fighting around the church. Israeli President Moshe Katsav replies the next day with a letter to the Pope saying that Israel will continue the siege until the Palestinian gunmen surrender.

Gunfire damages the exterior of the church and starts a fire in an adjoining building. One Palestinian is killed and two Israeli soldiers wounded in the gun battle; each side claims the other fired first.



*Explosion in Manger Square*

#### **April 10**

An Armenian monk is shot and seriously wounded by the Israelis; the next day, an Israeli military official says the soldier mistook the monk for a Palestinian gunman.

Israel ratchets up the pressure on the Palestinians. It sends a blimp fitted with surveillance cameras above Manger Square and sets off a number of loud but harmless explosions. Over loudspeakers, the Israelis call on Palestinians to surrender and broadcast sirens and other noises.

**April 12**

The Christian Franciscan order appeals to Israel to release the Palestinians and to provide water and power to the clerics trapped with them.

**April 14**

Israeli prime minister Ariel Sharon says that the trapped gunmen have a choice of either facing trial in Israel or accepting permanent exile. The Palestinians refuse.

More gunfire is exchanged. A Palestinian is shot and killed; an army spokesman says he was armed and preparing to shoot at the Israeli troops.

**April 17**

A Palestinian leaves the church and is shot and wounded by Israeli soldiers and later taken to a hospital for treatment. A sick priest is also evacuated to the hospital.

**April 18**

Israel cancels scheduled negotiations to end the standoff, according to Bethlehem Mayor Hanna Nasser.

**April 20**

A Palestinian negotiator tells reporters that food and water in the church have run out.

Five Palestinians escape down ladders left leaning against a church wall by Israeli soldiers.

**April 23**

The first round of face to face negotiations to end the standoff begins in the Peace Centre across Manger Square from the church. The Israeli team is led by Lt. Colonel Lior, the Palestinians by former PLO commander Salah Taamri. The first day, it seems neither side will compromise: the Israelis reiterate Sharon's demand that the gunmen on Israel's wanted list face either trial in Israel or deportation, while the Palestinians insist that the wanted men should be sent to Gaza for Palestinian judicial proceedings.

Three priests leave the compound.

**April 24**

Two Palestinians inside the compound are shot by Israeli snipers; one later dies from his wounds. Two unarmed Palestinians surrender to Israeli forces, saying they are sick. Army spokesmen say the men are members of Palestinian security forces.

In the second day of negotiations, the two sides forge their first deal. The Israelis agree that the decomposing remains of two Palestinians killed earlier in the siege may be removed from the compound; in exchange, the Palestinians will allow a group of teenagers to leave.



**April 25**

Nine Palestinian youths emerge from the church carrying the corpses of two Palestinian policemen in homemade coffins. Israeli forces question the youths and then release all but one of them to their homes. One was detained by secret security because he was suspected of planting explosives in Jerusalem, according to Israeli negotiator Lt. Colonel Lior.

#### **April 26**

Four Palestinian policemen surrender to Israeli troops; two Palestinians inside the compound are wounded by Israeli sniper fire and evacuated for medical treatment.

#### **April 27**

The Palestinian delegation returns from a meeting with Palestinian leader Yasir Arafat and are ready to make a "food for people" deal. Palestinian representative Salah Taamri offers to go in and speak to those in the church about the fate of the men wanted by Israel and to try and convince those inside to release a group of innocent civilians in exchange for food. By this time, stocks of food inside the church are long gone and people now are eating plants growing in the courtyard.



**April 29**

In Ramallah, a similar siege on Yasir Arafat's compound ends with six men on Israel's wanted list released into Palestinian custody. Israeli negotiators realize that their mandate to fight for Israeli jail or deportation for the men wanted in Bethlehem is likely no longer in force. This Ramallah agreement inspires Palestinian negotiators to call for a similar deal for the wanted men in the church.

Palestinian militia leader Nidal Abayat--one of the men on Israel's most wanted list-- is killed by an Israeli sniper in the church courtyard. Palestinian negotiators break off talks. Israelis say Abayat was firing an automatic weapon from within the church.



#### April 30

Twenty-four Palestinians leave the church as part of the "food for people" deal brokered by Lt. Colonel Lior, but the food is not delivered. The authority of the Israeli negotiating team has been usurped by separate negotiations taking place between Israeli and American politicians. According to Lt. Colonel Lior, the Israeli strategy shifts "from negotiat[ing] to agreement as a primary tactic, to block[ing] the area and increas[ing] the pressure as a primary tactic."



#### May 1

*Fire in a church compound building*

Fire breaks out in buildings adjacent to the church compound after a heavy exchange of gunfire. The video is broadcast around the world. Both sides blame the other for starting the blazes, which are extinguished within the hour. The international press is invited back to Manger Square by the Israelis in an attempt to minimize PR damage.



*Protestors try to enter the church*

#### May 2

Dodging Israeli gunfire, a group of international peace activists bringing food, and a *Los Angeles Times* photographer, sneak into the church. Once inside, they describe the deteriorating conditions to reporters by telephone, saying people have only grass and leaves for food.

Negotiations take on political urgency. There is mounting U.S. pressure for a deal prior to a scheduled meeting between U.S. President George W. Bush and Israeli Prime Minister Ariel Sharon. The Israeli negotiating team on the ground is informed that their mission is over.

Gun battles around the church continue. An armed Palestinian is shot dead by Israeli troops; two others are severely wounded.

#### May 3

Three sick and exhausted Palestinian policemen emerge from the church and are taken into Israeli custody.

#### May 5

Negotiations intensify when American representatives, as well as top aides to



Palestinian leader Yasser Arafat, join the talks. CIA agents arrive in Manger Square accompanying a delegation of high ranking Palestinians under orders from Yasser Arafat to release a list of those in the compound.

Israeli troops shoot and kill an armed Palestinian in the compound.

#### **May 6**

A tentative deal, brokered by the U.S., is reached: the Palestinian fighters will be released, with those considered by Israel to be the most dangerous going into exile in Europe, most likely in Italy, those less wanted released into Palestinian custody in Gaza. The rest would go free.

#### **May 7**

Italy refuses to take all the exiles, thwarting the deal.

#### **May 9**

Cyprus says it will take the 13 men on Israel's most wanted list temporarily while a decision is made on their ultimate destination.



*Palestinians file out of the church*

#### **May 10**

The siege ends; all Palestinians leave the church. The 13 most wanted men, including Ibrahim Abayat, are flown to Cyprus; 26 others, banished from the West Bank, are taken to Gaza.

#### **May 22**

European Union negotiators finalize the arrangements for 12 of the exiled Palestinians: three will go to Italy, three to Spain, two each to Greece and Ireland, and one each to Belgium and Portugal. They will initially receive a one year temporary residence permit in their host countries. The thirteenth Palestinian, believed by Israel to be the most dangerous and the leader of the militants during the siege, will remain in Cyprus until a country is found that will accept him.

### Anexo III

#### Fontes Primárias – Matérias analisadas

##### JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

1. **“Igrejas são cenário dos combates em Belém”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 03 de abril de 2002.
2. **“Israel cerca Basílica em Belém e ocupa Nablus”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 04 de abril de 2002.
3. FREEDLAND, J. **“Dois lados não vêm paradoxo da situação”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 04 de abril de 2002.
4. MAYRINK, J.M. **“Padre brasileiro que morou em Belém denuncia perseguições”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 05 de abril de 2002.
5. **“Vaticano apela a Israel para não atacar Basílica”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 05 de abril de 2002.
6. **“Franciscanos querem mediar impasse em Belém”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 06 de abril de 2002.
7. **“Chipre receberá palestinos cercados em Belém”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 10 de maio de 2002.
8. **“Cercos à Basílica em Belém termina após 39 dias”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 11 de maio de 2002.
9. ERLANGER, S. **“Soldado queria era voltar para casa”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 11 de maio de 2002.
10. **“Monges limpam Basílica e anunciam missas”** *In* Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 12 de maio de 2002.

##### JORNAL A FOLHA DE S. PAULO

11. STAROBINAS, M. **“Análise: Arafat e Sharon rejeitam alternativas”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 03 de abril de 2002.
12. **“Em Belém, israelenses e palestinos lutam perto da Igreja da Natividade”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 03 de abril de 2002.
13. **“Documentos ligam Arafat a terror, diz Israel”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 03 de abril de 2002.
14. **“Tensão no Oriente Médio: Israel reocupa quatro cidades palestinas”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 03 de abril de 2002.
15. **“Vaticano faz críticas a Israel e palestinos”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 04 de abril de 2002.
16. ROSSI, C. **“Tensão no Oriente Médio: Ação em Belém envolve cristãos no conflito”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 04 de abril de 2002.
17. SÁ, N. de **“No ar: Com força”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 04 de abril de 2002.
18. ROSSI, C. **“Oito cidades são ‘zonas militares fechadas’”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 05 de abril de 2002.
19. **“Papa declara dia de preces pela paz no domingo”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 05 de abril de 2002.

20. **“Belém, cidade de Cristo, está fora do mundo”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 05 de abril de 2002.
21. SÁ, N. de **“No ar: Bombas de fumaça”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 05 de abril de 2002.
22. FREITAS, J. **“Hipótese de paz”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 05 de abril de 2002.
23. ROSSI, C. **“Franciscanos querem que Bush intervenha”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 06 de abril de 2002.
24. ROSSI, C. **“Padre Brasileiro está sitiado em Belém”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 06 de abril de 2002.
25. **“Chipre aceita receber 13 palestinos de Belém”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 10 de maio de 2002.
26. **“Igreja ficou suja, mas não foi destruída”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 11 de maio de 2002.
27. **“Israel reavalia plano de ataque à faixa de Gaza”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 11 de maio de 2002.
28. **“Oriente Médio: Termina cerco à igreja da Natividade”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 11 de maio de 2002.
29. **“Oriente Médio: Belém limpa igreja; ação em Gaza é suspensa”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 12 de maio de 2002.
30. **“Frases”** *In* Jornal A Folha de S. Paulo. São Paulo, 12 de maio de 2002.

#### **JORNAL O GLOBO**

31. **“Papa pede orações por Belém”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2002.
32. **“Passagem sem volta para Arafat”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2002.
33. **“Guerra em solo sagrado”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2002.
34. VERÍSSIMO, L.F. **“Friedman Dixit”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2002.
35. **“Cerco a Arafat: Papa pede aos cristãos que domingo que vem seja dia de orações pela paz no Oriente Médio”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2002.
36. **“Israel vinga massacre da Páscoa”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2002.
37. **“Nova esperança em Belém”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2002.
38. **“Fim do impasse em Belém”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2002.
39. **“Belém festeja o fim do cerco”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2002.
40. **“Milhares marcham por paz em Israel”** *In* Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2002.

## JORNAL LE MONDE

41. PARIS, G. **"L'armée israélienne est accusée d'exactions à Ramallah"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 03 de abril de 2002.
42. PARIS, G. **"Les villes palestiniennes tombent une à une sous le contrôle d'Israël"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 04 de abril de 2002.
43. **"Tsahal dans la ville sainte de Bethléem"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 04 de abril de 2002.
44. PARIS, G. & TINCQ,H. **"Combats à Bethléem: vive émotion dans le monde chrétien"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 04 de abril de 2002.
45. CYPEL, S. **"Le Patriarcat latin exige le retrait des troupes israéliennes de Bethléem"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 05 de abril de 2002.
46. PARIS, G. **"Les chars sont au coeur de Naplouse, haut-lieu de la résistance palestinienne"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 05 de abril de 2002.
47. **"M.Sharon ignore les mises en demeure des Etas-Unis et de l'ONU"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 06 de abril de 2002.
48. **"Ou en sommes-nous arrivés?"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 06 de abril de 2002.
49. CYPEL, S., NAIM,M. & TINCQ,H. **"Nos deux peuples sont fatigués de la guerre, nos deux peuples ont peur, dit-on à Bethléem"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 06 de abril de 2002.
50. PARIS, G. **"La bande de Gaza sous la menace de représailles militaires israéliennes"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 10 de maio de 2002.
51. CYPEL, S **"Après trente-huit jours de siège, toutes les personnes retranchées dans la basilique de la Nativité sont sorties"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 11 de maio de 2002.
52. PARIS, G. **"Vingt-six Palestiniens transférés de Bethléem ont été accueillis comme des héros à Gaza"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 12 de maio de 2002.
53. LE BARS, S. **"Des pays européens accueilleront les treize jugés "dangereux" par Israel"** *In* Jornal Le Monde. Paris, 12 de maio de 2002.

## JORNAL THE NEW YORK TIMES

54. BENNET, J. **"Arafat can leave, but only in exile, Sharon tells him"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 03 de abril de 2002.
55. KIFNER, J. & SCHMEMANN, S. **"Israel steps up military pressure in West Bank"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 03 de abril de 2002.
56. **"A Church and a Site revered by 3 faiths"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 04 de abril de 2002.
57. RIDING, A. **"Vatican aims sharp rebuke at 'reprisals' by Israelis"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 04 de abril de 2002.
58. BENNET, J. **"Bleeding to death"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 04 de abril de 2002.
59. SCHMEMANN, S. **"Israeli armor units continue sweeping through West Bank"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 04 de abril de 2002.
60. **"The presidents steps in"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 05 de abril de 2002.
61. BRINKLEY, J. **"Israel continues sweep of cities, taking Hebron"** *In* Jornal The New York Times. Nova York, 05 de abril de 2002.

62. BENNET, J. **"U.S. envoy meets Arafat as Israel steps up its sweep"** In Jornal The New York Times. Nova York, 06 de abril de 2002.
63. **"Amid fierce fighting, standoffs large and small"** In Jornal The New York Times. Nova York, 06 de abril de 2002.
64. ANDERSON, L. **"How Arafat fits into the Arab world"** In Jornal The New York Times. Nova York, 10 de maio de 2002.
65. ERLANGER, S. **"Israeli soldier just wants to go home"** In Jornal The New York Times. Nova York, 10 de maio de 2002.
66. COWELL, A. **"Israelis advancing on the Gaza Strip despite 16 arrests"** In Jornal The New York Times. Nova York, 10 de maio de 2002.
67. CHIVERS, C.J. **"In Gaza; 26 palestinians arrive from Bethlehem, ready to fight Israel Again"** In Jornal The New York Times. Nova York, 11 de maio de 2002.
68. MACFARQUHAR, N. **"A top Saudi Urges the U.S. to restrain the Israelis"** In Jornal The New York Times. Nova York, 11 de maio de 2002.
69. **"The 13 men on Israel's 'most wanted' list: affiliations and accusations"** In Jornal The New York Times. Nova York, 11 de maio de 2002.
70. ERLANGER, S. **"Israel's military rethinking action in the Gaza strip"** In Jornal The New York Times. Nova York, 11 de maio de 2002.
71. COWELL, A. & GREENBERG, J. **"In Church of Nativity, the refuse of a siege"** In Jornal The New York Times. Nova York, 11 de maio de 2002.
72. COWELL, A. **"Israeli troops standing by on the Outskirts of Gaza"** In Jornal The New York Times. Nova York, 12 de maio de 2002.
73. PURDUM, T.S. **"Killing Time; Everyone has a peace plan. And they can all wait"** In Jornal The New York Times. Nova York, 12 de maio de 2002.
74. KANNAPELL, A. **"Front Lines"** In Jornal The New York Times. Nova York, 12 de maio de 2002.